



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO UNIVERSIDADE VIRTUAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIÓGENES

PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL:
GESTÃO DE CONTROLE ACADÊMICO PARA ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO
NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA

2023

DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIÓGENES

PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL:
GESTÃO DE CONTROLE ACADÊMICO PARA ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO
NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia Educacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Tecnologia Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D622p Diógenes, Domingos Juvenal Nogueira.
Permanência e êxito estudantil : gestão de controle acadêmico para acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão no Instituto Federal do Ceará / Domingos Juvenal Nogueira Diógenes. – 2023.
184 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto UFC Virtual, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Educacional, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola.

1. Permanência. 2. Êxito. 3. Retenção. 4. Evasão. 5. IFCE. I. Título.

CDD 371.33

DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIÓGENES

PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL:
GESTÃO DE CONTROLE ACADÊMICO PARA ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO
NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia Educacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Tecnologia Educacional.

Aprovada em: ____ / ____ / 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.a Dr.a Adriana Castro Araújo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes
Centro Universitário Vale do Jaguaribe (UNIJAGUARIBE)

AGRADECIMENTOS

Deus, em sua infinita bondade, permitiu que chegasse até aqui.

Desse modo, teço agradecimentos a todos que contribuíram para que minha jornada se tornasse menos fatigante.

Logo, destaco:

Minha colega de trabalho, Tarnyelly Moreira, por sua bondade.

Minha amiga e apoio fiel de minha idosa mãe, Benigna Lopes, por sua doação.

Ainda, agradeço, novamente, a Deus por ter me apresentado colegas de mestrado tão valorosos.

Por fim, agradeço ao meu orientador, professor doutor Wagner Bandeira Andriola por ser este educador largamente compreensivo, à Universidade Federal do Ceará por contribuir com minha qualificação profissional e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará pela parceria e acolhimento.

[...]

Queria ter aceitado
As pessoas como elas são
Cada um sabe a alegria
E a dor que traz no coração

O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar distraído
O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar

Devia ter complicado menos
Trabalhado menos
Ter visto o Sol se pôr
Devia ter me importado menos
Com problemas pequenos
Ter morrido de amor

Queria ter aceitado
A vida como ela é
A cada um cabe alegrias
E a tristeza que vier

[...]

(Trecho da música Epitáfio de composição de Sérgio Britto, produção de Jack Endino e interpretada pela banda Titãs)

RESUMO

A pesquisa tratou da retenção e evasão escolar como fenômenos educacionais que resultam dos conflitos, confrontos, negociações e interesses variados que, por sua vez, interferem de forma significativa e diversa no percurso formativo dos estudantes, porém não são dependentes exclusivamente do/a aluno/a. Há estudos que buscam compreender os fatores que levam o/a estudante a interromper os estudos que resultaram em modelos teóricos: Spady (1970, 1971) - Modelo de Processo de Abandono, Tinto (1975, 1993, 1997) - Modelo de Integração do Estudante, Bean (1980) e Bean e Mitzner (1985) - Modelo de Desgaste do Estudante, Cislighi (2008) - Modelo de Permanência Discente na Graduação em Instituições de Ensino Superior Brasileiras, e Pereira (2013) - Modelo de Fatores associados ao Processo de Retenção. A investigação teve como problema: como o setor do controle acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará pode contribuir para a permanência e êxito dos/as discentes?. Definiu-se como objetivo geral: compreender o fluxo de trabalho da Coordenadoria de Controle Acadêmico do IFCE para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão nos campi e sugerir orientações para a gestão acadêmica relacionada a estes fenômenos. A pesquisa foi classificada do tipo mista, pois teve abordagens qualitativa e quantitativa, e seguiu-se pelos métodos descritivo e bibliográfico. Contudo, permeou-se pelo campo de estudo de caso sem aprofundar-se na técnica. Nesse sentido, a pesquisa caminhou por duas etapas e três fases, sendo que a etapa crítico-analítica abrangeu a primeira e segunda fases, e a etapa propositiva compreendeu a terceira fase. Na primeira etapa aplicou-se questionário online repartido em quatro blocos, sendo que o último bloco foi dividido em duas partes com público específico para cada uma delas. Na segunda etapa fez a análise da situação dos fenômenos na Instituição a partir das respostas do questionário e dos dados obtidos das plataformas digitais Em Números e Nilo Peçanha. Na terceira etapa tratou-se da validação do produto educacional. O Guia de gestão de controle acadêmico para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE foi elaborado com o propósito de orientar as CCAs nas atividades voltadas para o enfrentamento da retenção e evasão estudantis na Instituição. O Guia foi desenvolvido em texto no formato digital com a intenção de servir para postagem no sítio eletrônico do IFCE facilitando seu acesso de qualquer lugar, desde que haja serviço de internet possibilitando, assim, práticas exitosas para a gestão acadêmica de controle dos fenômenos analisados. Espera-se que o produto final possa contribuir para assegurar a

universalização do acesso à educação considerando a garantia da permanência dos/as estudantes.

Palavras-chave: permanência; êxito; retenção; evasão; IFCE.

ABSTRACT

The research dealt with school retention and dropout as educational phenomena that result from conflicts, confrontations, negotiations and varied interests that, in turn, interfere in a significant and diverse way in the students formative path, but are not exclusively dependent on the student. There are studies that seek to understand the factors that lead students to interrupt their studies that resulted in theoretical models: Spady (1970, 1971) - Dropout Process Model, Tinto (1975, 1993, 1997) - Student Integration Model, Bean (1980) and Bean and Mitzner (1985) - Model of Student Exhaustion, Cislighi (2008) - Model of Student Permanence in Undergraduate Studies in Brazilian Higher Education Institutions, and Pereira (2013) - Model of Factors Associated with the Learning Process Retention. The investigation had as a problem: how can the academic control sector of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará contribute to the permanence and success of the students?. It was defined as a general objective: to understand the work flow of the Coordination of Academic Control of the IFCE for the accompaniment and monitoring of the retention and evasion indicators in the campuses and to suggest orientations for the academic management related to these phenomena. The research was classified as mixed, as it had qualitative and quantitative approaches, followed by descriptive and bibliographic methods. However, it permeated the field of case study without delving into the technique. In this sense, the research went through two stages and three phases, with the critical-analytical stage covering the first and second stages, and the propositional stage comprising the third stage. In the first stage, an online questionnaire divided into four blocks was applied, and the last block was divided into two parts with a specific audience for each of them. In the second stage, he analyzed the situation of the phenomena in the Institution based on the answers to the questionnaire and data obtained from the digital platforms Em Números and Nilo Peçanha. The third stage dealt with the validation of the educational product. The Academic Control Management Guide for Accompanying and Monitoring Student Retention and Dropout Indicators at IFCE was prepared with the purpose of guiding CCAs in activities aimed at tackling student retention and dropout at the Institution. The Guide was developed in text in digital format with the intention of being posted on the IFCE website, facilitating its access from anywhere, as long as there is internet service, thus enabling successful practices for the academic management of control of the analyzed phenomena. It is hoped that the final product can contribute to ensuring the universalization of access to education, considering the guarantee of permanence of students.

Keywords: permanence; success; retention; dropout; IFCE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Articulação entre os níveis de ensino, conforme a Reforma Capanema (1942 a 1946).....	29
Figura 2 - Articulação entre os níveis de ensino, conforme a primeira LDBEN (1961).....	30
Figura 3 - Articulação entre os níveis de ensino, conforme a terceira LDBEN (1996).....	33
Figura 4 - Articulação entre os níveis de ensino, conforme a terceira LDBEN (1996) atualizada pela Lei n.º 11.741/2008.....	33
Figura 5 - Processo de levantamento bibliográfico para a revisão de literatura nacional...	37
Figura 6 - Esquematização do processo de evasão escolar.....	44
Figura 7 - Situação de matrículas dos discentes do IFCE, por ano de ingresso (Tela da Plataforma Em Números).....	60
Figura 8 - Etapas do processo de organização educacional, conforme Libâneo (2010).....	63
Figura 9 - Ações de intervenção e monitoramento para superação da retenção e evasão, conforme PPE do IFCE.....	65
Figura 10 - Desenho da pesquisa.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2017.....	49
Gráfico 2 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2018.....	49
Gráfico 3 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2019.....	50
Gráfico 4 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2020.....	50
Gráfico 5 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2021.....	51
Gráfico 6 - Retenção estudantil por tipo de curso no campus C12 (2017 a 2021).....	52
Gráfico 7 - Retenção estudantil por de curso de graduação tecnológica no campus C12 (2017 a 2021).....	52
Gráfico 8 - Retenção estudantil por de curso de nível técnico de ensino médio no campus C12 (2017 a 2021).....	53
Gráfico 9 - Retenção estudantil por tipo de curso no campus C27 (2017 a 2021).....	53
Gráfico 10 - Retenção estudantil por de curso de graduação tecnológica no campus C27 (2017 a 2021).....	54
Gráfico 11 - Retenção estudantil por de curso de nível técnico de ensino médio no campus C27 (2017 a 2021).....	54
Gráfico 12 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2017.....	56
Gráfico 13 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2018.....	57
Gráfico 14 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2019.....	57
Gráfico 15 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2020.....	58
Gráfico 16 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2021.....	58
Gráfico 17 - Comparação das atribuições do setor de controle acadêmico desempenhadas e as direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores.....	78
Gráfico 18 - Comparação do nível de conhecimento sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024) e o nível de concordância com as propostas do documento sob a percepção dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico.....	79
Gráfico 19 - Comparação do nível de conhecimento sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024) e o nível de	

concordância com as propostas do documento sob a percepção dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi.....	87
Gráfico 20 - Comparação das respostas dadas às perguntas 9 e 10 do Questionário 2.....	90
Gráfico 21 - Comparação das respostas dadas às perguntas 14 e 15 do Questionário 2.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelos teóricos para análise do fenômeno da evasão.....	20
Quadro 2 - Registros histórico-temporais da educação profissional no Brasil.....	25
Quadro 3 - Propostas educacionais de reestruturação do ensino médio e profissional na década de 1990.....	31
Quadro 4 - Conceitos atribuídos aos trabalhos finalistas após a leitura integral.....	38
Quadro 5 - Principais causas da retenção e evasão no IFCE, conforme o PPE (IFCE, 2017a).....	64
Quadro 6 - Informações sobre quantidade de discentes por campi.....	72
Quadro 7 - Informações sobre discentes por sexo e por campi.....	72
Quadro 8 - Informações sobre discentes trabalhadores/as por sexo, por turno de matrícula e por campi.....	73
Quadro 9 - Informações sobre uso do transporte escolar, pelos discentes, por campi.....	74
Quadro 10 - Informações sobre atribuições do setor direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores, por campi.....	75
Quadro 11 - Atribuições do setor de controle acadêmico desempenhadas que se destacaram nas respostas dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico.....	77
Quadro 12 - Atribuições do setor de controle acadêmico desempenhadas e direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores, que se destacaram nas respostas dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico.....	77
Quadro 13 - Percepção dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, por campi.....	78
Quadro 14 - Percepção dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico sobre contribuição das CCAs com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão dos estudantes do IFCE e sobre criação de manual de orientação desse planejamento, por campi.....	80

Quadro 15 - Atividades direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores, mais viáveis e menos incompatíveis com o trabalho da Coordenadoria de Controle Acadêmico que se destacaram nas respostas dos/as servidores/as das CCAs.....	80
Quadro 16 - Informações sobre atividades viáveis para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores e as incompatíveis com o trabalho do setor de controle acadêmico, por campi.....	82
Quadro 17 - Percepção dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi sobre contribuição das CCAs com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão dos estudantes do IFCE e sobre criação de manual de orientação desse planejamento, por campi.....	85
Quadro 18 - Atividades direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores, mais viáveis e menos incompatíveis com o trabalho da Coordenadoria de Controle Acadêmico que se destacaram nas respostas dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi.....	85
Quadro 19 - Percepção dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, por campi.....	86
Quadro 20 - Percepção dos/as servidores/as sobre as ações consideradas irrelevantes, de acordo com o nível de importância atribuído.....	94
Quadro 21 - Percepção dos/as servidores/as sobre os níveis de conhecimento e de concordância com as ações do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de discentes matriculados/as por campus do IFCE.....	47
Tabela 2 - Quantidade de discentes evadidos/as no campus C12, por curso, nos anos 2014 e 2016.....	61
Tabela 3 - Quantidade de Questionário 1 respondido por campi, setores e cargos.....	68
Tabela 4 - Quantidade de servidores/as, por nível de importância, que julgaram as ações sugeridas para o Guia.....	91
Tabela 5 - Ações destacadas pela maioria dos/as servidores/as, de acordo com o nível de importância atribuído.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAE	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Coordenadoria de Controle Acadêmico
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET/MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONSUP	Conselho Superior
CTP	Coordenadoria Técnico-pedagógica
EIT	Escolas Industriais e Técnicas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETF	Escolas Técnicas Federais
e-Tec Brasil	Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDE	Mineração de Dados Educacionais
MEC	Ministério da Educação
MI	Medida de Intervenção
PNAE	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPE	Plano Estratégico para a Permanência e Êxito de Estudantes
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SISUTEC	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
UF	Unidade da Federação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFTPR	Universidade Federal Tecnológica do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	24
2.1	História e contexto.....	24
3	REVISÃO DA LITERATURA NACIONAL SOBRE RETENÇÃO E EVASÃO DISCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	36
3.1	Conceitos e tipos de evasão.....	40
3.2	Evasão escolar no contexto da EPT.....	43
4	PAINEL SITUACIONAL DA RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL NO IFCE.....	47
4.1	Dados sobre o fenômeno da retenção estudantil no IFCE.....	47
4.2	Dados sobre o fenômeno da evasão estudantil no IFCE.....	56
4.3	O Plano Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE.....	62
5	GESTÃO DE CONTROLE ACADÊMICO PARA ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL NO IFCE.....	67
5.1	Produto educacional.....	89
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS.....	100
	APÊNDICE A - TCLE PARA O QUESTIONÁRIO 1.....	105
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 1.....	107
	APÊNDICE C - TCLE PARA O QUESTIONÁRIO 2.....	123
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO 2.....	125

APÊNDICE E - PRODUTO EDUCACIONAL.....	136
APÊNDICE F - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL À REALIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA.....	156
APÊNDICE G - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFC.....	158
APÊNDICE H - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFCE.....	162
ANEXO A - RELAÇÃO DE CURSOS DOS CAMPI C12 E C27.....	169
ANEXO B - PRODUÇÕES SELECIONADAS PARA REALIZAÇÃO DE LEITURA INTEGRAL PARA A REVISÃO DA LITERATURA.....	170
ANEXO C - TELAS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS.....	173
ANEXO D - INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES VIÁVEIS PARA O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL E AS INCOMPATÍVEIS COM O TRABALHO DO SETOR DE CONTROLE ACADÊMICO, POR CAMPI.....	176
ANEXO E - INFORMAÇÕES SOBRE ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE CONTROLE ACADÊMICO DESEMPENHADAS E AS DIRECIONADAS PARA O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL, POR CAMPI...	179
ANEXO F - INFORMAÇÕES SOBRE ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE CONTROLE ACADÊMICO DIRECIONADAS PARA O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS INDICADORES, POR CAMPI.....	181
ANEXO G - AÇÕES CONSIDERADAS IRRELEVANTES PELA MAIORIA DOS/AS SERVIDORES/AS, DE ACORDO COM O NÍVEL DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO.....	183

1 INTRODUÇÃO

A escola é campo de práticas educativas permeadas por conflitos, confrontos, negociações e interesses variados que, por sua vez, interferem de forma significativa e diversa no percurso formativo dos/as estudantes. Desse modo, a redução e/ou enfraquecimento de experiências de formação acadêmica e profissional exitosas pode ser citados como motivadores para a retenção e a evasão escolar.

Outrossim, Evangelista (2020) reflete que elevados índices de retenção escolar influenciam diretamente na trajetória formativa até a conclusão do curso e geram prejuízos para a Instituição e para a sociedade por retardar e reduzir o retorno social ligado à formação de profissionais.

Ainda, na medida que o/a aluno/a estende o período de integralização do curso, provocada pela retenção, ocasiona a redução de recursos financeiros, o que pode incidir no investimento e conseqüentemente na qualidade da oferta do ensino público demandando, dessa forma, o planejamento de ações que priorizam a permanência e a conclusão do curso, no tempo e percurso adequado, pretendido pelo/a discente acarretará experiências exitosas que reduzirá os obstáculos ao sucesso estudantil e à boa gestão escolar ocasionados pelo fenômeno.

Por conseguinte, suscitam-se estudos que buscam compreender os fatores que levam o/a estudante a interromper os estudos, assim como, conhecer seu perfil, seja como retido/a e/ou evadido/a, e que entendem a retenção e a evasão escolar como fenômenos institucionais e sociais que, portanto, não é dependente exclusivamente do/a aluno/a. Tais estudos resultaram em modelos teóricos e seus respectivos pressupostos, que estão expostos no quadro abaixo:

Quadro 1 - Modelos teóricos para análise do fenômeno da evasão.

Autores	Modelos teóricos	Pressupostos
Spady (1970, 1971)	Modelo de Processo de Abandono	Baseado no modelo explicativo de Durkheim sobre a necessidade de integração social do indivíduo como fator importante para rompimento ou continuidade com o sistema social.
Tinto (1975, 1993, 1997)	Modelo de Integração do Estudante	Baseado em Spady, mas com a perspectiva de explicar as razões do fenômeno e a dinâmica do processo. Enfatiza o compromisso acadêmico e institucional dos/as estudantes e explica a interação dos discentes com a Instituição, e tem como pilares: integração acadêmica, integração social, compromisso com a instituição e meta de concluir a graduação.
Bean (1980)	Modelo de Desgaste do Estudante	Baseado na teoria comportamental de rotatividade organizacional no ambiente de trabalho criada por Price

		(1977, 1981) e Müller (1981) em que considera que há uma série de fatores que compõem o ambiente de trabalho e que concorrem para a satisfação ou insatisfação do trabalhador, portanto, seria decisivo para a permanência ou saída.
Bean e Mitzner (1985)	Modelo de Desgaste do Estudante	Revisão do modelo inicial proposto por Bean (1980), logo, está baseado na análise dos fatores que incidem na permanência dos/as estudantes considerando não tradicionais, ou seja, as etnias minoritárias. Porém, mantém-se o conceito anterior de rotatividade organizacional no ambiente de trabalho e destaca-se a importância do fator ambiente externo em substituição à integração social.
Cislaghi (2008)	Modelo de Permanência Discente na Graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) Brasileiras	Baseado nos modelos de Spady (1970, 1971), Tinto (1975, 1993, 1997), Bean (1980, 1985) e Bean e Mitzner (1985), bem como de outros autores relevantes. O estudo propõe uma análise direcionada para o contexto das instituições brasileiras a partir da consideração de três áreas que inter-relacionam-se: ambiente institucional, ambiente externo e fatores interpessoais e particulares do/a estudante.
Pereira (2013)	Modelo de Fatores associados ao Processo de Retenção	Semelhante ao modelo desenvolvido por Cislaghi (2008) devido ao direcionamento às IES brasileiras, especificamente à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), porém, está direcionado ao processo de retenção e considera uma tríade de fatores: internos, externos e características pessoais e anteriores ao ingresso.

Fonte: (Evangelista, 2020, p. 43-59).

Em vista disso, os modelos teóricos apresentados no Quadro 1 dizem respeito a estudos sobre o fenômeno da evasão escolar, exceto o de Pereira (2013) que analisa aspectos inerentes à retenção que, por sua vez, por ser um de seus indicadores, relaciona-se com os fatores que levam ao abandono. Logo, os estudos têm conexão com a pesquisa por trazerem teorias que contribuíram na análise do objeto desta investigação acadêmica.

Isto posto, no que diz respeito à retenção e evasão escolar identificou-se que a Plataforma Nilo Peçanha apresenta dados sobre tais fenômenos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e na Plataforma Em Números sobre evasão. Logo, discute-se acerca no Capítulo 3: Painel situacional da retenção e evasão estudantil no IFCE.

Diante disso, a partir de orientações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), o IFCE elaborou o Plano Estratégico para a Permanência e Êxito de Estudantes¹ (PPE) com a participação da

¹ É um Plano da Instituição que identifica as principais causas que provocam evasão e retenção no IFCE e direciona possíveis estratégias de enfrentamento. Isto posto, classifica-se como principais causas: a) fatores individuais: “[...] referem-se aos aspectos inerentes ao próprio estudante” (IFCE, 2017a, p. 23); b) fatores internos: “São fatores institucionais de ordem pedagógica ou administrativa” (IFCE, 2017a, p. 25); e c) fatores externos à Instituição: “São fatores de cunho econômico, social e do mundo do trabalho” (IFCE, 2017a, p. 29).

comunidade acadêmica de seus 33² (trinta e três) campi espalhados pela capital, região metropolitana e interior do estado.

Todavia, formaram-se Comissões de Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Incentivo à Permanência e Êxito e dos Indicadores de Acesso, Permanência e Êxito; uma geral e uma por cada campus. Logo, as Comissões Geral e Locais foram constituídas e integradas pelos/as personagens educacionais interessados/as e corresponsáveis pelo sucesso do/a educando/a, dentre eles estão os representantes da Coordenadoria de Controle Acadêmico³ (CCA) com o propósito de acompanhar estes indicadores e ações de enfrentamento nos campi do IFCE.

Haja vista, a pesquisa busca responder ao problema: como o setor do controle acadêmico do IFCE pode contribuir para a permanência e êxito dos/as discentes? Desse modo, para efeito desta pesquisa utiliza-se a nomenclatura definida na estrutura organizacional da Instituição: Coordenadoria de Controle Acadêmico. Por isso, apresenta-se como objetivo geral: investigar de que forma a CCA pode contribuir com a gestão acadêmica dedicada ao acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão nos campi do IFCE. Ademais, definiu-se como objetivos específicos:

- A. Analisar a atuação da CCA dos campi do Instituto Federal do Ceará, relacionada às ações de acompanhamento e monitoramento do PPE do IFCE;
- B. Confrontar as atividades de controle acadêmico dos campi com as ações gerais e as ações específicas do PPE da Instituição, buscando congruências e incongruências; e
- C. Produzir um Guia, a partir do PPE, com estratégias que a CCA poderá estabelecer para colaborar na gestão acadêmica para o acompanhamento e monitoramento dos índices de retenção e evasão dos campi do IFCE.

Destarte, esta dissertação está estruturada da seguinte forma:

² Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itaipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mombaça, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim. Além destes, no sítio eletrônico da Instituição está incluso o Polo de Inovação vinculado ao campus Fortaleza, portanto totalizam 34 (trinta e quatro) campi.

³ O setor desempenha atividades de escrituração, controle e arquivamento de documentos e dados acadêmicos, portanto dizem respeito à secretaria escolar, conforme Regimento Interno do *Campus* Jaguaribe aprovado pela Resolução do Conselho Superior do IFCE n.º 005, de 30/01/2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/00517AprovaoRegimentodoscampi.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

- A. Capítulo 1: apresenta-se resgate histórico da trajetória da educação profissional⁴ (EP) brasileira desde o período colonial no Brasil até períodos mais recentes em meados de 2013. Teve-se como principais autores Caires e Oliveira (2016) e Manfredi (2016);
- B. Capítulo 2: realizou-se revisão da literatura nacional sobre retenção e evasão discente na educação profissional com o objetivo de reunir trabalhos que tratassem da temática e, dessa forma, pudessem embasar a discussão dos outros capítulos;
- C. Capítulo 3: expôs-se a situação dos fenômenos no IFCE através de um painel situacional em que foi construído a partir dos dados coletados no primeiro questionário online aplicado e dos conteúdos nas plataformas digitais Em Números e na Nilo Peçanha;
- D. Capítulo 4: descreveu-se as etapas crítico-analítica e propositiva, pois aplicou-se o segundo questionário online para conhecimento e discussão das ações já desenvolvidas, bem como sugestão de novas com vistas aos fenômenos estudados. Assim como construiu-se a proposta de Guia como produto educacional e realizou-se a validação junto aos participantes da pesquisa.

⁴ Até meados dos anos 1990 o termo utilizado era ‘educação profissional’, porém o termo ‘tecnológica’ foi introduzido após inúmeras discussões no cenário educacional brasileiro. Hoje, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob n.º 9.394/1996, aborda o termo ‘educação profissional e tecnológica’ em seu Capítulo III.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.

Iniciar diálogo sobre evasão estudantil na educação profissional exige que os primeiros passos sejam dados a partir da contextualização histórica desta modalidade de ensino no Brasil, por isso a primeira seção foi intitulada: A educação profissional no Brasil: história e contexto.

2.1 História e contexto.

A história da EP brasileira está fundamentada na construção da sociedade, de acordo com o projeto político-social dominante em cada época. Desse modo, esta seção deteve-se a realizar apanhado histórico e cronológico da trajetória desta modalidade de ensino em cada período da história da educação no Brasil. Logo, o estudo aponta a predominância de algumas correntes político-ideológicas, tais como: religiosa e colonizadora (Século 16 a 1759⁵), assistencialista e elitista (pós 1808⁶ a 1889), industrial e capitalista (1889⁷ a 1930), corporativista, industrial e elitista (1930⁸ a 1946), corporativista, capitalista internacional e desenvolvimentista (1945⁹ a 1990), capitalista internacional e neoliberal (1990 a 2003)¹⁰, e participativa, fortalecedora do Estado e neoliberal (a partir de 2003).

⁵ Trata-se da Reforma Pombalina, conforme Cunha (2000): “[...] Os jesuítas e seu projeto educativo só perderam a posição hegemônica no campo educacional após 1759, com a expulsão de Portugal e domínios” (CUNHA, 2000 apud MANFREDI, 2016a, p. 53).

⁶ Trata-se da chegada da família real portuguesa à colônia: “[...] As primeiras medidas rumo à constituição do aparelho escolar estatal vão ocorrer após a transferência do reino português para o Brasil, em 1808. [...]” (MANFREDI, 2016a, p. 53).

⁷ Trata-se da Proclamação da República: “Em 1889, ocorreu a Proclamação da República Brasileira. Essa nova organização política acarretou profundas transformações no cenário socioeconômico, cultural e educacional brasileiro, [...]” (CAIRES e OLIVEIRA, 2016a, p. 42).

⁸ Trata-se do governo de Getúlio Vargas: “A Revolução de 1930 levou Getúlio Vargas ao cargo de presidente da nação brasileira. Iniciou-se, então, um novo período na história do país, denominado de Era Vargas, que só terminaria, 15 anos mais tarde, com a deposição desse mandatário. [...]” (CAIRES e OLIVEIRA, 2016b, p. 51).

⁹ Trata-se da Segunda República: “O retorno ao regime democrático consolidou-se com a promulgação, em 1946, da quarta Constituição Republicana do Brasil que, conseqüentemente, levou a uma nova organização político-partidária, de cunho populista, predominante entre os anos de 1945 a 1964. Esse quadro político delineado pela denominada Segunda República, foi integrado, sobretudo, por ex-correligionários de Vargas, [...]” (CAIRES e OLIVEIRA, 2016c, p. 66) e do início do governo militar: “O Golpe de 1964 instaurou o Regime Militar que, em síntese, viabilizou a entrada do *grande capital*, isto é, do capital norte-americano, inserindo no Brasil, no padrão de acumulação capitalista, ou seja, na esfera da primazia do capital internacional (Grifo das autoras) (XAVIER; RIBEIRO; e NORONHA, 1994 apud CAIRES e OLIVEIRA, 2016c, p. 75).

¹⁰ Trata-se do período da Nova República iniciado com a redemocratização em 1985: “Em março de 1985, iniciou-se a transição progressiva da democracia, que provocou a saída dos militares do poder e a entrada do governo civil, exercido por José Sarney, começando-se, assim, a denominada Nova República” (CAIRES e OLIVEIRA, 2016d, p. 89) seguido pela transição dos presidentes Fernando Affonso Collor de Melo (1990 a 1992), Itamar Augusto Cautiero Franco (1992 a 1995), Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) e Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2011). Fonte: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Entretanto, interessa ressaltar que, apesar da definição temporal para as correntes identificadas, não há marcos definidores que as dividem, pois as propostas político-ideológicas ocorrem concomitantes em alguns períodos e sofrem modificações para outras proposições de acordo com o projeto societário vigente e com a organização da sociedade em resposta reativa às satisfações e/ou insatisfações das classes dominantes e trabalhadoras. Portanto, a história da EP foi e é tecida com vistas às demandas da sociedade, do governo e do capital.

Em vista disso, tais correntes impuseram à sociedade brasileira alguns mecanismos que colocaram a EP como protagonista da concepção de ensino dualista: uma voltada para as elites dominantes, ou seja, os condutores, e outra dirigida para as camadas da sociedade que deveriam atender aos interesses das classes dominantes, sejam a aristocracia, os empresários ou os governantes, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Registros histórico-temporais da educação profissional no Brasil.

Período	Registro histórico-temporal
Período colonial (antes da chegada da família real no Brasil)	Práticas educativas informais nos engenhos de açúcar para qualificação para o trabalho. Escolas-oficinas de formação de artesãos e demais ofícios nas residências e colégios jesuítas. Havia também prática de trabalho organizado em corporações de ofícios dependendo da organização da câmara de cada centro urbano.
A partir de 1808 (chegada da família real no Brasil)	Criação do Colégio das Fábricas com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal. Fundação das primeiras Instituições públicas de ensino superior destinadas à formação de profissionais para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado.
1816	Missão Artística Francesa: vinda de pintores, arquitetos, escultores, restauradores, ferreiros, carpinteiros e diversos tipos de artesãos franceses com o objetivo de iniciar formação acadêmica em belas artes através da formação da Escola Superior de Belas Artes, precursora da Academia Imperial de Belas Artes.
Durante o Século XIV	Surgimento de Instituições privadas como os Liceus de Artes e Ofícios de livre acesso, exceto para os escravos, e públicas como o Seminário dos Órfãos da Bahia e as Casas de Educandos e Artífices, porém ambas serviam para atenderem às crianças pobres e órfãs para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia dentre outras, ou seja, tinha uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições econômicas e sociais satisfatórias e, dessa forma evitar a vagabundagem e a criminalidade.
A partir de 1909	Criação das Escolas de Aprendizes Artífices em diferentes Unidades da Federação com o objetivo de formar operários, artífices e contramestres visando atender os crescentes processos de desenvolvimento industrial e urbanização. Os ofícios oferecidos eram os de marcenaria, de alfaiataria e de sapataria, ou seja, mais artesanais do que manufatureiros.
Até 1932	O curso primário vinha acompanhado das alternativas de curso rural e curso profissional, podendo prosseguir formação para o trabalho no nível ginasial, dentre elas, o Normal, o Técnico Agrícola, o Técnico Industrial e o Técnico Comercial. As elites tinham a possibilidade de seguir estudos no nível superior após os estudos propedêuticos nos cursos primários e secundários.
Durante as décadas de	As escolas pré-vocacionais e profissionais constituíam dever do Estado, assim

1930 e 1940	como a colaboração com as indústrias e os sindicatos para a criação de escolas para os filhos dos operários e dos associados. Ainda, as Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a se chamar de Liceus Profissionais (Lei n.º 378/1937).
A partir de 1942	Leis Orgânicas da Reforma Capanema: criação do ensino primário e do ensino secundário dividido em 2 ciclos, logo no 1º ciclo havia o ginásial secundário, o Normal de 1º ciclo e os básicos profissionalizantes, e no 2º ciclo havia o colegial secundário, o Normal de 2º ciclo e os técnicos profissionalizantes, sendo os cursos de 1º ciclo propedêutico ao 2º. Todavia, foram criados os exames de adaptação que permitiriam aos estudantes dos cursos profissionalizantes ingressar no ensino superior em cursos relacionados aos que haviam feito no ensino técnico profissionalizante, porém os concluintes dos cursos do 2º ciclo secundário não tinham restrições de candidatura.
Entre 1942 e 1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social da Indústria (SESI) voltadas para atender às necessidades dos setores empresariais.
1959	Transformação das Escolas Industriais e Técnicas (EIT), vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, em Escolas Técnicas Federais (ETF) com personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira.
1961	Promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) sob n.º 4.024: reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo articulação entre os cursos profissionalizantes (2º ciclo) e o secundário com possibilidade de prosseguimento nos estudos no ensino superior e sem restrições.
1971	Reforma da educação básica através da Lei n.º 5.692 (Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus), ou seja, a segunda LDBEN: denominação dos cursos primário, ginásial e colegial para 1º (primário e ginásial) e 2º (colegial) graus, destacando-se o caráter obrigatório da profissionalização (setor público) no 2º grau com o propósito de atender a qualificação da mão de obra para a nova fase de industrialização marcado pela internacionalização do capital (milagre econômico).
1978	Início do processo de cefetização das ETFs transformando as de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e se estende ao longo dos anos 1980 e 1990, ofertando cursos de graduação e de pós-graduação, além dos tradicionais cursos técnicos.
1982	Com a Lei n.º 7.044 a educação nacional retorna ao modelo estabelecido antes de 1971 com a proposta de 'preparação para o trabalho' e normatiza um novo arranjo conservador, principalmente no setor público, mantendo o ensino profissionalizante para as camadas populares (com ensino propedêutico inferior ao ofertado às elites) e o propedêutico para as elites, todavia permaneceu com a equivalência entre os cursos. Ressalta-se que esta regressão na lei deve-se à crise mundial do capitalismo o que atingiu o projeto econômico do governo militar.
1986	Implantação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC) com o propósito de aumentar a assistência ao ensino técnico com a instalação de escolas técnicas, industriais e agrícolas de 1º e 2º graus com recursos do Banco Mundial.
Durante a década de 1990	Promulgação da terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sob n.º 9.394: o ensino profissionalizante é apresentado como uma modalidade de ensino separada dos demais níveis de ensino, podendo ocorrer de forma articulada ao ensino médio e não integrada. Além disso, a educação sofreu ajustes no âmbito organizacional, financeiro e no projeto político pedagógico pautados no ideário e reforma neoliberal.
1997	Através do Decreto n.º 2.208 foi promovida a Reforma do Ensino Técnico inviabilizando a oferta da educação profissional integrada ao ensino médio. Para tanto, foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) em

	parceria com o Ministério do Trabalho e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para implantação e/ou readequação das escolas técnicas da rede pública configuradas como instituições privadas colocando, assim, o ensino profissionalizante para o setor privado.
2004	Revogação do Decreto N.º 2.208 através do Decreto n.º 5.154 em que confere um novo arranjo à educação profissional, pois regulamentou a oferta do ensino médio integrado à educação profissional técnica, porém manteve-se as modalidades concomitante e subsequente, além de cursos de formação inicial e continuada para formação de trabalhadores e tecnológicos de graduação e de pós-graduação.
2007	Criação do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), através do Decreto n.º 6.301, para promover o desenvolvimento da educação profissional na modalidade de educação a distância em Instituições públicas.
2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que passa a integrar a Rede junto com a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR), Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e de Minas Gerais (CEFET/MG), Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II, através da Lei n.º 11.892. Nesta Lei, a EPT está organizada por meio de eixos tecnológicos e itinerários formativos.
2011	Instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ampliando a oferta de EPT de forma que autoriza os serviços nacionais de aprendizagem, ou seja, as Instituições ligadas ao Sistema S ¹¹ , que integram o sistema federal de ensino a criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior sob regulação, supervisão e avaliação da União (Lei n.º 12.513).
2013	Instituição do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTE) para possibilitar o acesso de estudantes egressos do ensino médio a vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente, através da Portaria MEC n.º 671.

Fontes: (Caires e Oliveira, 2016d, p. 89-187); (Escott e Moraes, 2012, p. 1.493-1.497); (Manfredi, 2016a, p. 45-83); (Sá et al., 2015, p. 9.656-9.666); e (Tomé, 2012, p. 3-10).

Dessa forma, cabe destacar alguns destes registros histórico-temporais na trajetória da EP brasileira, como a chegada da família real portuguesa em 1808 que, a partir de então, o Estado se organiza com as primeiras iniciativas direcionadas à formação profissional nas perspectivas assistencialista e dualista de classes. Logo, cita-se, principalmente, a criação do Colégio das Fábricas, instalado por D. João VI, para atender às demandas requeridas pelos estabelecimentos manufatureiros no país, de modo que também serviria de amparo para os órfãos recém-chegados ao Brasil colonial e, assim, os manteriam ocupados e evitaria que fossem delegados a um destino de criminalidade, conforme visão das elites dirigentes da época.

¹¹ “Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest)”. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Além disso, no início do Século XX (1909), o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices espalhadas por diferentes Unidades da Federação (UF), exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. Eram diversas das Instituições da iniciativa privada, dos governos estaduais e até mesmo de outras mantidas pelo próprio governo federal por terem, sobretudo, currículo e metodologia próprios, condições de ingresso e destinação dos egressos ao mercado de trabalho. Portanto, formaram um sistema escolar que é considerado o princípio da RFEPCT. Contudo,

A localização das escolas obedeceu mais a um critério político do que econômico, pois foram instituídas nas capitais dos Estados, embora, na época, poucas capitais contassem com um parque industrial desenvolvido e os Estados tivessem suas atividades manufatureiras concentradas em outras cidades. **As escolas constituíam eficiente mecanismo de “presença” e de barganha política do governo federal, nos Estados, junto às oligarquias locais** (Grifo meu) (Manfredi, 2016a, p. 61).

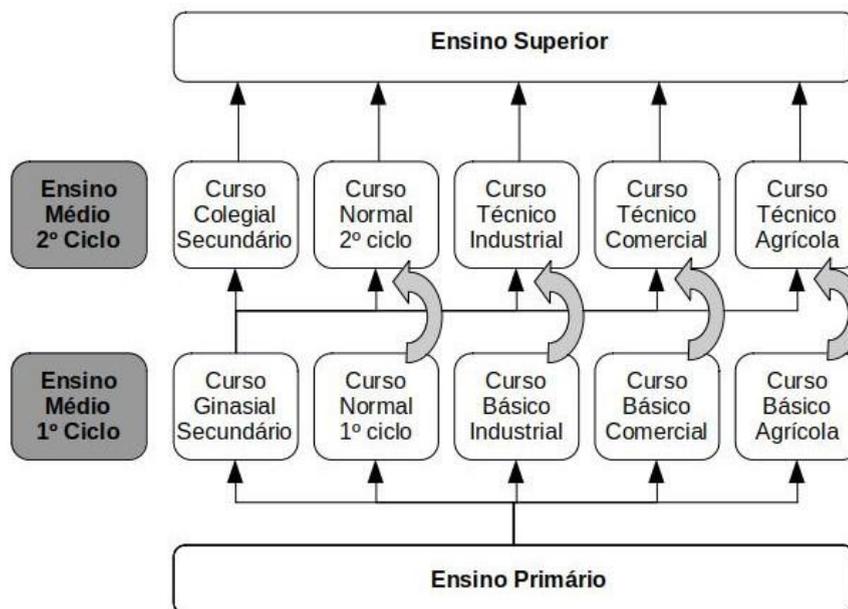
Haja vista, percebe-se as propostas assistencialista, dualista de classes e industrial, pois previam o direcionamento dos alunos formados nestas Instituições para trabalhos que exigissem serviços manuais ou mecânicos mais convenientes às indústrias de cada UF, pois, “A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contramestres, por meio do ensino primário e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas [...]” (Manfredi, 2016a, p. 61), aliado à manutenção de poder das elites que se valiam da influência político-partidária em cada estado da Federação.

Ademais, outro ponto importante são as Leis Orgânicas que constituíram a Reforma Capanema (a partir de 1942), conduzida por Gustavo Capanema, ministro da educação e saúde no governo de Getúlio Vargas. A reforma teve como principal característica a criação do ensino secundário dividido em 2 ciclos, sendo que no 1º ciclo havia o curso secundário ginásial, direcionado para a preparação dos dirigentes da sociedade de forma a conduzi-los ao ensino superior, e os cursos profissionalizantes de nível básico, direcionados a formar força de trabalho específica para os setores produtivos e para serviços burocráticos. Logo, os cursos deste ciclo tinham ensino propedêutico e davam acesso aos do 2º (nível técnico).

Todavia, o curso ginásial secundário de 1º ciclo possibilitou prosseguimento no respectivo curso secundário do ciclo seguinte (colegial com ensino propedêutico), assim como do ginásial aos demais profissionalizantes de nível técnico (2º ciclo), porém os cursos básicos profissionalizantes de 1º ciclo davam acesso apenas aos respectivos técnicos do 2º ciclo, excluindo os alunos de cursarem o curso colegial secundário e almejarem ingresso no ensino superior, tendo em vista que a formação curricular não privilegiava o currículo propedêutico como ocorria no ginásial e colegial secundários. Ainda, anterior a estes 2 ciclos tinha o ensino

primário que era comum a todos. Dessa maneira, a Figura 1 apresenta a estrutura desta reforma.

Figura 1 - Articulação entre os níveis de ensino, conforme a Reforma Capanema (1942 a 1946).



Fonte: (Cunha, 2000 apud Caires e Oliveira, 2016b, p. 62).

Outrossim, a educação brasileira sofre mais alterações com a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (1971), segunda LDBEN, em que os anteriores cursos primários e ginásial foram condensados em curso de 1º grau e o curso colegial, denominado 2º grau, de maneira que este segundo tinha caráter obrigatório no setor público, pois atendia ao propósito de internacionalização do capital no governo militar, na medida que preparava mão de obra para atendimento às Indústrias. Todavia, as Instituições privadas permaneceram com a oferta do ensino propedêutico com o objetivo do ingresso no ensino superior. Em vista disso, sobressalta a proposta de industrialização e desenvolvimentista com base no atendimento ao capital internacional.

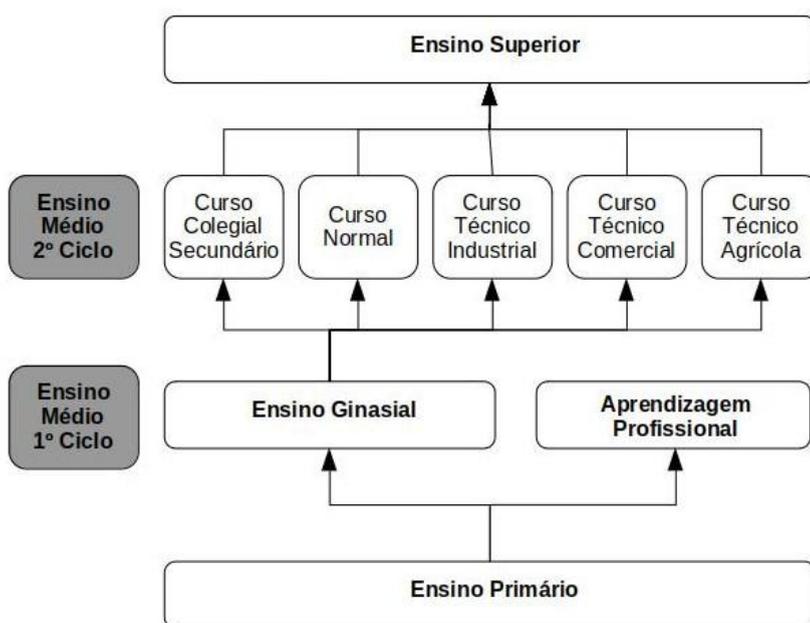
Isto posto, a Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus desmantela a integração da EP ao ensino regular, garantida pela primeira LDBEN (1961), pois promovia articulação entre os cursos técnicos profissionalizantes e o colegial secundário no 2º ciclo. Ainda, em nível de 1º ciclo foi definido o currículo não profissional através do ensino ginásial e os cursos de aprendizagem profissional sendo, para o segundo, permitida a matrícula nos cursos do 2º ciclo (colegial) adequado ao grau de estudo atingido em nível ginásial (1º ciclo).

Ressalta-se que tal articulação possibilitava que o aluno prosseguisse estudos no ensino superior independente de sua formação no ensino ginásial (1º ciclo). Entretanto, Cury et al. (1982) alerta que

[...] o ramo técnico-profissional manteve-se sem mudanças positivas em relação ao que era antes da Lei: um ensino com marcada predominância do caráter profissionalizante, apenas temperado por certa dose de educação geral diluída, não tanto no número de matérias, mas no padrão de ensino ou na fixação em disciplinas e programas mais relacionados com problemas técnicos (CURY *et al.*, 1982 *apud* Caires e Oliveira, 2016c, p. 73).

Todavia, Kuenzer (2000) assevera que “A equivalência estabelecida pela Lei 4024/61, [...], sem sombra de dúvida trouxe significativo avanço para a democratização do ensino” (Kuenzer, 2000 *apud* Caires e Oliveira, 2016c, p. 73), conforme observa-se na Figura 2.

Figura 2 - Articulação entre os níveis de ensino, conforme a primeira LDBEN (1961).



Fonte: (Cunha, 2000 *apud* Caires e Oliveira, 2016c, p. 72).

Contudo, a Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus não se consolidou, no que diz respeito à obrigatoriedade da profissionalização, pois sofreu algumas alterações e foi efetivamente modificada através da Lei n.º 7.044/1982 se aproximando ao que era sugerido nas Leis Orgânicas que compunham a Reforma Capanema. Logo, trata do resgate à antiga distinção “[...] entre o ensino de formação geral (denominado de básico) e o ensino de caráter profissionalizante (pela via das habilitações específicas e plenas, [...])” (Manfredi, 2016a, p. 82). Ademais, a autora afirma que “A antiga dualidade, que, na prática, não havia sido

questionada, voltava, assim, a se manifestar, mas agora sem os constrangimentos legais” (Manfredi, 2016a, p. 82).

Não obstante, durante a década de 1990 suscitaram projetos para a educação brasileira vindos de diversos setores da sociedade, como observado no Quadro 3.

Quadro 3 - Propostas educacionais de reestruturação do ensino médio e profissional na década de 1990.

Setor		Proposta
Estado	Ministério da Educação	<p>[...] idealizou-se a criação de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que englobaria todas as escolas técnicas do setor público federal, estadual e municipal e as instituições particulares da rede Senai e Senac, [...]. [...] ofertaria cursos nas seguintes modalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • qualificação profissional a adolescentes e adultos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola regular e para os que, completando o primeiro grau, quisessem ter formação específica para o exercício de uma ocupação, [...]; • educação prática em nível de primeiro grau, integrada ao currículo de primeiro grau, [...]; • formação técnica de nível médio, oferecida nas escolas de segundo grau, que ofertavam profissionalização em áreas definidas [...]; supunha que os conhecimentos técnico-científicos tivessem respaldo na educação geral; • formação técnica de nível superior, destinada à preparação de tecnólogos [...]; • formação profissional superior oferecida pelas universidades nos cursos plenos, [...], preparando “não só para o exercício profissional, como também para a investigação científica” (Manfredi, 2016b, p. 91).
	Ministério do Trabalho	<p>[...] voltado não só para os trabalhadores que possuíam um contrato formal de trabalho, mas também, e principalmente, para os desempregados, precariamente escolarizados [...].</p> <p>[...]</p> <p>[...] havia em tal projeto a negação da dicotomia entre educação básica e Educação Profissional e da sobreposição ou substituição da segunda pela primeira, o entendimento de que a formação profissional deve enfatizar o desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos básicos, específicos e de gestão, voltados para o desenvolvimento plural do indivíduo, e o reconhecimento e a valorização do saberes adquiridos por meio de experiências de trabalho, [...] (Manfredi, 2016b, p. 89).</p>
Sociedade Civil	Educadores e organizações populares e sindicais	<p>[...] postulava a criação da escola básica unitária, sustentada pela justificativa de construção de um sistema de educação nacional integrado que propiciasse a unificação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. [...].</p> <p>[...]</p> <p>[...] teria que ser constituída de um nível elementar com o objetivo de propiciar a aquisição dos instrumentos básicos necessários à compreensão e à participação na vida social produtiva e um secundário, básico e fundamental, em que o jovem pudesse ter condições para a formação da autodisciplina intelectual e da autonomia moral, comportamentos indispensáveis ao homem omnilateral, e a formação teórico-científica e tecnológica necessária à especialização posterior. [...].</p> <p>[...]</p> <p>[...] também tinha como pressuposto a universalização do ensino público e gratuito para toda a população infantil e juvenil em idade</p>

		de frequentar a escola, estendendo a escolaridade obrigatória, [...] (Manfredi, 2016b, p. 93-94).
	Empresários industriais	[...] Posicionavam-se em favor do aumento da escolaridade básica, da necessidade de incrementar a oferta de programas de capacitação e requalificação profissional da força de trabalho e vinham assumindo papel mais ativo na manutenção de escolas da rede pública. [...]. O documento “Custo Brasil: agenda no Congresso Nacional” (1996), enfatizava a necessidade de se desenvolverem políticas que visassem aumentar o nível de escolaridade, [...] O referido documento também propunha as principais linhas de ação que deveriam ser adotadas no campo da educação básica e da Educação Profissional: [...] Em outro documento, “Competitividade: propostas dos empresários para a melhoria da qualidade da educação” [...] apresentava propostas para os diferentes segmentos, tanto no que se refere à educação básica quanto à profissional. [...] A leitura das propostas e recomendações feitas pelos empresários da indústria mostra que esse grupo social se posicionava em favor do aumento da escolaridade básica, da melhoria qualitativa da escola pública de nível fundamental e da reformulação e ampliação do atual sistema de ensino profissional, não questionando sua natureza dual. [...] (Manfredi, 2016b, p. 95-99).

Fonte: (Manfredi, 2016b, p. 87-99).

Perante o exposto, a terceira LDBEN (1996) foi promulgada depois de muitas discussões e análises a Projetos de Lei (Substitutivo Jorge Hage, Substitutivo Darcy Ribeiro de autoria dos deputados Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa, e o do ministro da educação Paulo Renato de Souza), logo, destacou-se o Substitutivo Darcy Ribeiro de maneira que atendeu à organização capitalista neoliberal priorizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entretanto, a nova LDBEN apresentava lacunas no que diz respeito à continuidade da integração do ensino médio com a educação profissional o que era alvo de críticas de educadores e de Instituições públicas de ensino profissionalizante como os CEFETs, em contraponto ao que já se debatia diante dos projetos do MEC, dos educadores e organizações populares e sindicais, e dos empresários industriais (ver Quadro 3).

Desse modo,

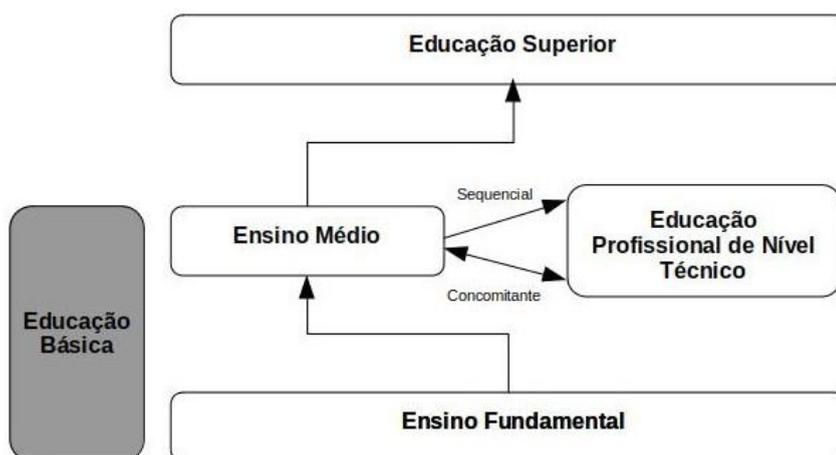
[...] o referido projeto tornou-se desnecessário e, para substituí-lo, entrou em vigência, o Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997, que estabeleceu a Reforma do Ensino Técnico e, entre outras determinações, inviabilizou a oferta do Ensino Profissional integrado ao Ensino Médio. [...].

[...]

[...] assim, a Educação Profissional passou a ser ofertada de forma concomitante ou sequencial ao Ensino Médio e, segundo Oliveira (2000), focada no atendimento às demandas específicas do setor produtivo, por meio da aproximação dos processos formativos escolares aos processos de treinamento de trabalhadores e, portanto, **tratando-se de uma formação, meramente técnica**, afastada dos objetivos de uma Educação Tecnológica (Grifo meu) (Caires e Oliveira, 2016d, p. 112-114).

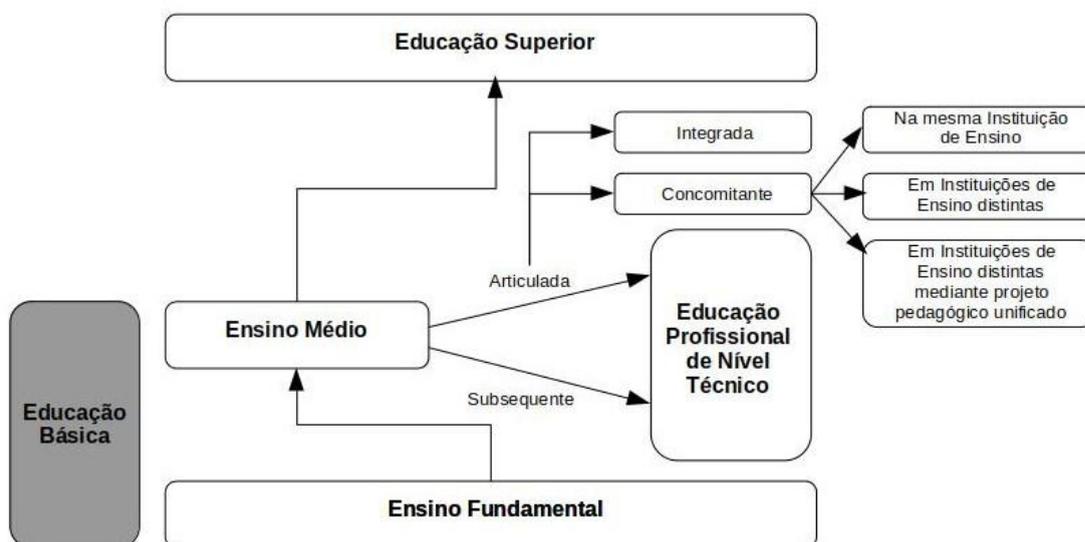
Nesse sentido, a Figura 3 mostra a legalização do resgate à dualidade estrutural na educação brasileira entre o ensino médio e a EP. Todavia, atualmente a LDBEN admite a educação profissional técnica de nível médio nas formas articulada e subsequente, sendo que a articulada ocorre de forma integrada ou concomitante, conforme Figura 4.

Figura 3 - Articulação entre os níveis de ensino, conforme a terceira LDBEN (1996).



Fonte: (Caires e Oliveira, 2016d, p. 116).

Figura 4 - Articulação entre os níveis de ensino, conforme a terceira LDBEN (1996) atualizada pela Lei n.º 11.741/2008.



Fonte: elaborada pelo autor.

Destarte, finaliza-se a discussão, nesta seção, com as iniciativas de estruturação da EPT iniciada em 1978 com o processo de cefetização das ETFs, encarregadas de

- a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos;

b) preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio (Brasil, 1959 apud Caires e Oliveira, 2016c, p. 70).

Logo, infere-se que o processo de transformação das ETFs em CEFETs ocorre num cenário de imposição de formação de mão de obra para atender ao capital internacional que se fazia presente na crescente industrialização no país. Todavia, essa conjuntura perde força porque o desenvolvimento acanhado da industrialização brasileira não foi suficiente para abarcar a quantidade de profissionais que foram colocados no mercado de trabalho o que fez com que a sociedade reorganizasse seu projeto societário durante a década de 1980 (fim do governo militar e início do governo de José Sarney) e demandasse intensas discussões sobre diversos assuntos, dentre eles sobre a educação profissional e tecnológica.

Em vista disso, diversos setores da sociedade (governo, empresários, educadores e Instituições de ensino) procuram rever o projeto de educação que o Brasil dispunha até o momento e o colocaram em mesas de debate suscitando questionamentos como a educação a serviço da valorização de mecanismos fortalecedores das privatizações, da diminuição da atuação do Estado e do mercado globalizado e flexível, no que diz respeito às oportunidades de acumulação onde quer que elas se encontrem, assim como a formação de trabalhadores adaptáveis à transitoriedade, (Caires e Oliveira, 2016d, p. 104-109; Ramos, 2014, p. 23), e a serviço da orientação politécnica¹² no ensino médio com vistas a compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos na relação da teoria com a prática, bem como o significado da ciência, das letras e das artes de modo a entender as transformações sociais e culturais da humanidade (Caires e Oliveira, 2016d, p. 107-108).

Por conseguinte, tais discussões se intensificaram durante o processo de cefetização das ETFs, ocorrido nos anos 1990, resultando em políticas públicas que concretizaram na criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (1994) e na constituição de um subsistema paralelo e complementar ao ensino médio consolidado na Lei n.º 9.394/1996 (LDBEN atual). Ao mesmo tempo em que haviam tentativas antagônicas de

¹² [...] O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos.

Politecnia, significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes.

Essa é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante, caso em que a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo (SAVIANI, 2007, p. 161).

fortalecimento e fragmentação da EP em atendimento ao capital internacional e às políticas neoliberais, os debates alcançaram 2008 com a criação da RFEPCT.

Perante o exposto, a EP no Brasil sempre esteve aliada ao propósito de servir ao projeto societário que estivesse em vigor, o que desenhou a estrutura administrativa e pedagógica das Instituições de ensino. Isto posto, a trajetória política do país, desde a colonização portuguesa até o início do Século XXI, esteve ancorada em ideais que mascararam uma educação segregadora de classes com ares de ser emancipatória dos/as trabalhadores/as. Entretanto, o sistema dualista foi e é presente na EP, conforme percebe-se na leitura desta seção, permeado por momentos com menores e maiores diálogo com os setores da sociedade brasileira e governo, ainda que os objetivos ambiciosos do capital limitassem os/as alunos/as desta modalidade de ensino a meros postos de trabalho capacitados.

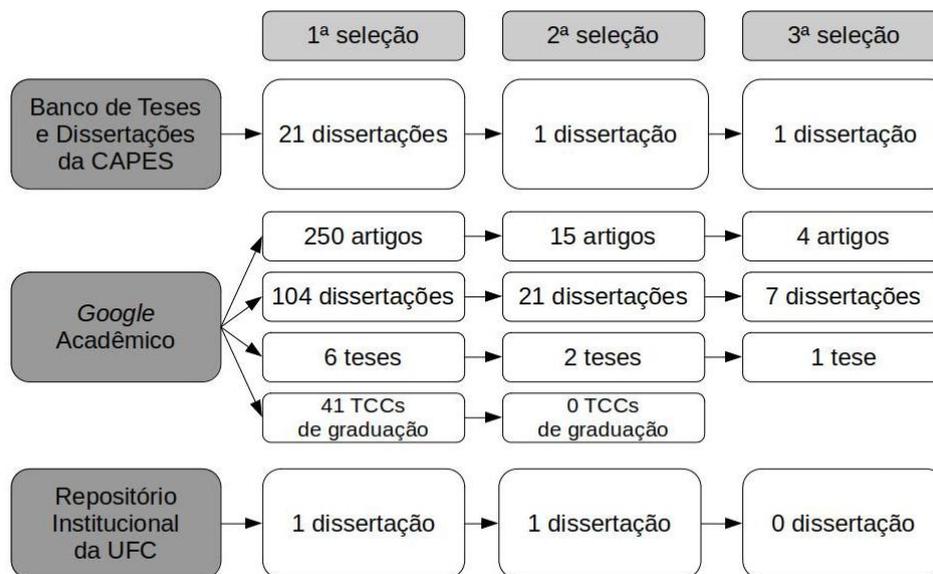
3 REVISÃO DA LITERATURA NACIONAL SOBRE RETENÇÃO E EVASÃO DISCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Abordar a retenção e a evasão escolares se apresenta como uma tarefa complexa por envolver muitos aspectos que se originam tanto no espaço escolar quanto no familiar e social, e esses aspectos interagem de maneira interligada, por isso a complexidade em compreender os fenômenos. Logo, alinha-se a Tinto (1975 apud IFCE, 2017a, p. 8): “a evasão deve ser vista como um fenômeno complexo e não um problema comum, uma vez que compromete o efetivo do direito à educação de qualidade para todos” e a Sales; Castro; e Dore (2013 apud Figueiredo e Salles, 2017, p. 5): “[...] fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais [...]”.

Ademais, o estudo dos indicadores que podem levar o/a aluno/a a reter-se e a evadirem-se complica mais quando estão pautados no cenário da educação profissional e tecnológica no Brasil, pois a literatura a respeito é escassa. Porém, a literatura disponível pode contribuir para fundamentar a discussão dos fenômenos nesta modalidade de ensino. Contudo, buscou-se artigos, dissertações e teses nas bibliotecas digitais Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC) com o objetivo de resgatar pesquisas sobre a retenção e evasão estudantil na EPT nos últimos cinco anos, ou seja, de 2017 a 2021.

Dessa forma, o processo de busca das produções foi realizado a partir de uma *string*: evasão AND retenção AND educação profissional, e pode ser esclarecido na Figura 5. A *string* utilizada foi obtida a partir da definição de palavras-chaves: educação profissional e tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, permanência e êxito estudantil, retenção e evasão escolar, e abandono escolar.

Figura 5 - Processo de levantamento bibliográfico para a revisão de literatura nacional.



Fonte: elaborada pelo autor.

Diante do exposto, a primeira seleção foi realizada pela busca de títulos que identificassem estudos que interessavam ao assunto proposto para a revisão literária e resultou em 423 (quatrocentos e vinte e três) trabalhos. Todavia, descartou-se os 41 (quarenta e um) Trabalhos de Conclusão de Curso por serem pesquisas básicas e a nível de graduação, inferior à proposta de uma revisão de literatura para compor a pesquisa a nível de mestrado.

Logo, procedeu-se à segunda seleção a partir do estabelecimento de critérios de exclusão para aproximar as pesquisas encontradas da discussão para a revisão, portanto, os critérios utilizados foram:

- A. A produção aborda retenção e/ou evasão estudantil, mas não na EPT;
- B. A produção aborda retenção e/ou evasão estudantil na EPT, mas o trabalho está direcionado para o levantamento de indicadores e estatísticas;
- C. A produção aborda retenção e/ou evasão estudantil na EPT, mas o trabalho está direcionado para a mineração de dados educacionais (MDE) ou learning analytics;
- D. A produção aborda retenção e/ou evasão estudantil na EPT, mas o trabalho está direcionado para programas de assistência estudantil e de acesso e democratização à EPT;
- E. A produção aborda retenção e/ou evasão estudantil na EPT, mas o trabalho está direcionado para análise de tais fenômenos em disciplina específica de determinado curso da EPT;

- F. A produção aborda retenção e/ou evasão estudantil na EPT, mas o trabalho está direcionado para o levantamento de estratégias de combate, tanto pedagógicas quanto de gestão, empregadas pelas Instituições de ensino na EPT; e
- G. A produção é uma revisão de literatura.

Dessa maneira, após a leitura do resumo de cada trabalho, restaram 40 (quarenta) produções que, por sua vez, foram dedicadas à leitura mais aprofundada da introdução e, quando necessário, do primeiro tópico de cada produção. Logo, finalizou-se a filtragem com 13 (treze) pesquisas sobre retenção e evasão estudantil no contexto da EPT no Brasil, conforme Anexo B.

Outrossim, durante a leitura completa dos trabalhos finalistas da filtragem, realizou-se atribuição de conceitos a fim de reforçar aqueles que demonstraram maior fundamentação para a realização do debate de revisão da literatura, conforme Quadro 4. A atribuição de conceitos seguiu as seguintes definições:

- A. Conceito 1 - produção que pouco discute retenção e/ou evasão escolar e com pouco foco na EPT no Brasil;
- B. Conceito 2 - produção que discute retenção e/ou evasão escolar, mas com pouco foco na EPT no Brasil;
- C. Conceito 3 - produção que discute retenção e/ou evasão escolar com mais profundidade do que as produções do conceito 2, mas com pouco foco na EPT no Brasil;
- D. Conceito 4 - produção que discute retenção e/ou evasão escolar mais profundidade e com foco maior do que as produções dos conceitos 2 e 3 em relação à EPT no Brasil; e
- E. Conceito 5 - produção que discute retenção e/ou evasão escolar com profundidade e com foco específico na EPT no Brasil.

Quadro 4 - Conceitos atribuídos aos trabalhos finalistas após a leitura integral.

Ordem	Título	Conceito	Parecer
1	Oportunidade versus evasão no ensino médio integrado na perspectiva do estudantes	3	Contempla debate sobre discursos discentes a respeito de sua trajetória no Instituto Federal pesquisado, assim como sobre obstáculos que impediram o êxito estudantil.
2	Combate à evasão escolar por meio da gestão de processos: um estudo de caso no IFPI Parnaíba	3	Contempla debate sobre discursos de servidores do Instituto Federal pesquisado sobre a evasão escolar.

3	Dados educacionais com foco na evasão escolar: diagnóstico e desafios para o IFNMG - Campus Avançado Porteirinha	4	Contempla debate sobre discursos discentes a respeito de sua trajetória no Instituto Federal pesquisado, assim como sobre obstáculos que impediram o êxito estudantil.
4	Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões	5	Contempla debate sobre discursos discentes a respeito de aspectos que promoveram a evasão escolar.
5	Evasão nos cursos do PROEJA: um estudo de caso no IFRJ	2	Contempla discussão sobre evasão em cursos profissionalizantes no Instituto Federal pesquisado na modalidade EJA.
6	A experiência da evasão escolar no Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Catalão (2014 – 2015)	3	Contempla discussão sobre a implementação e estruturação dos Institutos Federais, bem como as implicações da evasão para sua consolidação enquanto Instituição de ensino profissionalizante.
7	Avaliação experiencial dos fatores da evasão nos cursos técnicos subsequentes do IFCE a partir dos gestores do campus Acaraú	4	Contempla discussão sobre a implementação e estruturação dos Institutos Federais, bem como as implicações da evasão para sua consolidação enquanto Instituição de ensino profissionalizante.
8	Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento	3	Contempla discussão sobre evasão na educação profissional e tecnológica.
9	Evasão escolar: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - Campus Palmas	2	Contempla discussão sobre evasão em cursos profissionalizantes da modalidade EJA.
10	Evasão na educação profissional: perfil e motivações dos evadidos	5	Contempla discussão sobre evasão na educação profissional e tecnológica.
11	O fenômeno da retenção escolar e a motivação na concepção dos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos campi Amajari e Boa Vista Zona Oeste - Instituto Federal de Roraima	4	Contempla discussão sobre evasão em cursos profissionalizantes de IF.
12	Retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio - um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Pinheiral	4	Contempla discussão sobre evasão em cursos profissionalizantes de IF.
13	A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes	5	Contempla discussão sobre evasão em cursos profissionalizantes de IF. Realiza debate acerca de fatores determinantes para a evasão característico de IF, logo a abordagem se aproxima de

		estudo de caso.
--	--	-----------------

Fonte: elaborada pelo autor.

Contudo, um aspecto observado, e que preocupa tanto quanto a necessidade de acompanhamento e de monitoramento de tais fenômenos, neste caso na EPT, chama atenção para a superficialidade da abordagem para estudos sobre a EJA integrada à EPT, o que esclarece-se o porquê do conceito 2 para as duas produções finalistas que tratam sobre tal modalidade de ensino. Isto posto, partiu-se à discussão das pesquisas sobre retenção e evasão escolar na EPT formando, assim, base teórica para compor este capítulo sobre a revisão de literatura das produções nacionais, conforme o tópico seguinte. Destarte, partiu-se à leitura com a proposta de responder às perguntas norteadoras:

- A. Quais os fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno da evasão escolar na educação profissional e tecnológica?; e
- B. Há diferença no percurso do fenômeno na EPT, se compará-lo às demais modalidades de ensino?.

Destarte, seguiu-se à redação da revisão de literatura.

3.1 Conceitos e tipos de evasão.

O entendimento de que a retenção e a evasão escolares são fenômenos multicausais e multifacetados chega a ser consenso nas pesquisas sobre a temática, conforme exemplificado:

Mediante a busca de fatores que possam explicar os **motivos que levam os alunos a evadirem**, é possível perceber uma discussão complexa e cada vez mais fundamentada no fato de que para **cada aluno se encontrará um fator que será o suficiente para explicar o porquê da evasão** (Grifos meus) (Silva; Costa & Anjos, 2021, p. 850).

[...] uma **grande variedade de fatores**, dentre eles os relacionados à escola, família e trabalho, pode contribuir para o fenômeno da evasão e a **interação entre esses fatores** ao longo do tempo torna **praticamente impossível demonstrar uma relação causal entre um fator isolado e a decisão de abandonar a escola** (Grifos meus) (Rumberger, 2011 apud Figueiredo e Salles, 2017, p. 361).

[...] **a evasão está associada a uma gama de fatores**, que podem ser oriundos do plano individual, do institucional ou do contexto externo. [...] analisar os fatores de pré-entrada estudantil é de suma importância para detectar problemas com a evasão. [...] o estudante que tem uma boa integração acadêmica e social na instituição terá maiores oportunidades de concluir o curso. [...] (Grifo meu) (Feitosa, 2020, p. 58).

Desse modo, não é possível identificar um único fator como responsável por levar o/a estudante a deixar a Instituição ou o sistema de ensino, mas, sim, há uma razão que está interligada a outra ou uma que reforça outra, e esta, por sua vez, pesa de forma que o

processo educativo perde o sentido e/ou valor para o/a aluno/a. Exemplos: a) trabalho, seja para sobrevivência ou para manutenção de um status como meio de pertencimento a um grupo; b) questões de saúde, seja pessoal ou de familiares; e c) desinteresse pelos estudos, seja por não perceber contextualização com sua realidade ou devido a metodologias desinteressantes dos/as professores/as, dentre outros exemplos.

Logo, a saída, seja em caráter temporário ou definitivo, da escola ou do sistema de ensino, não acontece de forma repentina porque é um processo desencadeado por diversos motivos e que incidem em cada aluno/a de maneira diferente. Assim como o ingresso do/a estudante na Instituição depende de uma trama de fatores que se interligam entre si e com pesos diferentes para cada um, o ato de abandonar também acontece nas mesmas circunstâncias.

Contudo, há outro impasse nos estudos sobre evasão escolar porque há diferentes definições acerca do termo:

- A. como a trazida pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, designada pelo MEC, que entende como “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão da instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado” (Comissão Especial de Estudos..., 1996 apud Figueiredo e Salles, 2017, p. 358), e
- B. como o Dicionário de Indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) define como sendo “alunos que estando matriculados na série s no ano m não encontram-se na matrícula da série s ou $s+1$ no ano $m+1$ ” (Brasil, 2004 apud Figueiredo e Salles, 2017, p. 359).

Nessa perspectiva, o IFCE, Instituição lócus desta pesquisa, alcança a definição da Comissão Especial para a elaboração do PPE da Instituição na medida em que cita:

No Brasil, estudos organizados pela Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996) concluíram que

“a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. Por outro lado, a retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão” (IFCE, 2017a, p. 9).

Ademais, pondera que a partir destas considerações e do Documento Norteador para Superação da Retenção e Evasão Escolar apresentado pela SETEC, é possível que a Instituição analise o fenômeno da evasão a partir de duas perspectivas: saída do estudante da Instituição ou do curso, logo,

[...] **o IFCE optou por analisar a evasão sob a ótica do curso** por considerar que é a granularidade que mais permite se aproximar de suas causas, possibilitando uma análise mais completa acerca de todas as possibilidades de saída do estudante da instituição, ou seja, com êxito, por meio da conclusão do curso ou sem êxito por meio da evasão (Grifo meu) (IFCE, 2017a, p. 9).

Destarte, corrobora-se com a abordagem adotada pelo IFCE e entende-se que a definição da Comissão Especial é a mais adequada para estudar o fenômeno da evasão, assim como a retenção escolar, no contexto da EPT. Todavia, a variação nas definições do conceito para evasão escolar encaminha as pesquisas para pontos nevrálgicos considerando que cada definição se adequa a cada situação de estudo, haja vista a abordagem escolhida.

Além disso, há outro termo que permeia as discussões sobre evasão escolar: mobilidade escolar, que diz respeito à migração do/a aluno/a de um curso para outro. E a mobilidade pode ocorrer dentro da mesma Instituição como de uma Instituição para outra; conhecida como transferência. Balta (2017) assevera:

[...] uma parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, não é desperdício, mas investimento, **não é fracasso - nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da Instituição** – mas tentativas do aluno em buscar o sucesso ou a felicidade, **aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento do indivíduo faz sobre suas reais potencialidades** (Grifos meus) (Balta, 2017, p. 12).

Em vista disso, Silva (2017) convida para o debate, em sua dissertação de mestrado, as pesquisadoras Dore e Luscher que reforçam que os/as estudantes que se movimentam entre cursos, sejam na mesma Instituição de ensino ou em Instituições diferentes, são contabilizados/as como índices de evasão o que na verdade seriam o que as autoras colocam como “possibilidades múltiplas no percurso da formação de mobilidade do discente nos cursos” (Dore e Luscher, 2011 apud Silva, 2017, p. 52-53). Isto posto, chama-se a atenção para o cuidado que se deve ter ao estudar este fenômeno educacional dada a singularidade de cada situação de evasão: do curso, da Instituição ou do sistema de ensino.

A Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras distingue os três tipos de evasão escolar:

Evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;

Evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;

Evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (Comissão Especial de Estudos..., 1996 apud Figueiredo e Salles, 2017, p. 358).

Portanto, menciona-se que, a depender da definição utilizada e do tipo de evasão compreendidos em cada pesquisa, a investigação pode apresentar pontos de vista específicos para o tratamento dos resultados que, por sua vez, obterão diversos e variados

debates e chegarão a conclusões conflitantes ou não. Desse modo, pode-se exemplificar através do Anexo B que apresenta a compilação dos resultados das discussões das pesquisas selecionadas nesta revisão de literatura.

Dessarte, infere-se que os estudos sobre evasão escolar, independente da modalidade de ensino pesquisada, caminham por terrenos de várias veredas o que coloca para o pesquisador a tarefa de decidir o caminho que esteja mais apropriado para a discussão do contexto educacional que o fenômeno ocorra, pois, assim como o mesmo fator não incide da mesma forma para todos/as os/as estudantes, a mesma abordagem não cabe para todos os cenários educacionais. Dito isto, analisa-se as pesquisas voltadas especificamente para a educação profissional e tecnológica e/ou Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme o caso.

3.2 Evasão escolar no contexto da EPT.

Estudos apontam que as pesquisas brasileiras sobre a temática se intensificaram a partir de 1995, acentuadamente no ensino superior, com a instituição, pelo MEC, da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão voltada para analisar o desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior no acompanhamento e monitoramento da evasão estudantil neste nível de ensino. Todavia, anteriormente já haviam pesquisas sobre o tema que sempre direcionaram as discussões para pontos específicos. Exemplo: adequação dos estudantes às Instituições de ensino, identificação dos tipos de alunos/as evadidos/as, fatores institucionais, qualidade dos cursos, relacionamento entre discentes e docentes dentre outros.

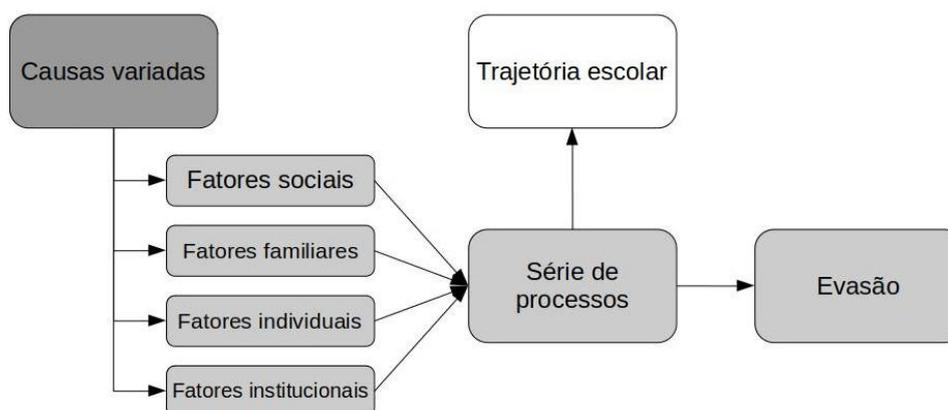
Entretanto, a complexidade do fenômeno impôs que as abordagens dos/as pesquisadores/as se modificassem e passassem a considerar que a ocorrência depende de diversas variáveis, visto que comporta uma multiplicidade de aspectos (Silva, 2017). Logo, é preciso “reconhecer a análise do fenômeno da evasão sob o ponto de vista do ‘lugar’ em que ela ocorre” (Silva, 2017, p. 52). Assim, quando se fala do lugar, diz respeito a contextualizar no cenário educacional em que acontece, pois o contexto universitário se diferencia da escola de ensino fundamental, da de ensino médio, das escolas que ofertam a EJA ou a educação profissional, assim como nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Contudo, Silva (2017) traz a contribuição de Dore e Luscher (2011) para o conhecimento acerca de tal realidade na EPT, as pesquisadoras salientam que há “[...] um dificultador apontado sobre as análises de evasão no sistema da educação profissional, diz respeito às possibilidades múltiplas no percurso da formação de mobilidade do discente nos

curso. [...]” (Silva, 2017, p. 52). Acrescenta-se o entendimento de Balta (2017) sobre a mobilidade: “[...] tentativas do aluno em buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento do indivíduo faz sobre suas reais potencialidades” (Balta, 2017, p. 12).

Dessa maneira, nos Institutos Federais, um/a estudante pode mudar de um curso técnico, seja na mesma forma de oferta (concomitante, integrada ou subsequente ao ensino médio) ou não, seja no mesmo eixo tecnológico¹³ ou não, assim como também pode desistir ou trancar um curso técnico para prosseguir estudos em curso de nível superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) que utiliza o rendimento do/a estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Figura 6 - Esquematização do processo de evasão escolar.



Fonte: adaptada de Dore e Luscher (2011 apud Silva, 2017, p. 53).

Nessa perspectiva, a Figura 6 evidencia a complexidade que há no estudo deste fenômeno educacional, tendo em vista que é necessário investigá-lo considerando os diferentes aspectos que o constituem. Contudo, tal consideração não é tarefa fácil para o/a pesquisador/a porque se configura como um processo que se manifesta durante todo o itinerário formativo do/a discente e não há como prever ou registrar causa e nem momento específico em que o/a estudante sai da escola ou do sistema de ensino. “Daí a necessidade da investigação sobre as motivações levar em consideração todo o processo de vivência do estudante na escola” (Silva, 2017, p. 54).

¹³ Ambiente e saúde; Controle e processos industriais; Desenvolvimento educacional e social; Gestão e negócios; Informação e comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção alimentícia; Produção cultural e design; Produção industrial; Recursos naturais; Segurança; Turismo, hospitalidade e lazer. (Brasil, 2016, p. 3-7).

Dessa maneira, quando se trata de considerar todo o processo de vivência estão incluídos os fatores ligados às dimensões inter e extra à escola e ao indivíduo, bem como intraescolar no que diz respeito ao estabelecimento de relações no ambiente escolar. Portanto, considerando que o estudo do tema já é dificultoso e, devido à incipiência de teoria e de experiência, acentua-se quando se volta para a educação profissional. Estudiosos dizem que a não obrigatoriedade desta modalidade de ensino, assim como são a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, tem consequências significativas sobre sua ocorrência na EPT.

Logo, para compreendê-lo neste contexto educacional em específico, traça-se a seguinte estrutura para pesquisas acerca:

- A. Análise do problema a partir da ótica do indivíduo, da escola e da sociedade, seja de uma destas isoladas ou da articulação entre elas;
- B. Determinação do público de modo a definir o conceito de evasão escolar e de estudante evadido/a; e
- C. Levantamento das motivações que mais influenciaram os/as discentes evadidos/as.

Outrossim, a sondagem das razões pode auxiliar as Instituições de ensino a pensar em estratégias de prevenção, de acompanhamento e de monitoramento. No contexto da EPT, esta sondagem permite garantir que a democratização do ensino profissional público e gratuito ultrapasse o ato de ingressar na Instituição de ensino profissionalizante e chegue ao patamar das políticas públicas que garantam a permanência estudantil, a exemplo cita-se a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) o que faz parte da realidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O PNAE tem como um de seus objetivos minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Nessa perspectiva, a Política caminha por duas frentes de trabalho:

- A. Atendimento aos/às estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica; e
- B. Atendimento aos/às discentes nas áreas de saúde (medicina, enfermagem, odontologia e nutrição), psicológica, pedagógica e socioassistenciais.

Ambas frentes atingem as causas mostradas nos estudos trazidos por esta revisão de literatura. Elenca-se: carga e horário de trabalho, mudança de moradia e/ou de cidade, falta de identificação com o curso, falta de interação/diálogo com colegas e docentes, falta de perspectiva de emprego pós-conclusão, identidade institucional pouco consolidada na

comunidade, pouca comunicação no ambiente escolar, excessiva carga horária de disciplinas e de cobrança de rendimento acadêmico, baixa qualidade da didática dos/as professores/as, rigidez nas avaliações, violência escolar e/ou familiar, seja física, verbal, psicológica ou de outras origens, bullying, racismo, currículo escolar pouco interessante e interligado à realidade extraescolar, reprovações nas disciplinas do primeiro semestre ou primeiro ano do curso, transporte escolar, falta de professores/as, cultura familiar e social, consumismo/capitalismo disparando importância para o trabalho em detrimento da qualificação profissional, dentre outras razões.

É notório que o fenômeno da evasão escolar não é assunto fácil de ser abordado devido à sua peculiaridade de múltiplas faces e percursos, o que intensifica quando se analisa a ocorrência deste na EPT por motivos já explicitados como a falta de pesquisas nesta seara. Entretanto, pesquisadores/as se espelham em pesquisas direcionadas para o ensino superior e sinalizam abordagens que podem contribuir para que as Instituições de ensino profissionalizante tracem estratégias para dirimir seus efeitos e, assim, proporcionar o êxito estudantil.

Diante disso, esta pesquisa se projeta para criar um produto educacional que auxilie o setor de controle acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará no trabalho de acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão escolares.

4 PAINEL SITUACIONAL DA RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL NO IFCE.

Tão necessário quanto realizar resgate histórico da trajetória da educação profissional no Brasil e revisão da bibliografia dos estudos já realizados sobre retenção e evasão estudantil na EPT em âmbito nacional, conforme tratados nesta dissertação, é igualmente importante a exposição da situação dos fenômenos na Instituição de ensino observada. Portanto, apresenta-se o painel situacional do IFCE.

Contudo, os dados mostrados aqui não mencionam a que campus diz respeito. Logo, a nomenclatura utilizada é C1, C2, C3 e assim sucessivamente até totalizar os 33 campi que compõem o parque educacional do referido Instituto Federal. Dessa forma, foram utilizadas as plataformas Em Números, administrada pelo IFCE, e a Nilo Peçanha, gerenciada pelo MEC, como fontes dos dados analisados aqui, com o objetivo de angariar o maior número de informações para a discussão.

4.1 Dados sobre o fenômeno da retenção estudantil no IFCE.

Utilizou-se a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) para a redação desse tópico do painel. “A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal)” (Brasil, 2018a).

Dito isso, as informações coletadas na PNP dizem respeito ao período de 2017 a 2021, pois são os dados que estão disponíveis, e o filtro utilizado foi Indicadores de Gestão, Dados Acadêmicos e Situação de Matrícula nos anos mencionados. Apresenta-se a Tabela 1 com os dados sobre a quantidade de alunos/as matriculados/as por ano e por campus do IFCE.

Tabela 1 - Quantidade de discentes matriculados/as por campus do IFCE.

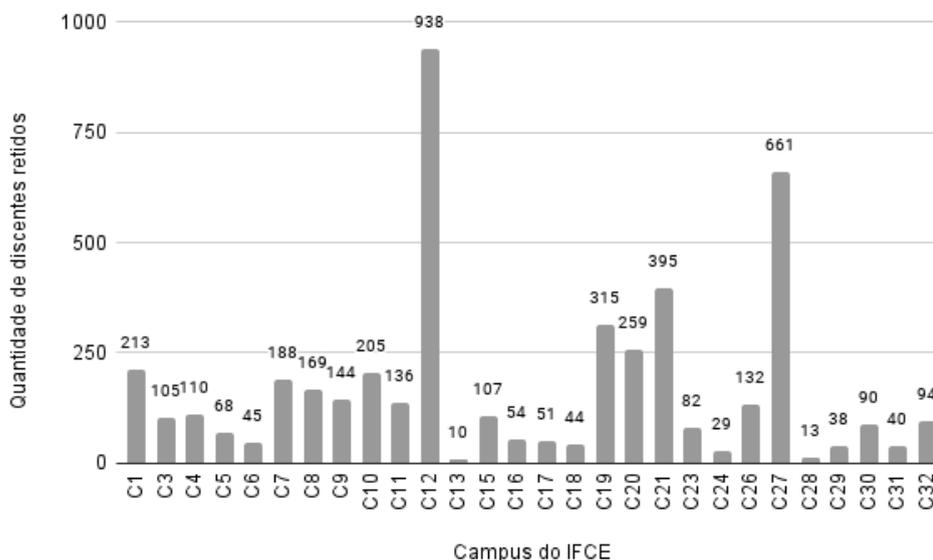
Campus	Quantidade de discentes matriculados/as por ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
C1	1.649	1.786	1.717	1.612	1.494
C2	189	722	804	763	959
C3	1.611	1.464	1.513	1.400	1.512
C4	1.007	1.293	1.291	1.061	1.149
C5	1.363	789	1.058	1.063	1.248
C6	890	988	969	1.411	1.630
C7	1.031	1.618	2.087	1.953	2.102
C8	789	846	909	808	875
C9	1.706	1.662	2.001	2.063	1.680

C10	1.149	1.827	2.171	2.557	1.081
C11	1.671	1.300	2.009	1.663	1.370
C12	10.151	9.625	9.807	9.539	9.850
C13	116	298	442	879	1.737
C14	872	894	884	623	382
C15	2.161	1.882	2.209	3.022	2.042
C16	665	1.233	1.167	1.319	1.060
C17	772	1.055	1.028	958	877
C18	600	607	759	794	2.011
C19	2.148	2.572	2.308	2.221	2.083
C20	2.046	2.150	2.517	2.860	3.189
C21	2.733	2.505	2.727	2.429	2.965
C22	309	961	1.065	837	1.009
C23	842	1.015	869	806	751
C24	505	813	976	867	978
C25	598	914	1.094	1.099	1.606
C26	2.180	1.638	1.868	2.008	2.603
C27	3.039	3.417	3.652	2.569	3.146
C28	687	1.509	1.765	876	833
C29	605	982	823	693	574
C30	1.404	1.346	1.459	1.345	1.269
C31	751	1.030	1.066	1.276	1.601
C32	753	672	694	831	762
C33	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	40

Fonte: (Brasil, 2018a).

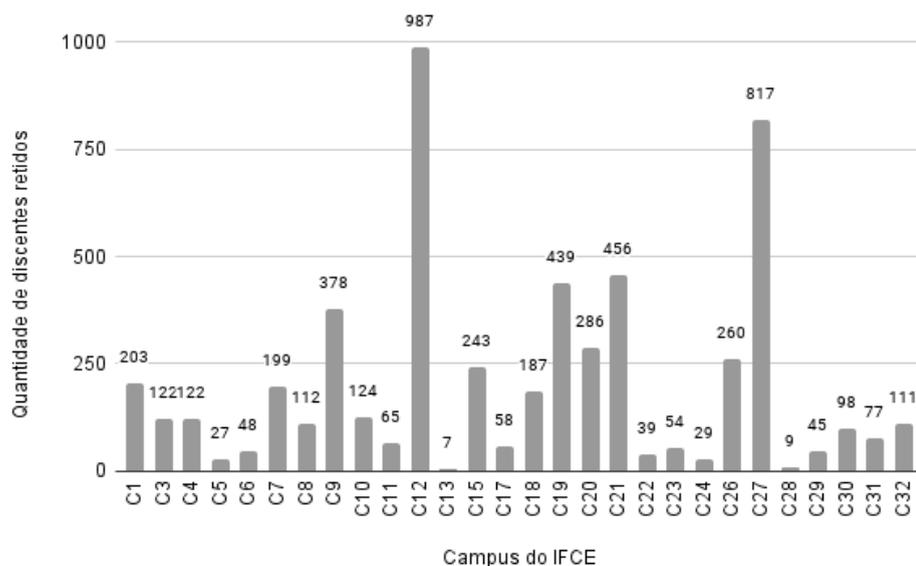
Considera-se o entendimento da PNP sobre a definição de aluno/a retido/a: “[...]alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para integralização de um curso” (Brasil, 2018a). Em vista disso, em 2017, 3 dos 5 campi que tinham o maior número de matrículas lideraram o ranking de estudantes retidos/as: C12, C21 e C27. Todavia, é importante ressaltar que, dentre os 33¹⁴ campi que compõem a rede IFCE atualmente, não há informações na plataforma sobre 4 campi (C2, C14, C22 e C25), por isso não constam no Gráfico 1.

¹⁴ No sítio eletrônico da Instituição está incluso o Polo de Inovação vinculado ao campus Fortaleza, portanto totalizam 34 (trinta e quatro) campi, porém o Polo não foi considerado para esse estudo por contar com estudantes que já são vinculados a outros campi o que levaria à duplicidade de informações.

Gráfico 1 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2017.

Fonte: (Brasil, 2018a).

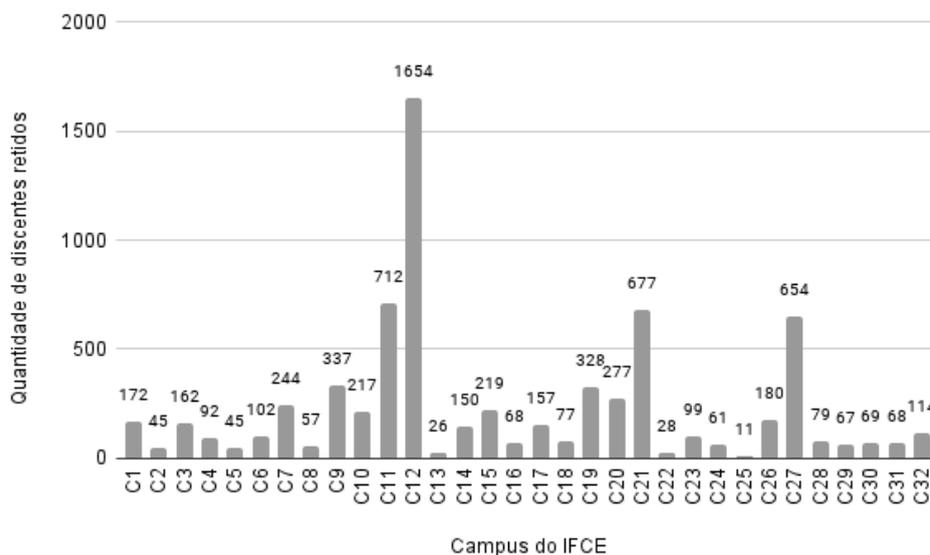
Em 2018, 4 dos 5 campi que estiveram com o maior número de estudantes retidos/as eram os que concentravam mais matrículas no respectivo ano: C12, C19, C21 e C27, repetindo-se o cenário do ano anterior para 3 destes. Contudo, havia 4 campi (C2, C14, C16 e C25) que a PNP não apresenta informações, por isso não constam no Gráfico 2, sendo que 3 são os mesmos do ano anterior.

Gráfico 2 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2018.

Fonte: (Brasil, 2018a).

No Gráfico 3 percebe-se que C9, C11, C12, C21 e C27 lideraram como os campi com a maior quantidade de discentes retidos/as no ano de 2019. Entretanto, C9 e C11 não eram do grupo dos 5 campi que registravam mais estudantes matriculados/as.

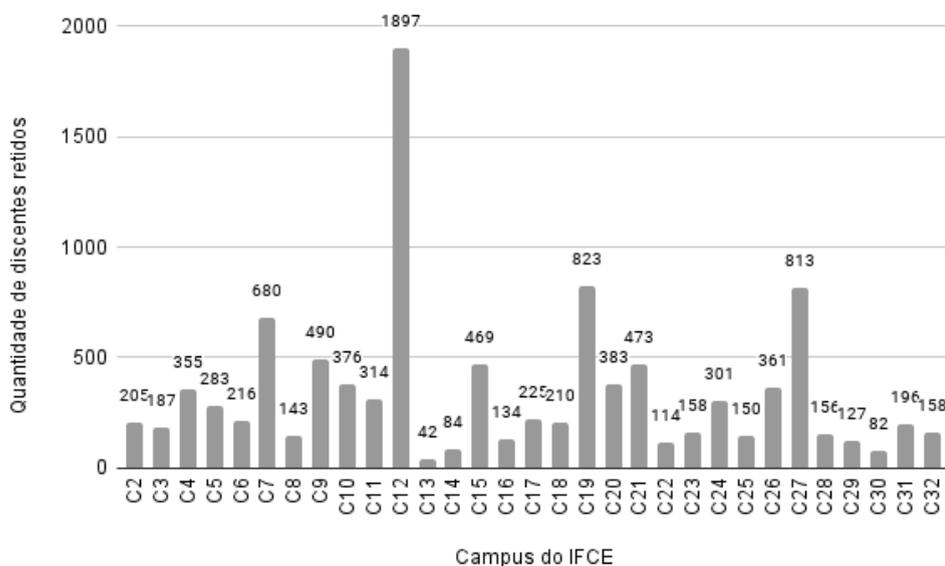
Gráfico 3 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2019.



Fonte: (Brasil, 2018a).

No entanto, no ano de 2020 os 5 campi que puxaram as estatísticas de estudantes retidos/as no IFCE foram C7, C9, C12, C19 e C27, sendo que somente 2 estavam dentre os campi com mais discentes na Instituição: C12 e C27, conforme Gráfico 4.

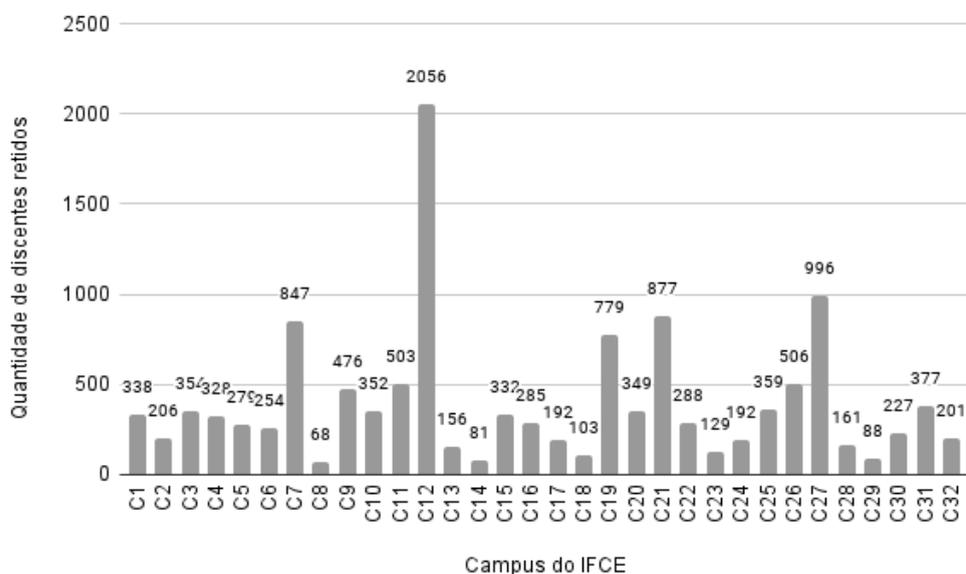
Gráfico 4 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2020.



Fonte: (Brasil, 2018a).

Em 2021, a PNP apresenta dados de todos os campi que estavam em funcionamento, mas somente 1 (C33), dentre os atuais e apesar de haver estudantes matriculados/as, não haviam informações disponíveis sobre retenção. Logo, C7, C9, C12, C19 e C27 foram os campi que detinham a maior quantidade de discentes retidos/as, conforme o Gráfico 5. Mas, destes, 2 (C12 e C27) compunham o conjunto dos 5 com mais estudantes matriculados/as.

Gráfico 5 - Discentes retidos/as, por campus do IFCE, em 2021.

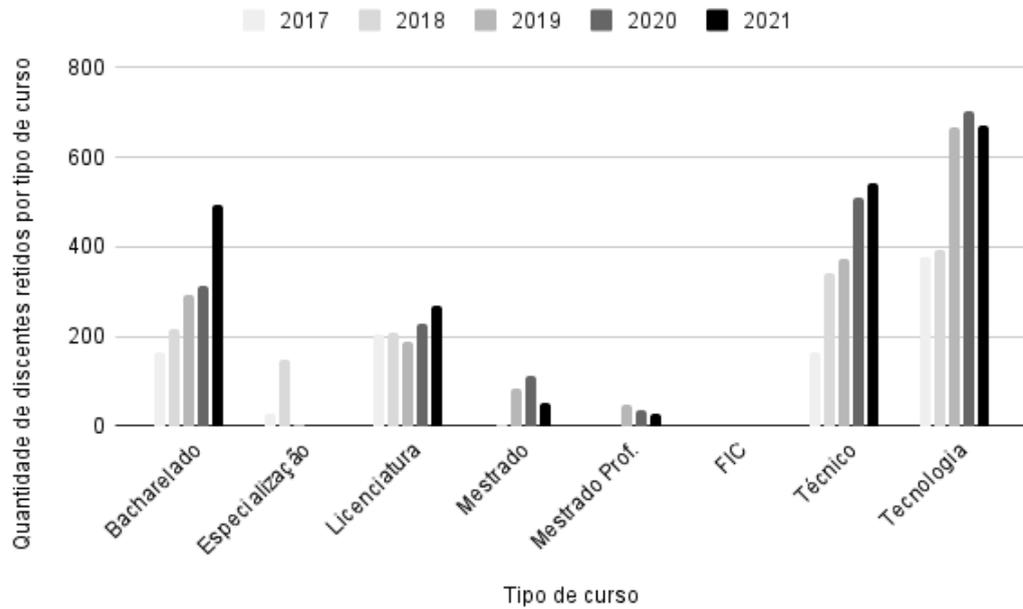


Fonte: (Brasil, 2018a).

Entretanto, resta a indagação sobre quais as estratégias que foram utilizadas para combater a retenção nos campi que, tendo grande número de alunos/as matriculados/as, lideraram as estatísticas durante os 5 anos apresentados na PNP, quais sejam: C12 e C27. Observa-se no Gráfico 6 que o campus C12 tem maior número de estudantes retidos/as em cursos de graduação tecnológica e em cursos de nível técnico de ensino médio¹⁵, destaca-se os cursos tecnológicos Gestão Ambiental, Hotelaria e Telemática (Gráfico 7), e os de nível técnico: Eletrotécnica e Mecânica (Gráfico 8).

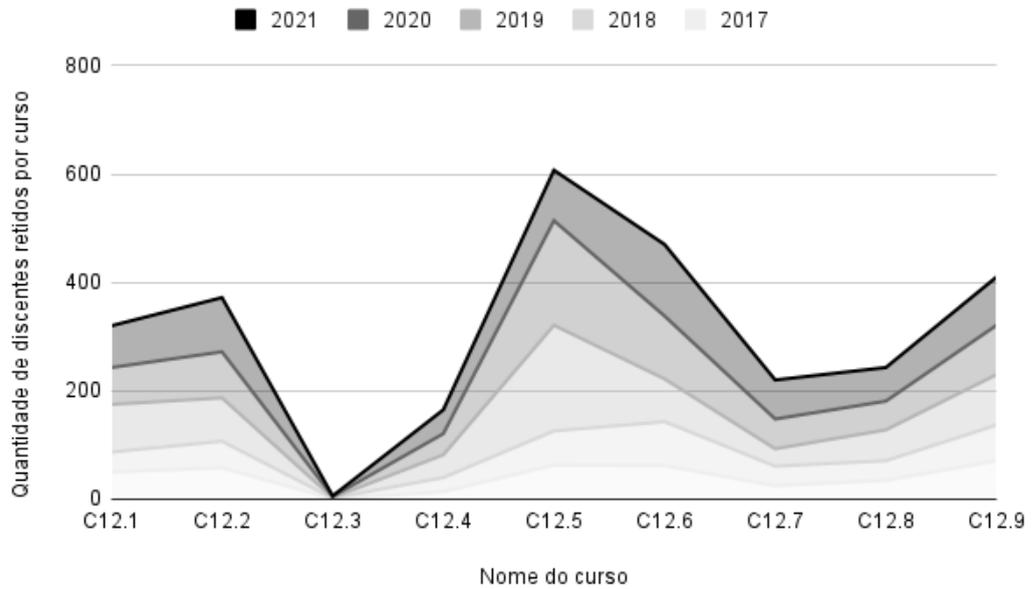
¹⁵ Ver Anexo A - Relação de cursos dos campi C12 e C27.

Gráfico 6 - Retenção estudantil por tipo de curso no campus C12 (2017 a 2021).



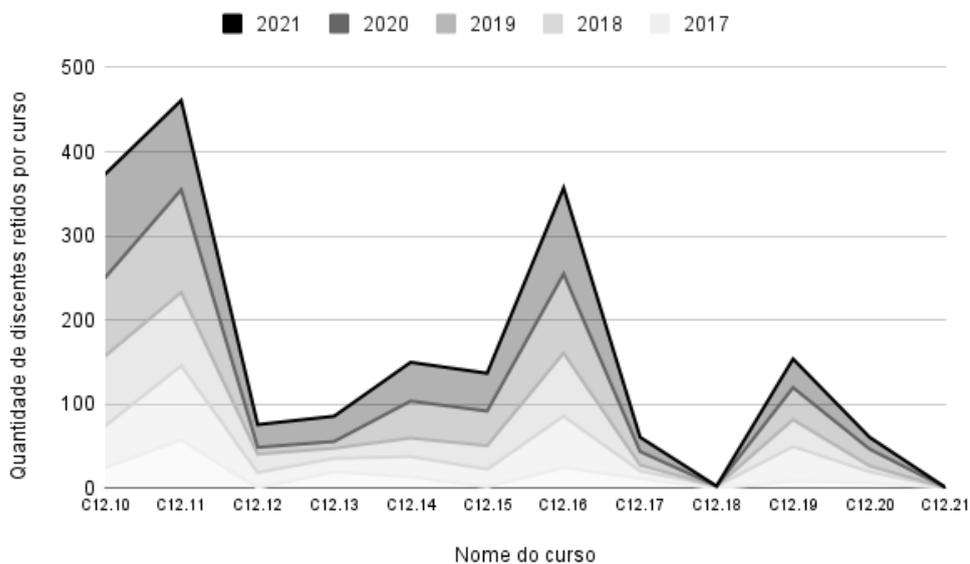
Fonte: (Brasil, 2018a).

Gráfico 7 - Retenção estudantil por de curso de graduação tecnológica no campus C12 (2017 a 2021).



Fonte: (Brasil, 2018a).

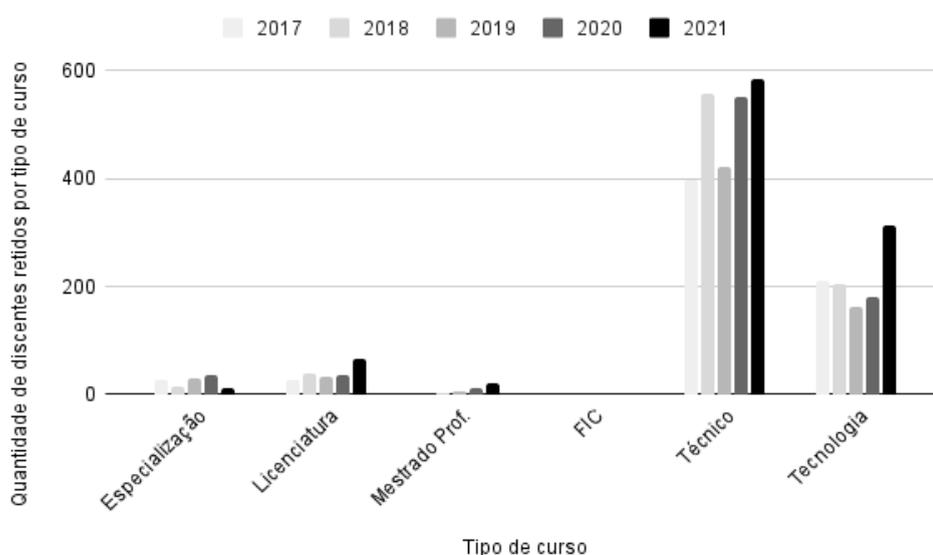
Gráfico 8 - Retenção estudantil por de curso de nível técnico de ensino médio no campus C12 (2017 a 2021).



Fonte: (Brasil, 2018a).

Além disso, a PNP mostrou o maior número de estudantes retidos/as em cursos de graduação tecnológica e de nível técnico de ensino médio¹⁶ no campus C27, conforme Gráfico 9, logo, fala-se dos cursos tecnológicos Mecatrônica Industrial (C27.3) e Saneamento Ambiental (C27.4), conforme Gráfico 10, e os de nível técnico: Eletrotécnica (C27.7) e Mecânica (C27.9), conforme Gráfico 11.

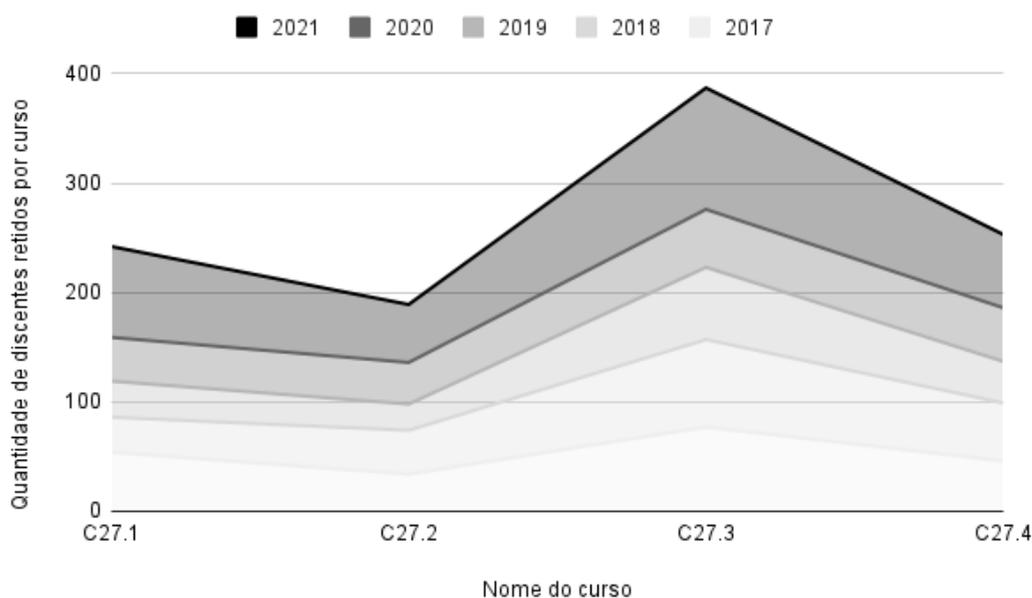
Gráfico 9 - Retenção estudantil por tipo de curso no campus C27 (2017 a 2021).



Fonte: (Brasil, 2018a).

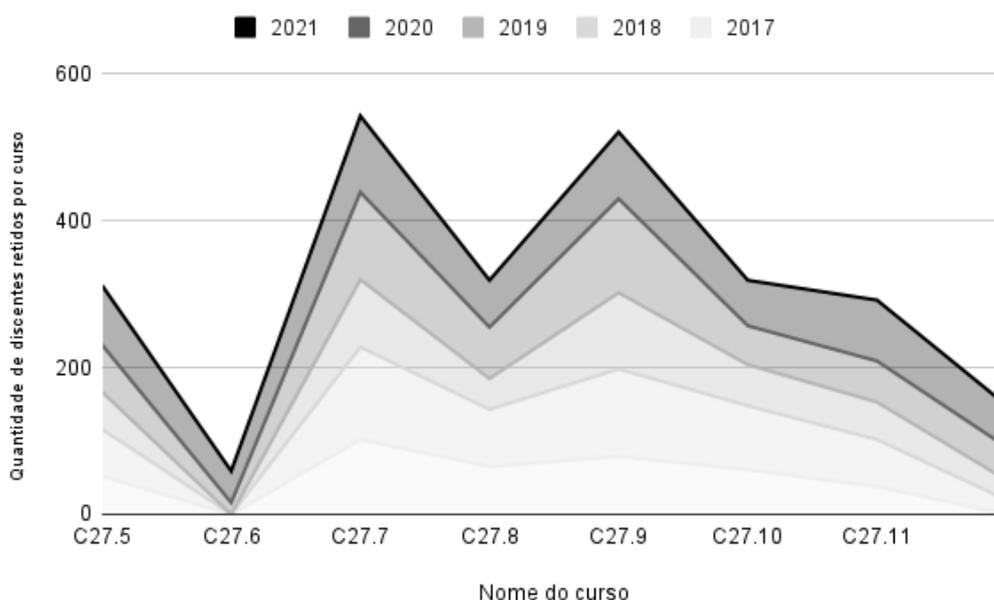
¹⁶ Ver Anexo A - Relação de cursos dos campi C12 e C27.

Gráfico 10 - Retenção estudantil por de curso de graduação tecnológica no campus C27 (2017 a 2021).



Fonte: (Brasil, 2018a).

Gráfico 11 - Retenção estudantil por de curso de nível técnico de ensino médio no campus C27 (2017 a 2021).



Fonte: (Brasil, 2018a).

Assim como, também é necessário analisar o caminho percorrido pelos campi que também tinham grande número de matrículas, mas não foram os que mais detinham estudantes retidos/as em cada ano, sendo os campi C10, C15, C19, C20 e C26. Em vista disso, necessita-se de pesquisa direcionada para a retenção estudantil sob a ótica das ações

desenvolvidas pelos campi que possam contribuir com a experiência em diversos cenários da retenção estudantil na Instituição.

- A. Com maior número de alunos/as: C10, C12, C15, C19, C20, C21, C26 e C27;
- B. Com maior número de alunos/as e maior número de retidos/as em somente um ano: C11 e C20;
- C. Com maior número de alunos/as e maior número de retidos/as em mais de dois anos: C12, C21 e C27;
- D. Com maior número de alunos/as retidos, mas não integrante do grupo de campi com maior número de estudantes em mais de um ano: C7, C9 e C19;
- E. Com maior número de alunos/as, mas não integrante do grupo de campi com maior número de estudantes retidos/as em mais de um ano: C10, C15 e C26.

Desse modo, corrobora-se com Evangelista (2020) quando diz que há poucos trabalhos que desenvolvem a temática de forma específica, pois, na maioria das vezes, aparece inserida em um tema mais amplo ou em temas que a retenção estudantil esteja relacionada como fator que influencia à evasão (Evangelista, 2020, p. 38).

Todavia, Figueiredo e Sales (2017) tratam,

Ao contrário do que ocorre nos níveis fundamental e médio, **o ensino técnico não conta com uma quantidade expressiva de estudos sobre evasão**, o que dificulta tanto a construção de um referencial teórico sólido quanto o levantamento de indicadores a serem utilizados nas pesquisas empíricas (Grifo meu) (Dore e Lüscher, 2011; Machado e Moreira, 2012; Sales, Castro e Dore, 2013 apud Figueiredo e Salles, 2017, p. 4-5).

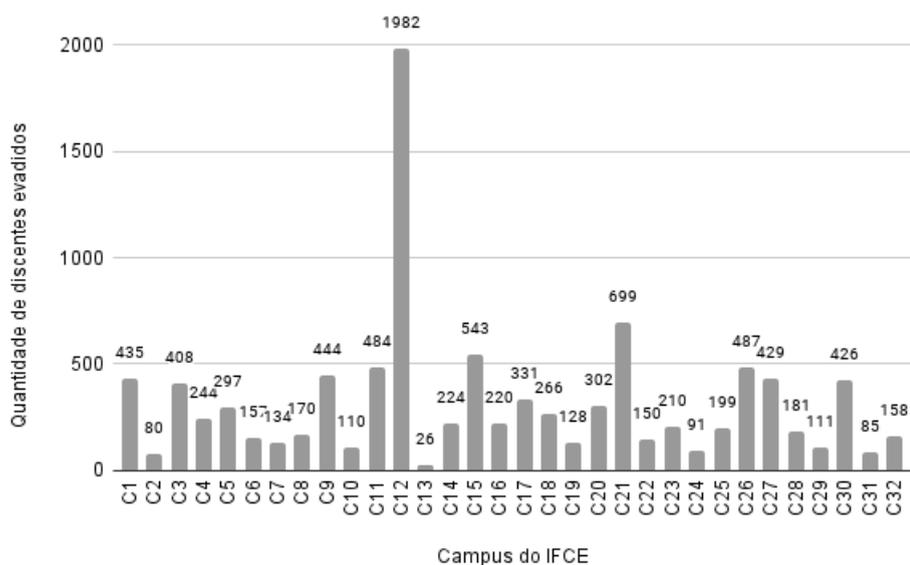
Além disso, há estudos norte-americanos e latinos que compreendem o fenômeno da retenção como indicador positivo do planejamento educacional, pois, segundo estes estudos, remonta ao comprometimento dos/as estudantes em concluir a graduação. Por outro lado, as pesquisas brasileiras relacionam a retenção escolar à situação dos/as discentes que ultrapassaram a periodização do curso e permanecem na Instituição, sendo esta a compreensão desse estudo sobre o fenômeno.

Haja vista, pesquisas que se dediquem ao fenômeno da retenção estudantil devem considerar os fatores que levam os/as estudantes a estagnar durante o percurso formativo, no caso específico dessa pesquisa deve-se considerar os aspectos peculiares da educação profissional. Todavia, a Plataforma Em Números, gerenciada pelo IFCE, confirma a citação de Figueiredo e Sales (2017), pois retrata a escassez de estudos sobre o assunto, principalmente na EPT porque não há registros sobre esse fenômeno na plataforma.

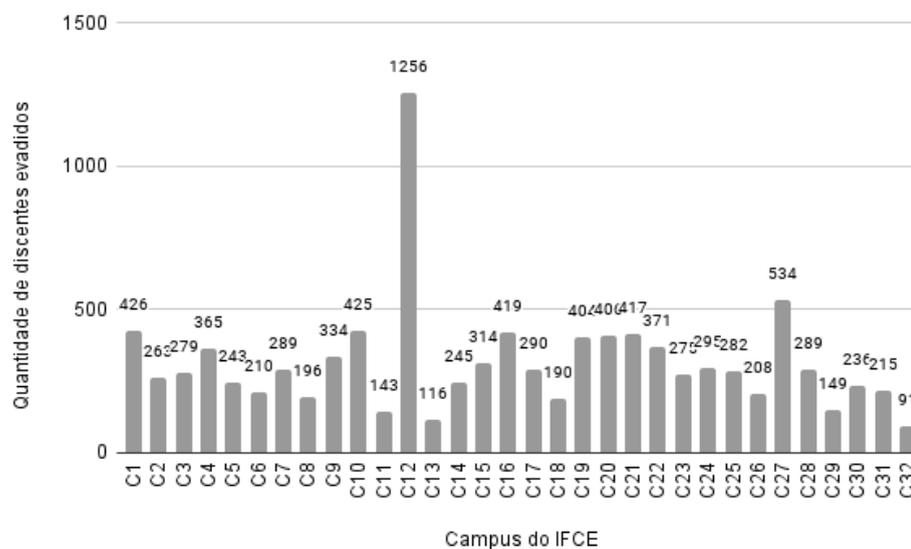
4.2 Dados sobre o fenômeno da evasão estudantil no IFCE.

Utilizou-se a PNP e a Plataforma Em Números para o levantamento de informações sobre a evasão estudantil no IFCE, logo, assim como no item 3.1 deste Capítulo, o período disponível na plataforma Nilo Peçanha diz respeito de 2017 a 2021. Contudo, a PNP trata que estudantes evadidos/as são aqueles/as que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão de um curso (Brasil, 2018b) e, dessa forma, entende que os/as alunos/as em situação de abandono, de cancelamento e desligamento de matrícula, de reprovação e de transferências externa e interna são considerados/as nessa condição. Logo, os gráficos apresentados em seguida mostram a somatória destas diversas situações de perda de vínculo com o IFCE, por campus em cada ano.

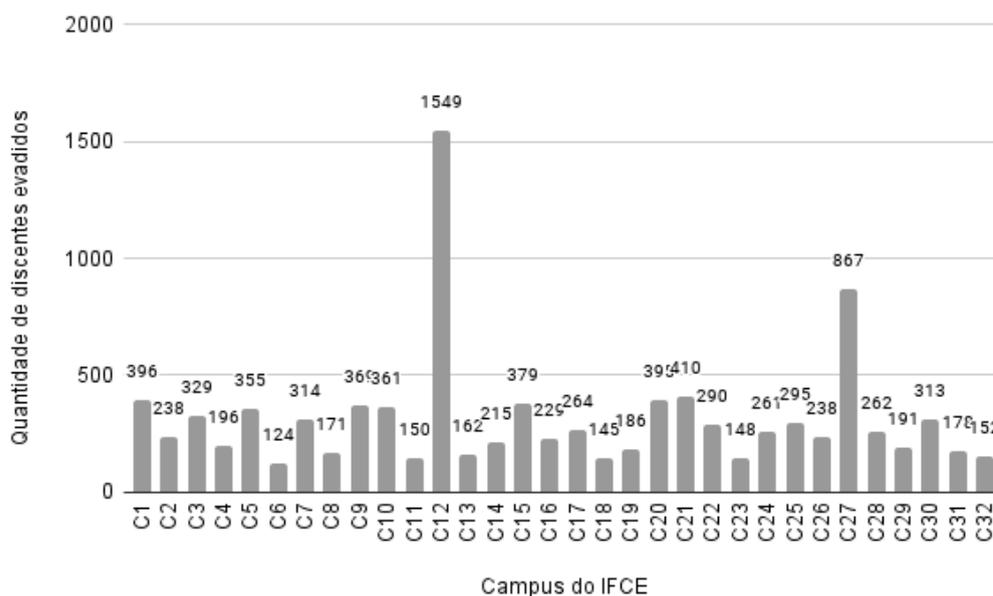
Gráfico 12 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2017.



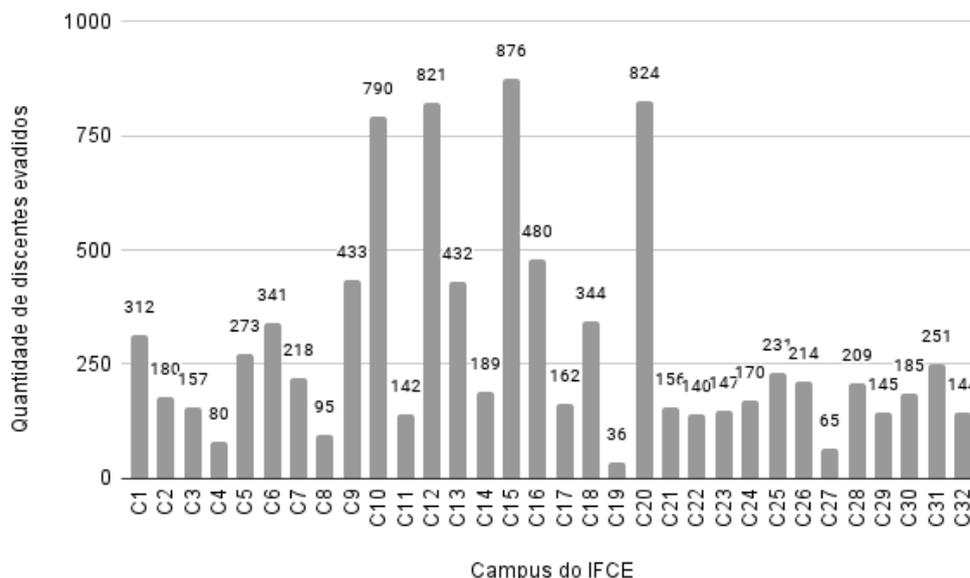
Fonte: (Brasil, 2018a).

Gráfico 13 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2018.

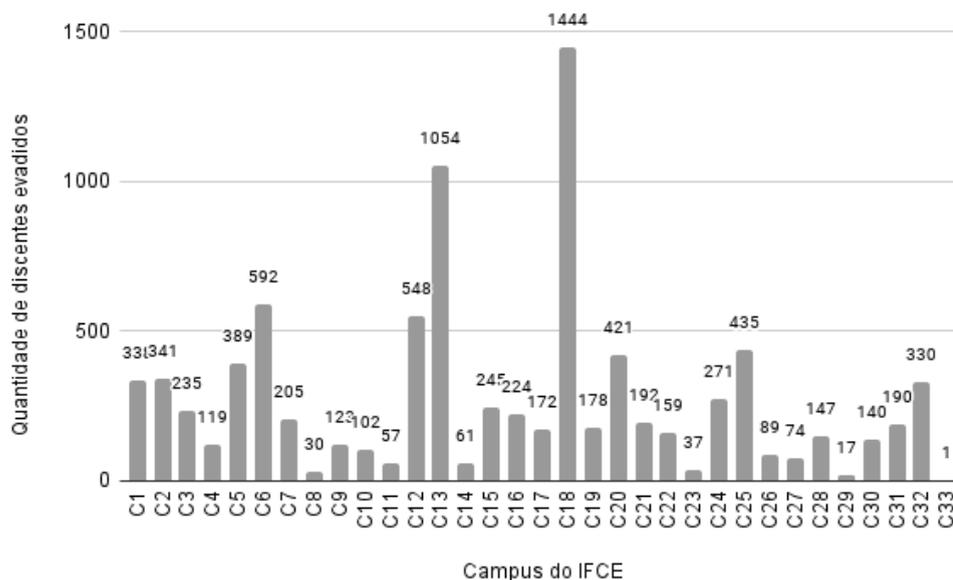
Fonte: (Brasil, 2018a).

Gráfico 14 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2019.

Fonte: (Brasil, 2018a).

Gráfico 15 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2020.

Fonte: (Brasil, 2018a).

Gráfico 16 - Discentes evadidos/as, por campus do IFCE, em 2021.

Fonte: (Brasil, 2018a).

Em 2017, 4 dos 5 campi que tinham o maior número de matrículas (Ver Tabela 1) lideraram o ranking de estudantes evadidos/as: C12, C15, C21 e C26, conforme Gráfico 12. Em 2018, 2 dos 5 campi que estiveram com o maior número de estudantes evadidos/as foram os que mantinham mais matrículas no respectivo ano: C12 e C27, conforme Gráfico 13. No Gráfico 14 percebe-se que C1, C12, C20, C21 e C27 lideraram como os campi com a maior

quantidade de discentes evadidos/as no ano de 2019, entretanto, o C1 não era do grupo dos 5 campi que registravam mais estudantes matriculados/as.

No entanto, no ano de 2020 os 5 campi que puxaram as estatísticas de estudantes evadidos/as no IFCE foram C10, C12, C15, C16 e C20, conforme Gráfico 15, sendo que somente 1 não estava dentre os campi com mais discentes na Instituição: C16. Em 2021, os campi C6, C12, C13, C18 e C25 detiveram a maior quantidade de discentes evadidos/as, conforme o Gráfico 16. Mas, destes, somente 1 (C12) compunha o conjunto dos 5 com mais estudantes matriculados/as.

Dito isto, tece-se que no ano de 2020 o campus C27, que compôs durante os 5 anos da pesquisa o grupo de campus com maior número de matrículas, pois, tinha 2.569 estudantes matriculados/as, porém era o segundo campus com menor número de alunos/as evadidos/as (65) sendo essa quantidade dividida por 6 em situação de abandono, 1 com matrícula cancelada e 47 desligadas, 9 reprovados e 2 transferências internas.

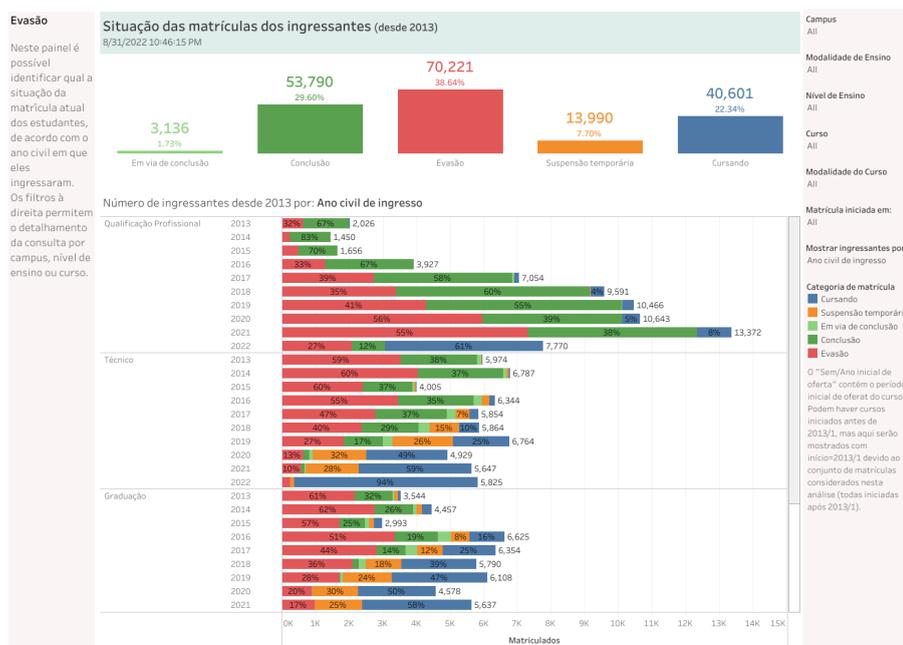
Desse modo, necessita-se investigar quais as ações desempenhadas pelo campus C27 para contornar a alta probabilidade que tinha de ter elevados números de estudantes evadidos/as, pois este campus tinha no período de 2017 a 2021 altos índices de retenção, conforme abordado no tópico 3.1, destacadamente no ano em questão ocupava a terceira posição dentre os campi do IFCE com estudantes retidos/as. Logo, corrobora-se com Silva (2017): “a evasão pode ser considerada o resultado de um processo que se dá ao longo do percurso escolar do/a discente” (Silva, 2017, p. 54).

No que diz respeito ao campus que, em 2020, tinha o menor número de estudantes evadidos/as (C19), este contava com 2.221 matrículas. Desse modo, havia 36 discentes evadidos/as, sendo 9 em situação de abandono, 2 matrículas canceladas e 11 desligadas, 13 transferências externas e 1 interna, o que também coloca-se como necessário pesquisar as estratégias estabelecidas pelo campus para ocupar o lugar com menor número de estudantes evadidos/as.

Ainda, conforme tratado no tópico 3.1, principalmente no ano em destaque, estava em segundo lugar nas estatísticas sobre retenção estudantil, pois tinha 823 estudantes nessa situação. Logo, é importante saber o que o campus C19 desenvolveu para diminuir a incidência do fenômeno e garantir o menor número possível de discentes evadidos/as, o que pode ser tema de outras pesquisas.

Entretanto, ao observar a plataforma Em Números pode-se inferir sobre a evasão estudantil no IFCE com os dados disponibilizados pelo filtro ‘Situação das matrículas dos ingressantes, no período de 2013 a 2022, conforme exposto na Figura 7.

Figura 7 - Situação de matrículas dos discentes do IFCE, por ano de ingresso (Tela da Plataforma Em Números).



Fonte: (IFCE, 2015).

Portanto, destaca-se que a plataforma apresenta que os cursos da modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), conceituada como Qualificação Profissional, tiveram os maiores índices de evasão estudantil nos anos de 2019 a 2021, respectivamente 4.302, 5.973 e 7.324. Ainda, na modalidade técnica os destaques estão nos anos 2013 (3.534), 2014 (4.039), 2015 (2.403) e 2016 (3.464), nos cursos de graduação foram 2.162, 2.755 e 1.711 nos anos 2013, 2014 e 2015, respectivamente, e nos cursos de pós-graduação contava com 264 em 2013, 117 em 2014 e 312 em 2017.

Nessa perspectiva, toma-se o campus C12, que se despontou com mais estudantes evadidos/as no período disponível na Plataforma Nilo Peçanha, para discussão acerca dos dados disponíveis na Plataforma Em Números. Dessa maneira, delimita-se a abordagem nos cursos técnicos e nos cursos de graduação. Portanto, tem-se que no ano de 2014 a modalidade de curso técnico que se destaca com mais estudantes evadidos/as foi a subsequente (659), enquanto que no ano de 2016 foi a integrada (220). Contudo, para os cursos de graduação, os cursos tecnológicos estiveram com as maiores estatísticas no ano de 2014 (561) e no ano de 2016 (520). Logo, apresenta-se a Tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de discentes evadidos/as no campus C12, por curso, nos anos 2014 e 2016.

Curso	Evasão em 2014	Evasão em 2016
Técnico Subsequente em Edificações	38	Não se aplica
Técnico Subsequente em Eletrotécnica	130	Não se aplica
Técnico Subsequente em Guia de Turismo	29	Não se aplica
Técnico Subsequente em Informática	162	Não se aplica
Técnico Subsequente em Manutenção Automotiva	51	Não se aplica
Técnico Subsequente em Redes de Computadores	47	Não se aplica
Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho	202	Não se aplica
Técnico Integrado em Edificações	Não se aplica	27
Técnico Integrado em Eletrotécnica	Não se aplica	44
Técnico Integrado em Informática	Não se aplica	27
Técnico Integrado em Mecânica	Não se aplica	31
Técnico Integrado em Química	Não se aplica	18
Técnico Integrado em Telecomunicações	Não se aplica	63
Tecnologia em Estradas	79	67
Tecnologia em Gestão Ambiental	61	66
Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer	60	34
Tecnologia em Hotelaria	49	47
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	70	64
Tecnologia em Processos Químicos	66	74
Tecnologia em Saneamento Ambiental	74	72
Tecnologia em Telemática	102	96

Fonte: (IFCE, 2015).

Dito isto, seria importante analisar os dados sobre retenção nos cursos deste campus, encontrados na Plataforma Nilo Peçanha, e as informações sobre evasão encontradas na Em Números, porém o período identificado como de maior incidência do fenômeno de abandono escolar, nesta segunda plataforma, não são os mesmos disponíveis na PNP. Todavia, tomando-se os anos disponibilizados na Nilo Peçanha percebe-se que, tanto para os cursos técnicos quanto os tecnológicos, a maior ocorrência foi no ano de 2017.

Para tanto, trata-se dos cursos técnicos concomitantes em Eletrotécnica (85) e em Informática (51) e os de graduação tecnológica em Hotelaria (306) e em Telemática (63), os quais aparecem também nos Gráficos 7 e 8 sobre retenção estudantil. Ademais, resta a indagação sobre qual trabalho foi desenvolvido para que o curso Tecnologia em Gestão Ambiental que apontava elevado índice de retenção estudantil, conforme Gráfico 7 (58), não estivesse entre os cursos com mais alunos/as evadidos/as (26), conforme Plataforma Em Números. Assim como, há que se investigar o que houve com o curso de Tecnologia em Hotelaria que saltou de 63 retidos/as para 306 evadidos/as, conforme dados da Em Números.

Destarte, há que se considerar que a definição para o fenômeno evasão mais aceita é a apresentada pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras: “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão da instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado” (Comissão Especial de Estudos..., 1996 apud Figueiredo e Salles, 2017, p. 358), logo, o IFCE admite, para seus estudos institucionais, a ótica da saída do curso como já explicado no tópico 2.1 Conceitos e tipos de evasão.

4.3 O Plano Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE.

Segundo Maximiano (1997), “[...] o principal motivo para a existência das organizações é o fato de que certos objetivos só podem ser alcançados por meio da ação coordenada de grupos de pessoas” (Maximiano, 1997 apud BUCK, 2015, p. 25). Logo, para este estudo a escola é entendida enquanto organização, portanto é importante distingui-la a partir de dois enfoques:

[...] No primeiro enfoque, a organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente; portanto, **pode ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência.**

[...]

O segundo enfoque vê a organização escolar basicamente como um sistema que agrega pessoas, **importando bastante a intencionalidade e as interações sociais que acontecem entre elas, o contexto sócio-político etc.** [...]

(Grifos meus) (Libâneo, 2010, p. 1).

Nesse contexto, Libâneo (2010) mostra que há diferentes formas de conceber a gestão escolar a partir de concepções de organização e gestão, todavia,

[...] quando falamos em gestão de empresas tratamos de assuntos que vão além do organizar. A gestão é um processo de tomar e colocar em prática decisões sobre certos objetivos, considerando os recursos disponíveis. Todas as decisões, que significam escolhas, abrangem quatro tipos principais de decisões ou também chamadas de processos: planejamento, organização, direção e controle (Maximiano, 1997 apud Buck, 2015, p. 25).

As concepções trazidas por Libâneo (2010) são:

- A. Concepção técnico-científica voltada, principalmente, para a hierarquia de funções e cargos, pois se aproxima da administração empresarial;
- B. Concepção autogestionária que se ampara na responsabilidade coletiva porque tem como principais características a ausência de direção centralizada e a valorização da participação de todos os membros da Instituição; e

C. Concepção democrática-participativa baseada na busca de objetivos comuns assumidos a partir da relação entre gestores e comunidade, todavia, admite-se a coordenação e avaliação sistêmica na condução das estratégias definidas.

Nesse sentido, adota-se neste estudo a concepção democrática-participativa de gestão por compreender que a organização da escola é “[...] uma construção social levada a efeito pelos professores, alunos, pais e integrantes da comunidade próxima. Além disso, não seria caracterizado pelo seu papel no mercado mas pelo **interesse público** [...]” (Grifo meu) (Libâneo, 2010, p. 1), ou seja, pela comunidade escolar que a influencia em aspectos culturais, sociais e políticos.

Todavia, para compreender essa concepção deve-se considerar a formação da escola a partir do imaginário coletivo e individual das pessoas, portanto, condicionada a critérios sócio-culturais e políticos. Para tanto, tal concepção procura valorizar os elementos constitutivos¹⁷ do processo organizacional: o planejamento, a organização, a direção e o controle. Contudo, Libâneo (2010) coloca-os da seguinte forma, na perspectiva da gestão escolar: planejamento, organização, direção, formação continuada e avaliação.

Figura 8 - Etapas do processo de organização educacional, conforme Libâneo (2010).



Fonte: elaborada pelo autor.

Por conseguinte, observa-se na Figura 8 que o processo organizacional na educação ocorre de forma cíclica, posto que as etapas do processo são interdependentes umas

¹⁷ Refere-se ao método planejar, organizar, dirigir e controlar (PODC), fundamentado em estabelecer processos que garantam a qualidade dos produtos. Com isso, faz com que as ideias saiam do papel para a execução (Chiavenato, 2011; Nunes e Peccinin, 2012 apud Sá Filho e Carvalho, 2020, p. 155).

das outras e retroalimentam o ciclo com vistas ao aprimoramento do diagnóstico da realidade, definição de metas e determinação de atividades e tarefas a serem cumpridas (Libâneo, 2004 apud Sá Filho e Carvalho, 2020, p. 155).

Outrossim, situa-se, nesta abordagem, o PPE do IFCE, para a gestão acadêmica dos fenômenos da retenção e da evasão discentes. “O Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, ou simplesmente Plano Estratégico do IFCE, construído com a participação da comunidade acadêmica, utilizou alguns documentos institucionais como subsídio para sua elaboração, [...]” (IFCE, 2017a, p. 2).

Em vista disso, o PPE foi estruturado seguindo a proposta de formação de comissões de acompanhamento dos indicadores, sendo uma geral e uma por campus¹⁸, assim como a realização de diagnósticos quantitativo e qualitativo em relação à situação dos índices de retenção e de evasão discentes, o que foi possível determinar as principais causas destes fenômenos no IFCE e foram classificadas conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Principais causas da retenção e evasão no IFCE, conforme o PPE (IFCE, 2017a).

Fatores	Causas
Individuais	Adaptação à vida acadêmica
	Qualidade da formação escolar anterior
	Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção
	Questões pessoais e de saúde do estudante ou de familiar
	Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho
	Desmotivação com o curso
Internos à Instituição	Atualização e flexibilidade curricular
	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino
	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino
	Gestão acadêmica do curso
	Questões didático-pedagógicas
	Processo de seleção e política de ocupação de vagas
	Inclusão social e respeito à diversidade
	Relação escola-família
Externos à Instituição	Conjuntura econômica e social

Fonte: (IFCE, 2017a, p. 23-29).

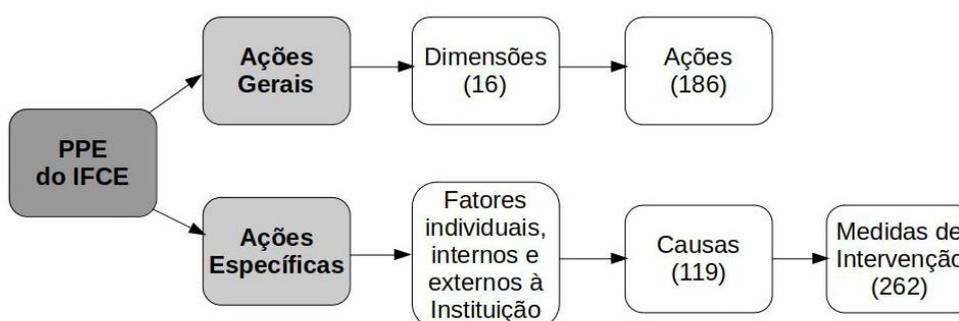
Em consequência, foram planejadas as ações de intervenção e monitoramento para a superação da retenção e evasão que, por sua vez, estão divididas em ações gerais e

¹⁸ Todavia, atualmente a Instituição conta somente com a Comissão Geral, pois as atribuições que foram das comissões de cada campus transferiram-se para as diretorias-gerais e gestões de ensino de cada unidade, conforme Resolução do CONSUP do IFCE sob n.º 47, de 01/07/2022, ou seja, no decorrer da pesquisa.

específicas e consideram os fatores e causas identificados. Desse modo, as metas a serem atingidas estão expressas em índices de conclusão dos cursos técnicos de nível médio e de graduação com vistas às orientações do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (IFCE, 2017a, p. 104). Diante disso, o PPE definiu os responsáveis por cada ação geral ou por cada Medidas de Intervenção (MI) sugerida nas ações específicas, assim como os prazos para cumprimento das estratégias.

Isto posto, o Plano dispõe de estratégias, no documento, da seguinte forma: as ações gerais contam com 186 ações distribuídas em 16 dimensões, as ações específicas com 262 MIs correspondentes às 119 causas identificadas a partir de cada fator, seja individual, interno ou externo à Instituição, como pode ser observado na Figura 9.

Figura 9 - Ações de intervenção e monitoramento para superação da retenção e evasão, conforme PPE do IFCE.



Fonte: elaborada pelo autor.

Em vista disso, o PPE diz respeito à fase de formação continuada, conforme Libâneo (2010), e é nesta etapa que este estudo iniciará a trajetória investigativa e transitará para a avaliação, etapa seguinte do processo organizacional com foco na gestão escolar, ou seja, o controle. Outrossim, cabe aqui destacar que formação continuada é um processo de formação amparado na construção de conhecimentos e no desenvolvimento dos sujeitos a partir do exercício prático e aprimoramento contínuo, ou seja, o crescimento profissional ocorre dentro de uma dimensão experiencial (Castro e Amorim, 2015, p. 39).

Nesse contexto, entende-se que o PPE, percebido como documento estratégico, deve estar em constante aperfeiçoamento considerando as atividades desenvolvidas para acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil na Instituição. Haja vista, o IFCE dispõe de sistema de gestão dedicado ao acompanhamento das atividades do PPE desenvolvidas pelos campi: Gestão IFCE para o aperfeiçoamento das ações que cada campus desenvolve a partir do monitoramento realizado.

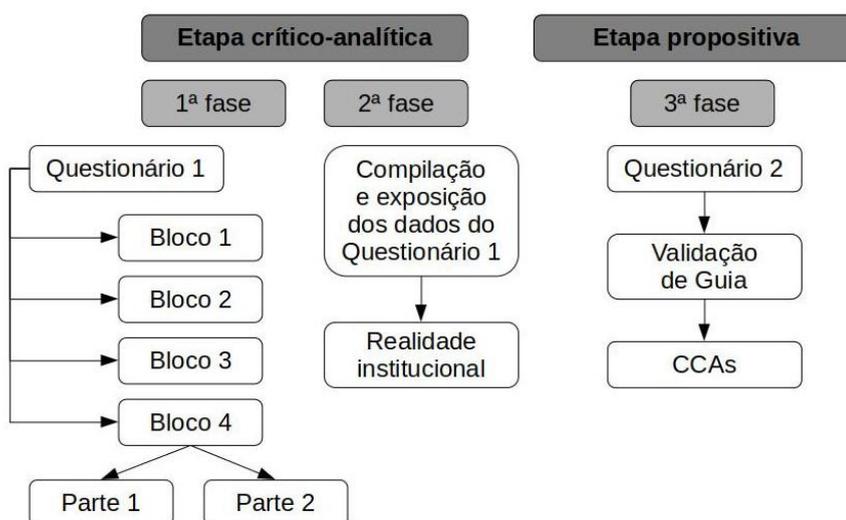
Dito isto, a disponibilização de um sistema capaz de gerenciar e de proporcionar verificações pode assegurar avaliação ao Plano na medida em que fornece recursos para o controle de ações que não estejam coerentes com os objetivos e estratégias traçados ou que não sejam viáveis, seja por não impactarem no acompanhamento e monitoramento dos índices dos fenômenos estudados ou por necessitarem de ajustes.

5 GESTÃO DE CONTROLE ACADÊMICO PARA ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL NO IFCE.

O estudo esteve direcionado para a construção de um Guia, a partir do PPE do IFCE, com estratégias que a CCA poderá percorrer para colaborar na gestão acadêmica para o acompanhamento e monitoramento dos índices de retenção e evasão dos campi da Instituição. A pesquisa foi classificada do tipo mista, pois teve abordagens qualitativa e quantitativa, e seguiu-se pelos métodos descritivo e bibliográfico. Contudo, permeou-se pelo campo de estudo de caso sem aprofundar-se na técnica.

Nesse sentido, a pesquisa caminhou por duas etapas e três fases, sendo que a etapa crítico-analítica abrangeu a primeira e segunda fases, e a etapa propositiva compreendeu a terceira fase, conforme exemplificado na Figura 10.

Figura 10 - Desenho da pesquisa.



Fonte: elaborada pelo autor.

No que tange à primeira fase da pesquisa, pretendeu-se atender ao primeiro objetivo específico. Logo, foi realizada consulta, através de questionário elaborado na ferramenta Google Forms (Apêndice B), a 2.702 servidores/as das CCAs e demais setores que realizam o atendimento e/ou acompanhamento do/a estudante do Instituto Federal observado. Desse modo, as perguntas foram direcionadas para identificar as ações que podem promover maior participação da CCA no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE.

O questionário foi dividido em quatro blocos, sendo que o Bloco 4 foi dividido em duas partes: Parte 1: destinado aos/às servidores/as das CCAs dos campi do IFCE; Parte 2: destinado aos/às servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi ifceanos.

- A. Bloco 1: Identificação do público respondente à pesquisa;
- B. Bloco 2: Identificação do campus e setor do público respondente à pesquisa;
- C. Bloco 3: Identificação das atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil;
- D. Bloco 4: Identificação das atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil (Parte 1);
- E. Bloco 4: Impressões sobre as atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil (Parte 2).

Isto posto, passa-se a comentar sobre os dados obtidos nos questionários aplicados durante esta fase. O questionário 1 foi enviado, por e-mail institucional, para os/as servidores/as lotados/as nos setores vinculados aos departamentos e às diretorias de ensino dos campi. quais sejam: Coordenadorias técnico-pedagógicas, coordenadorias de controle acadêmico, coordenadorias de curso e/ou de ensino, coordenadorias de assuntos estudantis, bibliotecas e gabinetes das diretorias e/ou chefias dos departamentos de ensino. Logo, sabe-se que houve consentimento em participar da pesquisa e retorno de 88 questionários, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Quantidade de Questionários 1 respondidos por campi, setores e cargos.

Campi	Quantidade de questionários	Setores	Quantidade de questionários	Cargo	Quantidade de questionários
C1	4	Biblioteca	1	Auxiliar de Biblioteca	1
		Coordenadoria de Curso	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
		Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Técnico/a em Assuntos Educacionais	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
C2	1	Coordenadoria de Curso	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
C3	4	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	1	Enfermeiro/a	1
		Coordenadoria de Controle	2	Assistente em	2

		Acadêmico		Administração	
		Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Pedagogo/a	1
C4	3	Coordenadoria de Curso	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	2	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	2
C5	2	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	1	Técnico/a em Assuntos Educacionais	1
		Setor de Educação Física	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
C6	2	Coordenadoria de Curso	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
		Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Técnico/a em Assuntos Educacionais	1
C7	3	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	2	Enfermeiro/a	1
				Psicólogo/a	1
		Coordenadoria de Curso	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
C8	1	Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Assistente de Alunos	1
C9	5	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	2	Assistente de Alunos	1
				Psicólogo/a	1
		Coordenadoria de Controle Acadêmico	1	Auxiliar em Administração	1
		Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Pedagogo/a	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
C10	4	Coordenadoria de Controle Acadêmico	1	Auxiliar em Administração	1
		Coordenadoria de Curso	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	2	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	2
C11	4	Coordenadoria de Controle Acadêmico	2	Assistente em Administração	2
		Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Técnico/a em Assuntos Educacionais	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e	1

				Tecnológico	
C12	12	Biblioteca	1	Bibliotecário/a Documentalista	1
		Coordenadoria de Controle Acadêmico	2	Assistente em Administração	2
		Coordenadoria de Curso	5	Auxiliar em Administração	1
				Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	4
		Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio	1	Auxiliar em Administração	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	3	Assistente em Administração	1
				Auxiliar em Administração	1
Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1				
C15	3	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	1	Assistente Social	1
		Coordenadoria de Controle Acadêmico	1	Telefonista	1
		Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Pedagogo/a	1
C16	4	Biblioteca	1	Bibliotecário/a Documentalista	1
		Coordenadoria de Assuntos Estudantis	3	Assistente Social	1
				Psicólogo/a	1
Técnico/a em Assuntos Educacionais	1				
C17	10	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	2	Técnico/a em Assuntos Educacionais	2
		Coordenadoria de Controle Acadêmico	2	Assistente em Administração	1
				Assistente em Administração	1
		Coordenadoria de Curso	3	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	3
		Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Pedagogo/a	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	2	Assistente em Administração	1
Técnico/a em Secretariado	1				
C19	2	Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Técnico/a em Assuntos Educacionais	1

		Diretoria/Departamento de Ensino	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
C20	4	Biblioteca	2	Auxiliar de Biblioteca	1
				Não identificado	1
		Coordenadoria de Controle Acadêmico	1	Assistente em Administração	1
		Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Técnico/a em Assuntos Educacionais	1
C21	8	Biblioteca	1	Não identificado	1
		Coordenadoria de Curso	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
		Coordenadoria Técnico-pedagógica	2	Pedagogo/a	1
				Técnico/a em Assuntos Educacionais	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	4	Assistente em Administração	1
Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	3				
C22	1	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	1	Psicólogo/a	1
C23	1	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	1	Técnico/a em Assuntos Educacionais	1
C24	1	Coordenadoria de Curso	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
C25	1	Coordenadoria de Controle Acadêmico	1	Assistente de Alunos	1
C26	4	Biblioteca	2	Assistente em Administração	1
				Auxiliar de Biblioteca	1
		Coordenadoria de Curso	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	1	Professor/a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	1
C27	3	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	2	Assistente de Alunos	1
				Odontólogo/a	1
		Diretoria/Departamento de Ensino	1	Assistente Social	1
C31	1	Coordenadoria Técnico-pedagógica	1	Pedagogo/a	1

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

O Bloco 1 do questionário esteve dedicado a caracterizar o público respondente, portanto, fez-se a indagação sobre os setores de atuação dos/as respondentes. Desse modo, sabe-se que cerca de 59% dos/as entrevistados/as atuam na Diretoria/Departamento de Ensino (19), na Coordenadoria de Curso (17), na Coordenadoria de Assuntos Estudantis (16), na Coordenadoria de Controle Acadêmico (13), na Coordenadoria Técnico-pedagógica (13), na biblioteca (8) e em outros setores (2).

O Bloco 2 do questionário abordou a caracterização do campus e do setor do público respondente. Logo, ao indagar sobre qual o turno de funcionamento do campus, foi identificado que todos funcionam nos turnos matutino e vespertino, todavia, dos 25 campi que tiveram servidores/as que retornaram o questionário, apenas 2 (C24 e C25) não funcionam à noite. Além disso, questionou-se sobre a quantidade de discentes que havia nos campi.

Quadro 6 - Informações sobre quantidade de discentes por campi.

2.2 - Você estima que tem quantos estudantes no campus em que você trabalha?	
Respostas	Campi
Menos de 100	Nenhum campus
Entre 101 e 300	C17, C19, C22 e C26
Entre 301 e 500	C1, C2, C5, C16, C17, C23, C24 e C26
Entre 501 e 700	C4, C6, C7, C11, C16, C17 e C25
Entre 701 e 1.000	C1, C3, C4, C7, C10, C11, C20, C21 e C31
Mais de 1.000	C9, C10, C12, C15, C19, C20, C21, C26 e C27
Não sei	C8

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

No entanto, destaca-se que houve respostas de servidores/as de 11 campi que divergiram quanto ao quantitativo de discentes no campus em que atuam, conforme destaques no Quadro 6, principalmente no campus C19 em que 1 servidor/a estimou entre 101 estudantes e 300 e 1 servidor/a apontou mais de 1.000 alunos/as, logo, tal disparidade pode denotar a falta ou pouca familiarização dos/as servidores/as envolvidos/as nas atividades de ensino, no campus, com o corpo discente da unidade ou com projetos que os envolvam. Ainda, o/a servidor/a do campus C8, apesar de atuante no setor pedagógico do campus (CTP), não soube dimensionar tal quantitativo.

De resto, interrogou-se sobre a estimativa de percentual de estudantes do sexo feminino e do masculino no campus em que atua.

Quadro 7 - Informações sobre discentes por sexo e por campi.

2.3 - Você estima qual percentual de estudantes do sexo feminino e do masculino no campus que você trabalha?	
Respostas	Campi
Mais de 50% é do sexo feminino	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C11, C12, C15,

	C16, C17, C20, C24, C26 e C27
Mais de 50% é do sexo masculino	C3, C9, C10, C12, C16, C17, C21, C22, C23, C25, C26 e C27
Em torno de 70% é do sexo feminino	C4, C6, C9, C11, C16, C17 e C26
Em torno de 70% é do sexo masculino	C1, C9 e C21
Não sei	C1, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C26, C27 e C31

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Isto posto, constatou-se que servidores/as de 22 campi souberam ou quiseram supor sobre tal percentual, assim como nos campi C1, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C26, C27 e C31 não sabiam propor resposta para a indagação. Dito isto, nos campi C2, C8, C22, C23, C24, C25 e C31 não há divergência de informações, pois, há resposta de somente 1 servidor/a, porém, no C19 a situação torna-se preocupante devido aos/às 2 servidores/as terem afirmado que não sabiam.

Logo, este cenário evidencia a mesma conclusão sobre a pergunta anterior: *“tal disparidade pode denotar a falta ou pouca familiarização dos/as servidores/as envolvidos/as nas atividades de ensino, no campus, com o corpo discente da unidade ou com projetos que os envolvam”*.

Perguntou-se: Há estudantes trabalhadores/as no campus que você trabalha?. Um/uma dos/as servidores/as do campus C3 e 1 do C11 responderam: não, assim como 3 servidores/as dos C4, C10 e C17, 1 de cada, responderam: talvez e 4 servidores/as, sendo também 1 de cada, do C12, C16, C17 e C21, responderam que não sabiam. Todavia, servidores/as de todos os campi responderam: sim contrapondo-se, dessa forma, às respostas não, talvez e não sei, o que pode-se deduzir, também, que há *“falta ou pouca familiarização dos/as servidores/as envolvidos/as nas atividades de ensino, no campus, com o corpo discente da unidade ou com projetos que os envolvam”*.

Por conseguinte, questionou-se:

Quadro 8 - Informações sobre discentes trabalhadores/as por sexo, por turno de matrícula e por campi.

Respostas	Campi
2.4a - Caso tenha respondido 'Sim', você estima qual percentual de estudantes do sexo feminino trabalhadoras e do masculino trabalhadores no campus que você trabalha?	
Mais de 50% é do sexo feminino	C1, C3, C4, C7, C24 e C27
Mais de 50% é do sexo masculino	C3, C9, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23 e C25
Em torno de 70% é do sexo feminino	C6
Em torno de 70% é do sexo masculino	C11, C16 e C21
Não sei	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C26, C27 e C31

2.4b - Caso tenha respondido 'Sim' à pergunta 2.4, estes/as estudantes trabalhadores/as estudam em qual turno?	
A maioria é no turno da manhã	C1, C4, C5, C11, C16, C17, C21, C24, C26 e C31
A maioria é no turno da tarde	C7 e C20
A maioria é no turno da noite	C1, C3, C4, C6, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C23, C25, C26 e C27
Todos estudam no turno da manhã	Nenhum campus
Todos estudam no turno da tarde	Nenhum campus
Todos estudam no turno da noite	C22
Não sei	C2, C3, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C19, C20, C21 e C26

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Destarte, considerando os/as servidores/as que demonstraram que haviam estudantes trabalhadores/as nos campi em que atuam e observando as contraposições de informações, conforme destaques no Quadro 8, pode-se, também, “denotar a falta ou pouca familiarização dos/as servidores/as envolvidos/as nas atividades de ensino, no campus, com o corpo discente da unidade ou com projetos que os envolvam”. Ainda assim, outro assunto averiguado com os/as participantes da pesquisa foi sobre o transporte escolar.

Nessa perspectiva, abordou-se sobre a utilização do serviço de transporte escolar pelos/as discentes do campus, bem como a razão e a frequência do uso desse modo de locomoção.

Quadro 9 - Informações sobre uso do transporte escolar, pelos discentes, por campi.

Respostas	Campi
2.5 - Há estudantes que utilizam transporte, no campus que você trabalha?	
Sim, utilizam o escolar	C2, C3, C4, C5, C6, C9, C10, C11, C15, C17, C21, C24 e C26
Sim, utilizam transportes próprios	Nenhum campus
Sim, utilizam o escolar e transportes próprios	C1, C3, C4, C6, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C25, C26, C27 e C31
Sim, utilizam outro tipo de transporte, porém nem é o escolar e nem é próprio	C7, C12 e C21
Não	Nenhum campus
Talvez	Nenhum campus
Não sei	C1 e C19
2.5a - Caso tenha escolhido alguma opção que inicia com 'Sim', utilizam transporte, seja próprio, escolar ou outro, por quais razões?	
Reside na mesma localidade/bairro do campus, porém distante	C1, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C20, C21, C23, C24, C26 e C27
Reside em outra localidade/bairro, mas no mesmo município do campus	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C20, C21, C22, C23, C24, C25, C26, C27 e C31
Reside em outro município	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31

Não sei	C12, C19 e C21
2.5b - Caso tenha escolhido alguma opção que inicia com 'Sim', com que frequência você acredita que os/as estudantes utilizam transporte para se deslocar até o campus?	
Diariamente	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C25, C26, C27 e C31
Em dias alternados durante a semana	C4
Semanalmente	Nenhum campus
Quinzenalmente	Nenhum campus
Mensalmente	Nenhum campus
Não sei	C12, C19 e C21

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Considerando as respostas à pergunta 2.5, apesar das diferenças, a maioria dos/as respondentes informou que os/as estudantes utilizam transporte escolar ou outra forma de transporte para se deslocar até a Instituição de ensino. Em vista disso, para análise das perguntas 2.5a e 2.5b, filtrou-se somente as respostas ‘sim’ dadas à pergunta 2.5 e pode-se concluir que a maioria dos/as discentes que usam o transporte escolar, nos campi dos/as servidores/as que contribuíram com a pesquisa, o utilizam diariamente e porque residem na mesma localidade ou distante do campus, assim como são residentes de outro município.

O Bloco 3 do questionário preocupou-se em identificar as atribuições dos setores para a permanência e êxito estudantil, bem como regulamentação de tais atividades, sob o ponto de vista de servidores/as das CCAs e de outros setores vinculados às atividades de ensino de cada campus. Nesse sentido, perguntou-se sobre a existência de regimento ou outro documento que define as atribuições do setor que trabalha atualmente, logo, servidores/as de 23 campi informaram que sim: C1, C2, C3, C4, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C25, C26 e C27.

Ainda, participantes de 6 campi disseram que não: C6, C9, C11, C12, C26 e C31, e de 4 campi responderam ‘talvez’: C4, C5, C20 e C26 e ‘não sei’: C5, C9, C12 e C21. Portanto, considerando os/as colaboradores/as que informaram ‘sim’, passou-se à pergunta: 3.1a - Caso tenha escolhido 'Sim', estas atribuições indicam estratégias para o acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão estudantil?

Quadro 10 - Informações sobre atribuições do setor direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores, por campi.

3.1a - Caso tenha escolhido 'Sim', estas atribuições indicam estratégias para o acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão estudantil?	
Respostas	Campi
Sim	C1, C2, C3, C4, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C21, C22, C23, C24, C25 e C27
Não	C1, C3, C12, C16, C17, C20, C21 e C26

Talvez	C3, C12 e C17
Não sei	C9 e C17

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Não obstante, 18 servidores/as afirmaram ‘não’ ou apontaram incerteza respondendo ‘talvez’, bem como desconhecem totalmente sobre a existência de regimento ou outro documento que define as atribuições do setor em que atua em resposta à questão 3.1a. Então, considerando as respostas ‘sim’, tratou-se sobre a indicação de estratégias para monitorar e acompanhar os índices de retenção e evasão no IFCE no regimento do setor, logo, 48 servidores/as acreditam haver ligação das atividades propostas no regimento com trabalho direcionado para o controle dos padrões de retenção e evasão na Instituição.

O Bloco 4 do questionário intencionou identificar as atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil, sendo dividido em duas partes: Parte 1 dirigida aos/às servidores/as das CCAs dos campi do IFCE com o objetivo de identificar tais atribuições para trabalhar estes fenômenos e a Parte 2 destinado aos/às servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino com a proposta de obter impressões sobre as atribuições do setor com vistas aos mesmos fenômenos.

Desta feita, para conduzir a investigação, nestas partes do Bloco 4, buscou-se referência no Regimento dos campi do IFCE aprovado pela Resolução do Conselho Superior (CONSUP) n.º 005, de 30/01/2017. Constatou-se a participação de 13 servidores/as das CCAs de 9 campi (C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25).

Dessa maneira, pode-se apreender que, atualmente, dentre as atribuições apresentadas no Quadro constante no Anexo E, os/as servidores/as apresentaram que exercem, principalmente:

Quadro 11 - Atribuições do setor de controle acadêmico desempenhadas que se destacaram nas respostas dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico.

4.1 - Dentre as atribuições abaixo, quais o setor da CCA desempenha atualmente?	
Opção	Atribuições desempenhadas
2	Coordenar e realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares e outros documentos inerentes ao setor
4	Manter os arquivos acadêmicos atualizados
5	Receber requerimentos de matrículas, inscrições e solicitações dirigidas à CCA
7	Controlar os processos acadêmicos referentes à conclusão de curso e colação de grau
9	Realizar o atendimento aos alunos, ex-alunos, pais de alunos, servidores e demais interessados em matéria de sua competência
16	Compor o arquivo de alunos novos e transferidos
22	Realizar o atendimento ao público em geral

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Em contrapartida, os/as respondentes identificaram, dentre as atividades desenvolvidas, as que estavam direcionadas para o acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE, em sua maioria:

Quadro 12 - Atribuições do setor de controle acadêmico desempenhadas e direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores, que se destacaram nas respostas dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico.

4.3 - Dentre as atribuições desempenhadas pelo setor que você trabalha, elencadas abaixo, quais você considera que podem estar direcionadas para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE?	
Opções	Atribuições desempenhadas e direcionadas para o acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão estudantil
3	Auxiliar na elaboração de relatórios, questionários, consultas e outros realizados pela própria Instituição e demais órgãos solicitantes
4	Manter os arquivos acadêmicos atualizados
5	Receber requerimentos de matrículas, inscrições e solicitações dirigidas à CCA
7	Controlar os processos acadêmicos referentes à conclusão de curso e colação de grau
8	Manter atualizada a base de dados do sistema de controle acadêmico
9	Realizar o atendimento aos alunos, ex-alunos, pais de alunos, servidores e demais interessados em matéria de sua competência
12	Promover o aprimoramento dos processos de registros e controles acadêmicos
13	Planejar, supervisionar, executar, organizar e avaliar as atividades acadêmicas
15	Supervisionar os arquivos acadêmicos, referentes aos diversos cursos que o campus mantém
16	Compor o arquivo de alunos novos e transferidos
22	Realizar o atendimento ao público em geral

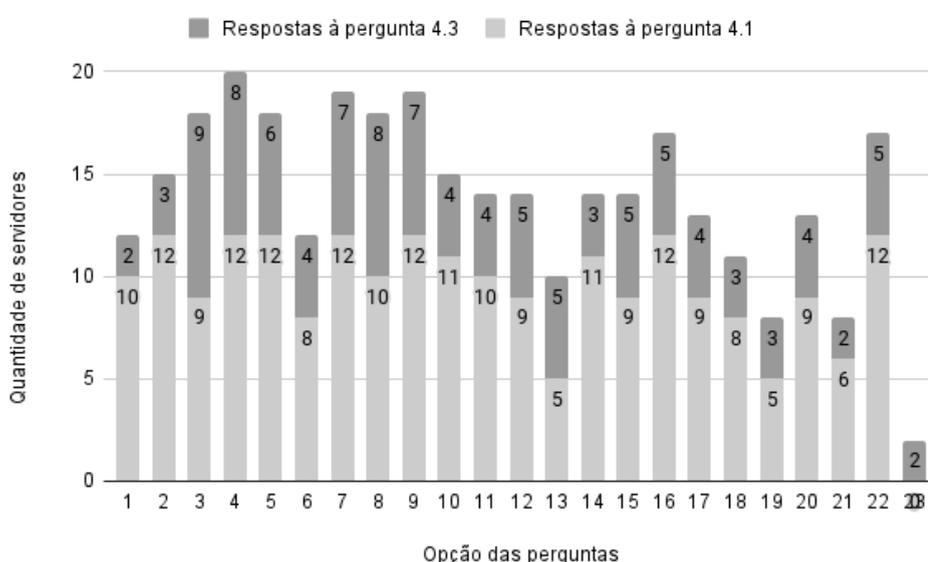
Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Todavia, observa-se que 2 servidores/as de campi distintos (C10 e C11) disseram que, dentre as atribuições apresentadas como opção a partir do Regimento dos campi

do IFCE, nenhuma das atividades desenvolvidas estavam alinhadas com a proposta de enfrentamento aos fenômenos da retenção e evasão estudantis. No entanto, em resposta à pergunta 4.2 - Considerando a pergunta anterior, você considera que a finalidade delas aponta para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil por parte da CCA?, a maioria (7 servidores/as) entendem que sim, 5 servidores/as acreditam que não e 1 informa que talvez tenham afinidade com o trabalho de combate à retenção e evasão estudantis.

Ademais, o Gráfico 17 resume as informações tratadas acima.

Gráfico 17 - Comparação das atribuições do setor de controle acadêmico desempenhadas e as direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores.



Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Em seguida, tratou-se sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024). Questionou-se: 4.4 - Você conhece ou já ouviu falar no Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes (PPE) do IFCE (2017-2024)?, e apresentou-se as opções abaixo das quais tiveram as seguintes respostas:

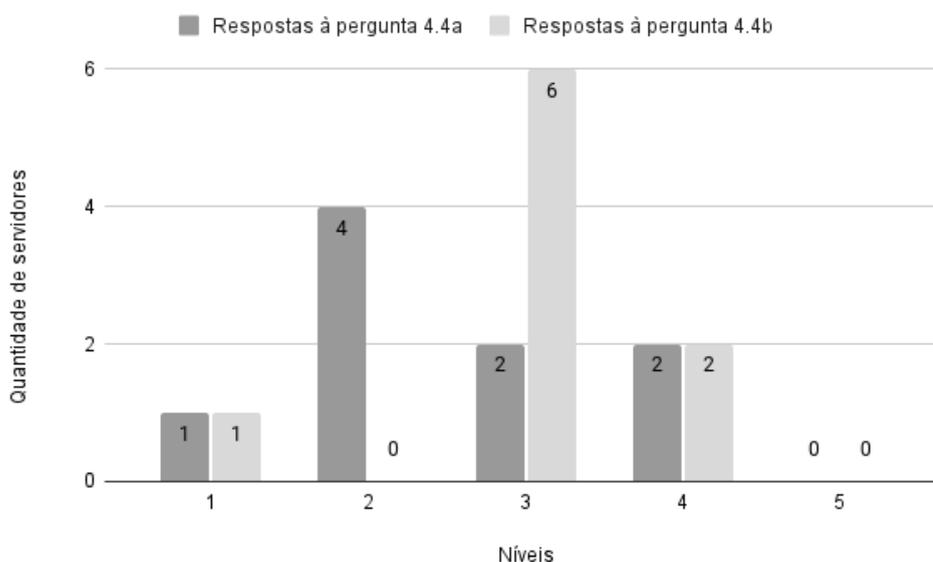
Quadro 13 - Percepção dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, por campi.

4.4 - Você conhece ou já ouviu falar no Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes (PPE) do IFCE (2017-2024)?	
Respostas	Campi
Sim, conheço. Pois já o li ou o estudei.	C3 e C25
Sim, já ouvi falar.	C9, C10, C12, C15, C17 e C20
Não o conheço, pois nunca o li e nem o estudei.	C11
Não. Nunca ouvi falar.	C11, C12 e C17

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

O Quadro 14 é capaz de mostrar que a maioria dos/as servidores/as das CCAs (6 servidores/as) já ouviu falar no PPE da Instituição e outra parte o conhece, pois já o leu ou o estudou ou então nunca ouviu falar, sendo 3 servidores/as cada opção de resposta. Portanto, indagou-se dos/as que optaram por resposta iniciada por sim (9 servidores/as) sobre o nível de conhecimento sobre o PPE e o nível de concordância com as ações propostas no documento, conforme Gráfico 18¹⁹.

Gráfico 18 - Comparação do nível de conhecimento sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024) e o nível de concordância com as propostas do documento sob a percepção dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico.



Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Dessarte, conclui-se que a maioria dos/as servidores/as das CCAs conhecem pouco o PPE e concordam razoavelmente com as propostas ali empreendidas para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão dos/as discentes no IFCE. Logo, propôs que os/as respondentes apontassem quais atividades julgariam viáveis para que o setor de controle acadêmico contribuísse com o PPE e, dentre as opções escolhidas, quais definem como incompatíveis com o trabalho do setor, o que apresenta-se no Anexo D.

Nesse sentido, abordou-se sobre a possibilidade das CCAs contribuírem com o acompanhamento e monitoramento dos índices de tais fenômenos a partir de duas perguntas: 4.7 - Você acredita que a CCA pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE? e 4.8 - Independente da resposta à

¹⁹ Contudo, cabe explicar que para a questão D4.1 a legenda é 1 - Conheço muito pouco; 2 - Conheço pouco; 3 - Conheço razoavelmente; 4 - Conheço muito; e 5 - Conheço profundamente, e para a questão D4.2 é Legenda: 1 - Concordo muito pouco; 2 - Concordo pouco; 3 - Concordo razoavelmente; 4 - Concordo muito; e 5 - Concordo profundamente.

pergunta anterior, você acredita que um manual ou guia de orientação às CCAs pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento estudantil no IFCE? E coletou-se:

Quadro 14 - Percepção dos/as servidores/as das Coordenadorias de Controle Acadêmico sobre contribuição das CCAs com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão dos estudantes do IFCE e sobre criação de manual de orientação desse planejamento, por campi.

Opções	Perguntas	4.7 - Você acredita que a CCA pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE?	4.8 - Independente da resposta à pergunta anterior, você acredita que um manual ou guia de orientação às CCAs pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento estudantil no IFCE?
	Respostas		
1	Sim	C3, C9, C10, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C9, C12, C15, C17 e C25
2	Não	C11	C11 e C12
3	Talvez	C11	C10 e C20
4	Não sei	Nenhum campus	Nenhum campus

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Considerando as respostas dadas às perguntas 4.7 e 4.8, a maioria dos/as servidores/as das CCAs que responderam ao Bloco 4 do questionário acredita que o setor de controle acadêmico pode contribuir para o acompanhamento e monitoramento dos fenômenos da Instituição e que um manual ou guia de orientação pode auxiliar com tal planejamento. Então, contrapõe-se às respostas dadas às questões 4.5 e 4.6 e tem-se:

Quadro 15 - Atividades direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores, mais viáveis e menos incompatíveis com o trabalho da Coordenadoria de Controle Acadêmico que se destacaram nas respostas dos/as servidores/as das CCAs.

4.5 - Quais atividades/áreas, descritas abaixo, você julgaria viável/is para a CCA contribuir com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?	
4.6 - Dentre as atividades/áreas escolhidas por você na pergunta 4.5, e descritas abaixo, quais você julgaria incompatível/is com o trabalho da CCA, mesmo que contribua com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?	
Opções	Atividades mais viáveis e menos incompatíveis com o trabalho da CCA
2	Estabelecimento de estratégias de trabalho com outros setores do campus.
5	Planejamento de ações de acolhimento a estudantes ingressantes.
8	Definição e publicização de horário de atendimento do setor.
9	Funcionamento de setor nos três turnos (manhã, tarde e noite).
10	Melhoria do sistema acadêmico da Instituição.
11	Orientação aos/às docentes quanto ao uso do sistema acadêmico da Instituição.
14	Deferimento de pedidos e realização de matrículas nas disciplinas solicitadas.
15	Planejamento e participação em ações coletivas de enfrentamento à retenção e evasão estudantil.

18	Deferimento e realização de pedidos de reingresso de estudantes com 1 abandono.
19	Atualização de cadastro de estudantes residentes em outros municípios e/ou estados, como base para planejamento do transporte escolar.
22	Aperfeiçoamento de procedimentos de rotina, bem como elaboração de manuais de processos e fluxos de trabalho.
24	Divulgação dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso.
25	Utilizar a ferramenta IFCE em Números como instrumento de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.
27	Contribuir para que o espaço acadêmico seja um espaço acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo do estudante com a Instituição.
28	Identificar com o corpo docente de cada curso as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil na Instituição.
29	Sugerir ajustes na política de ingresso de estudantes no IFCE.

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Ademais, destacam-se os comentários de servidores/as dos campi C3 e C11 em resposta à 4.9 - Você gostaria de acrescentar algo que não foi tratado neste questionário?.

Fizemos um levantamento das medidas e atuamos com o fornecimento de relatórios que auxilia a CTP, CAE, Coord de Cursos e DE para busca ativa de estudantes (SERVIDOR/A DO C3).

O planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil está totalmente relacionado às atribuições das CTP e Direções de Ensino, visto que são setores compostos por pessoal que tem formação na área acadêmico-pedagógica (licenciados e pedagogos), possuindo arcabouço teórico para, em tese, lidar satisfatoriamente com a questão, diferentemente das CCAs que são compostas, em sua maioria, por Assistentes em Administração, cargo que exige apenas nível médio, bem como as CCAs são setores instrumentais, ou seja, de execução objetiva das atividade de Registro Acadêmico, cabendo a estas pouca margem de planejamento pedagógico, o qual, na maioria das vezes, se resume a consultas de datas e cronogramas para a execução de tarefas (SERVIDOR/A DO C11).

De mais a mais, dos 13 servidores/as das CCAs que participaram da pesquisa, respondendo ao questionário 1, 7 dispuseram-se a colaborar na segunda etapa do estudo para participar da validação da proposta de um Guia de gestão de controle acadêmico para acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE.

Prosseguiu-se a investigação com os/as servidores/as dos demais setores integrantes das diretorias/departamentos de ensino dos campi e identificou-se a participação de 75 respondentes de 23 campi.

Portanto, de acordo com os/as respondentes, dentre as atribuições da CCA, todas estão direcionadas para o acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE. Ainda, sugeriu-se que apontassem quais atividades julgariam viáveis para que o setor de controle acadêmico contribuísse com o PPE e, dentre as opções

escolhidas, quais definem como incompatíveis com o trabalho do setor, o que apresenta-se no Quadro 16.

Quadro 16 - Informações sobre atividades viáveis para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores e as incompatíveis com o trabalho do setor de controle acadêmico, por campi.

Opções	Perguntas	4.4 - Quais atividades/áreas, descritas abaixo, você julgaria viável/is para a CCA contribuir com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?	4.5 - Dentre as atividades/áreas escolhidas por você na pergunta 4.4, e descritas abaixo, quais você julgaria incompatível/is com o trabalho da CCA, mesmo que contribua com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?
	Atividades		
1	Comunicação sistemática com pais ou responsáveis, estudantes, professores e setores do campus.	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C2, C3, C4, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C16, C17, C19, C21, C22, C26 e C27
2	Estabelecimento de estratégias de trabalho com outros setores do campus.	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C3, C4, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C16, C17, C19, C21, C26 e C27
3	Criação de murais, publicação em site institucional e envio de e-mails.	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C9, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C21, C22, C26 e C27
4	Estreitamento da relação família - campus.	C1, C4, C5, C7, C9, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C2, C4, C7, C9, C10, C11, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C26 e C27
5	Planejamento de ações de acolhimento a estudantes ingressantes.	C1, C4, C5, C6, C7, C9, C11, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C3, C4, C7, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C21, C26 e C27
6	Atenção à educação inclusiva e às pessoas com necessidades educacionais específicas.	C1, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C12, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C4, C6, C7, C9, C11, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C22, C27 e C31
7	Parceria com o corpo docente em projetos para estudantes que necessitam acompanhamento pedagógico.	C1, C4, C5, C7, C9, C11, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C3, C4, C6, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C26 e C27
8	Definição e publicização de horário de atendimento do setor.	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C3, C4, C7, C9, C12, C17, C19, C21 e C27
9	Funcionamento de setor nos três turnos (manhã, tarde e noite).	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C23, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C12, C17, C19, C21 e C27
10	Melhoria do sistema acadêmico da Instituição.	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C23, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C12, C15, C17, C19, C21, C26 e C27
11	Orientação aos/às docentes	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9,	C1, C4, C7, C9, C12, C17, C19,

	quanto ao uso do sistema acadêmico da Instituição.	C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C21 e C27
12	Identificação e acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes jovens e adultos.	C1, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C17, C19, C20, C21 e C27
13	Ampliação e efetivação das dependências em disciplinas e dos Planos de Estudos Individuais (PEI) para cursos técnicos concomitantes e subsequentes, assim como ocorrem nos integrados.	C1, C4, C5, C7, C9, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C27 e C31	C1, C4, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C26 e C27
14	Deferimento de pedidos e realização de matrículas nas disciplinas solicitadas.	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C11, C12, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C11, C12, C16, C17, C19, C20, C21 e C27
15	Planejamento e participação em ações coletivas de enfrentamento à retenção e evasão estudantil.	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C27 e C31	C1, C4, C7, C8, C9, C12, C15, C17, C19, C21, C26 e C27
16	Acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes.	C1, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C11, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C26 e C27
17	Acompanhamento sistemático da frequência de estudantes com auxílios e/ou bolsas.	C1, C4, C5, C7, C9, C11, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C3, C4, C7, C8, C9, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C26 e C27
18	Deferimento e realização de pedidos de reingresso de estudantes com 1 abandono.	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C11, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C12, C15, C17, C19, C21 e C27
19	Atualização de cadastro de estudantes residentes em outros municípios e/ou estados, como base para planejamento do transporte escolar.	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C12, C16, C17, C19, C21 e C27
20	Divulgação de cursos e processos seletivos.	C1, C3, C4, C5, C7, C9, C11, C12, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C10, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C26 e C27
21	Promover a publicidade da Educação Profissional e Tecnológica.	C1, C4, C5, C7, C9, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C2, C3, C4, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C26 e C27
22	Aperfeiçoamento de procedimentos de rotina, bem como elaboração de manuais de processos e fluxos de trabalho.	C1, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C10, C12, C17, C19, C20, C21 e C27
23	Utilizar a ferramenta de acompanhamento da evolução da permanência e êxito discente, IFCE em Números, para identificar os estudantes com reprovações no período letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C12, C15, C17, C19, C20, C21 e C27

	pedagógicas.		
24	Divulgação dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso.	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C12, C17, C19, C21 e C27
25	Utilizar a ferramenta IFCE em Números como instrumento de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.	C1, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C4, C6, C7, C9, C12, C15, C17, C19, C21 e C27
26	Identificar a necessidade de oferta de cursos com horários e turnos compatíveis com a disponibilidade de estudantes trabalhadores.	C1, C3, C4, C5, C7, C9, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C26 e C27
27	Contribuir para que o espaço acadêmico seja um espaço acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo do estudante com a Instituição.	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C3, C4, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C17, C19, C21, C26 e C27
28	Identificar com o corpo docente de cada curso as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil na Instituição.	C1, C4, C5, C6, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C3, C4, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21 e C27
29	Sugerir ajustes na política de ingresso de estudantes no IFCE.	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31	C1, C4, C7, C8, C9, C12, C16, C17, C19, C21 e C27
30	Nenhuma destas atividades.	C12	C5, C7, C12, C17, C23 e C24

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Nessa perspectiva, indagou-se sobre a possibilidade das CCAs contribuírem com o acompanhamento e monitoramento dos índices de tais fenômenos a partir de duas perguntas: 4.6 - Você acredita que a CCA pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE? e 4.7 - Independente da resposta à pergunta anterior, você acredita que um manual ou guia de orientação às CCAs pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento estudantil no IFCE? E obteve-se:

Quadro 17 - Percepção dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi sobre contribuição das CCAs com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão dos estudantes do IFCE e sobre criação de manual de orientação desse planejamento, por campi.

Opções	Perguntas	4.6 - Você acredita que a CCA pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE?	4.7 - Independente da resposta à pergunta anterior, você acredita que um manual ou guia de orientação às CCAs pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento estudantil no IFCE?
	Respostas		
1	Sim	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31	C1, C3, C4, C5, C6, C7, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C23, C24, C26, C27 e C31
2	Não	Nenhum campus	Nenhum campus
3	Talvez	C8, C11 e C26	C1, C2, C7, C8, C9, C12, C15, C17, C21 e C22
4	Não sei	Nenhum campus	C6

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Considerando as respostas dadas às perguntas 4.6 e 4.7, a maioria dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi que responderam ao Bloco 4 do questionário creem que as CCAs podem colaborar para o acompanhamento e monitoramento dos fenômenos da Instituição e que um manual ou guia de orientação pode auxiliar com o planejamento de ações. Então, confronta-se as respostas dadas às questões 4.4 e 4.5 e tem-se:

Quadro 18 - Atividades direcionadas para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores, mais viáveis e menos incompatíveis com o trabalho da Coordenadoria de Controle Acadêmico que se destacaram nas respostas dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi.

4.4 - Quais atividades/áreas, descritas abaixo, você julgaria viável/is para a CCA contribuir com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?	
4.5 - Dentre as atividades/áreas escolhidas por você na pergunta 4.4, e descritas abaixo, quais você julgaria incompatível/is com o trabalho da CCA, mesmo que contribua com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?	
Opções	Atividades mais viáveis e menos incompatíveis com o trabalho da CCA
8	Definição e publicização de horário de atendimento do setor.
9	Funcionamento de setor nos três turnos (manhã, tarde e noite).
10	Melhoria do sistema acadêmico da Instituição.
11	Orientação aos/às docentes quanto ao uso do sistema acadêmico da Instituição.
18	Deferimento e realização de pedidos de reingresso de estudantes com 1 abandono.
19	Atualização de cadastro de estudantes residentes em outros municípios e/ou estados, como base para planejamento do transporte escolar.
22	Aperfeiçoamento de procedimentos de rotina, bem como elaboração de manuais de processos e fluxos

	de trabalho.
23	Utilizar a ferramenta de acompanhamento da evolução da permanência e êxito discente, IFCE em Números, para identificar os estudantes com reprovações no período letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas.
24	Divulgação dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso.
29	Sugerir ajustes na política de ingresso de estudantes no IFCE.

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Outrossim, tratou-se sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024). Questionou-se: 4.3 - Você conhece ou já ouviu falar no Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes (PPE) do IFCE (2017-2024)?, e apresentou-se as opções abaixo das quais tiveram as seguintes respostas:

Quadro 19 - Percepção dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, por campi.

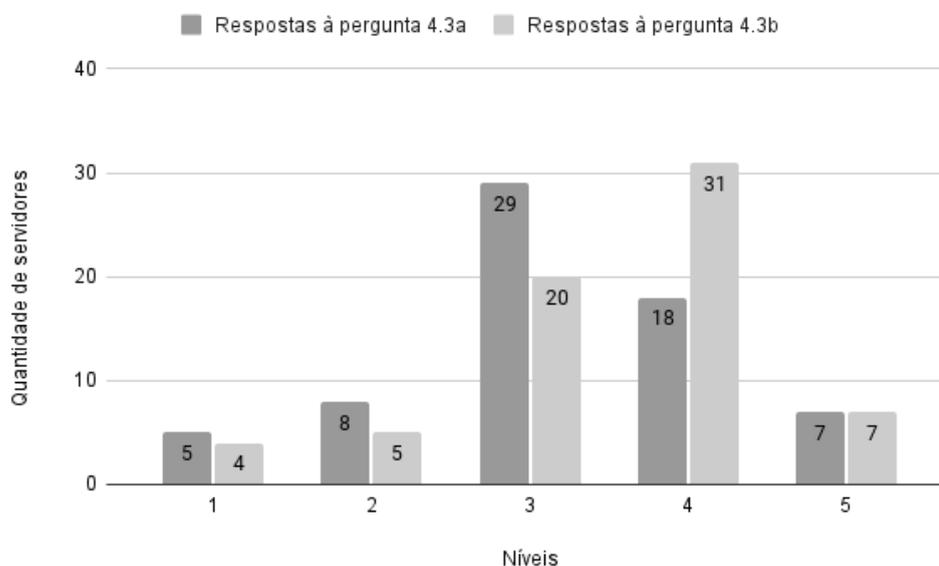
4.3 - Você conhece ou já ouviu falar no Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes (PPE) do IFCE (2017-2024)?	
Respostas	Campi
Sim, conheço. Pois já o li ou o estudei.	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C27 e C31
Sim, já ouvi falar.	C1, C4, C6, C9, C10, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C23, C24 e C26
Não o conheço, pois nunca o li e nem o estudei.	C12, C21, C26 e C27
Não. Nunca ouvi falar.	C7 e C16

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

O Quadro 19 evidenciou que a maioria dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi (67 servidores/as) já ouviu falar no PPE da Instituição ou o conhece, pois já o leu ou o estudou ou, então, nunca ouviu falar, sendo 2 servidores/as, ou não o conhece, pois nunca o leu e nem o estudou, sendo 6 servidores/as. Portanto, indagou-se dos/as que optaram por resposta iniciada por sim sobre o nível de conhecimento sobre o PPE e o nível de concordância com as ações propostas no documento, conforme Gráfico 19²⁰.

²⁰ Contudo, cabe explicar que para a questão 4.4a a legenda é 1 - Conheço muito pouco; 2 - Conheço pouco; 3 - Conheço razoavelmente; 4 - Conheço muito; e 5 - Conheço profundamente, e para a questão 4.4b é Legenda: 1 - Concordo muito pouco; 2 - Concordo pouco; 3 - Concordo razoavelmente; 4 - Concordo muito; e 5 - Concordo profundamente.

Gráfico 19 - Comparação do nível de conhecimento sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024) e o nível de concordância com as propostas do documento sob a percepção dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi.



Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Dessarte, conclui-se que a maioria dos/as servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi conhecem o PPE e concordam razoavelmente ou muito, em ambos questionamentos, no que tange às propostas ali sugeridas para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão dos/as discentes no IFCE. Ademais, destacam-se os comentários de servidores/as dos campi C3, C5, C8, C16, C20 e C21 em resposta à 4.8 - Você gostaria de acrescentar algo que não foi tratado neste questionário?.

Articulação da CCA com a CTP aqui no Campus [...] tem sido fundamental, pois o repasse dos nomes de estudantes que estão com matrículas trancadas ou em risco de abandono, tem permitido a realização da busca ativa desses estudantes, para que retomem os seus estudos (SERVIDOR/A DO C3).

[...] De acordo com o princípio 12 da LDB - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) Se faz necessário que o vosso questionário tivesse em alguma das opções de pergunta, esta consideração, haja vista que, segundo os dados do IBGE (2019), infelizmente, as pessoas negras, são as que menos concluem o ensino médio. [...] espero que esse aspecto seja incluído no manual o qual o servidor está construindo (SERVIDOR/A DO C5).

A CCA deveria ser mais exigente com a atualização de cadastro dos alunos. Poderia pedir recadastramento a cada seis meses. Aquele que não realizar ficaria impossibilitado de ter acesso. Creio que não teríamos tanta dificuldade de encontrar os alunos quando há necessidade de falar com eles. Exigir contato dos pais, parente ou vizinhos, assim vamos também exigir e-mail dos responsáveis dos alunos menores. [...] (SERVIDOR/A DO C8).

As ações da CCA em prol do monitoramento da permanência e do êxito acadêmicos dependem da atualização e alimentação constantes dos dados de frequência e

rendimento acadêmico por parte do corpo docente, bem como da atualização frequente dos dados do IFCE em Números.

Em diversas situações, ainda, o trabalho de divulgação de ações e de processo seletivo sobrecarregam os servidores lotados na CCA e no departamento de ensino, o que denota a importância de se estruturar nos campi os setores de comunicação e eventos, que também é peça importante no trabalho de permanência estudantil (SERVIDOR/A DO C16).

[...] Acredito que todos os setores de cada campus podem e devem contribuir para o enfrentamento da evasão e retenção estudantil. [...] todos devem se sentir engajados e responsáveis em tentar propiciar a melhor experiência possível dos discentes com o curso, o campus, a instituição; e isso vai desde o atendimento (sobre qualquer assunto, em qualquer momento do curso) até ações mais efetivas para o sucesso do estudante (aulas, acompanhamento pedagógico, concessão de auxílios etc.). Se todos os servidores desempenharem sua função de forma comprometida com essa finalidade, certamente teremos uma melhoria significativa nesse processo (SERVIDOR/A DO C20).

Dado o contexto multifacetado que permeia a evasão e a retenção escolar, não obstante ao contexto social e político, a exemplo das questões financeiras da unidade, faz-se necessário o envolvimento e a participação de forma colaborativa todos aqueles que fazem as instituições de ensino, no cerne das suas atuações e cientes do seu papel como servidores públicos e profissionais da educação. Na esfera de atuação das instituições de ensino, a evasão escolar não é responsabilidade exclusiva dos gestores, de um ou outro ou servidor. É uma responsabilidade coletiva e compartilhada. Assim, a CCA, enquanto setor estratégico no âmbito do ensino, também tem a contribuição e relevância para mitigar as causas da evasão e da retenção escolar para favorecer a permanência estudantil (SERVIDOR/A DO C21).

Logo, a partir dos comentários adicionais aos Questionário 1, pode-se elencar algumas ações-chave, como:

- A. articulação intersetorial: o diálogo entre diversos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem pode influenciar no planejamento;
- B. busca ativa: o trabalho de entrevista e convencimento à retomada dos estudos redimensiona as expectativas do/a estudante e da Instituição;
- C. diversidade étnico-racial: aponta para ações de acolhimento e acompanhamento da população preta, parda e indígena na Instituição de ensino;
- D. atualização cadastral: manutenção dos dados cadastrais dos/as estudantes e familiares de modo a viabilizar o contato;
- E. acompanhamento do desempenho acadêmico: alimentação periódica do sistema acadêmico e das plataformas digitais que expressam a frequência e o rendimento escolar; e
- F. comunicação institucional: destaca-se a importância do setor de comunicação com vistas a divulgar ações institucionais para ingresso e permanência dos/as estudantes.

Nessa perspectiva, os comentários dos/as respondentes apontam para a necessidade de revisitação ao PPE ou, até mesmo, para redimensionamento dos projetos com ações estratégicas da Instituição. Contudo, o Plano de Permanência e Êxito estudado trata destes assuntos, porém os/as servidores/as denotam que a realidade institucional demanda maior atenção para questões delicadas para a permanência e o êxito discente.

5.1 Produto educacional.

A pesquisa propôs-se a estudar os fenômenos da retenção e evasão estudantis e, como produto educacional, apresentar uma proposta de Guia de gestão de controle acadêmico para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores no Instituto Federal do Ceará, como produto educacional, com vistas a atender ao questionamento inicial: como o setor do controle acadêmico do IFCE pode contribuir para a permanência e êxito dos/as discentes?

Dito isto, conceitua-se produto educacional como “o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa” (Rizzatti et. al., 2020), portanto, “deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo” (Bessemmer e Treffinger, 1981 apud Rizzatti et. al., 2020).

Desse modo, traçou-se a estratégia de investigação, conforme explicitado na Figura 10, página 63, compreendendo duas etapas de pesquisa: etapa crítico-analítica e etapa propositiva. Na etapa crítico-analítica, aplicou-se questionário online para conhecimento da realidade institucional acerca do trabalho realizado pelas CCAs dos campi, com vistas a estes fenômenos. Nesse sentido, empreendeu-se na construção deste produto educacional na etapa propositiva.

O produto tem a característica de ser um manual de atividades, pois configura-se como o

conjunto das informações, decisões, normas e regras, que se aplica a determinada atividade, que enseja os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício ou procedimento. Pode ser um guia de instruções que serve para o uso de um dispositivo, para correção de problemas ou para o estabelecimento de procedimentos de trabalho. No formato de compêndio, livro/guia pequeno ou um documento/normativa, impresso ou digital, que estabelece como se deve atuar em certos procedimentos; (Rizzatti et. al., 2020).

Ademais, foi elaborado com o propósito de orientar as CCAs nas atividades voltadas para o enfrentamento da retenção e evasão estudantis na Instituição. O Guia foi desenvolvido em texto no formato digital com a intenção de servir para postagem no sítio eletrônico do IFCE facilitando seu acesso de qualquer lugar, desde que haja serviço de

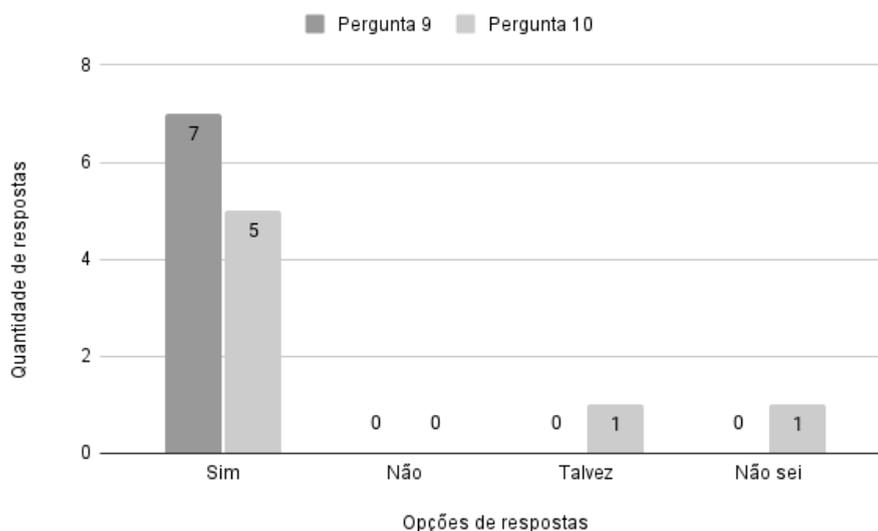
internet. Contudo, o produto foi validado pelas CCAs dos campi²¹, com o objetivo de conhecer a aplicabilidade do Guia, através da aplicação do segundo questionário contendo as propostas de ações que comporão o referido manual, cuja produção deu-se a partir das respostas obtidas no primeiro questionário.

Nesse contexto, aplicou-se o segundo questionário aos 7 (sete) servidores/as das CCAs dos campi que se dispuseram a participar da segunda parte da pesquisa. Logo, obteve-se 100% de retorno de respostas. Os campi respondentes foram: C4, C9, C10, C17, C20 e C25. Contudo, fez-se as seguintes perguntas aos/às participantes:

- A. Pergunta 9: Você acredita que a CCA pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE?
- B. Pergunta 10: Independente da resposta à pergunta anterior, você acredita que um manual ou guia de orientação às CCAs pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento estudantil no IFCE?

Portanto, o Gráfico 20 mostra o cômputo:

Gráfico 20 - Comparação das respostas dadas às perguntas 9 e 10 do Questionário 2.



Fonte: Pesquisa Direta (2022).

No que diz respeito às indagações realizadas pelas perguntas 9 e 10, 100% do público respondente acredita que a CCA pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantis no IFCE, o que coloca o controle acadêmico como disposto e importante neste processo. Ainda, mais de 50% crê que o

²¹ Enquanto projeto de pesquisa, pretendia-se validá-lo também com as Comissões Locais, todavia foram extintas através da Resolução do CONSUP do IFCE sob n.º 47, de 01/07/2022, ou seja, no decorrer da pesquisa.

produto proposto pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento destes fenômenos na Instituição, logo, põe-se o Guia como instrumental que pode apontar, à gestão do controle acadêmico, essa ótica.

Diante disso, apresentou-se propostas de ações para a CCA e que sugerem participação neste planejamento. Contudo, importa esclarecer que as propostas elencadas a partir da pergunta 11 dizem respeito às ações que foram julgadas viáveis pela maioria do público respondente ao Questionário 1, do modo que a CCA possa contribuir com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil. Assim como, as sugestões dispostas a partir da pergunta 13 tratam das que foram definidas como incompatíveis com o trabalho da CCA, mesmo que contribua com o PPE do IFCE (2017-2024), pela maioria dos/as servidores/as que devolveram o Questionário 1.

Portanto, solicitou-se que fosse estabelecido o nível²² de importância para cada uma das propostas de atividades a serem desempenhadas pelo controle acadêmico com vistas ao acompanhamento e monitoramento dos indicadores. Por isso, apresenta-se:

Tabela 4 - Quantidade de servidores/as, por nível de importância, que julgaram as ações sugeridas para o Guia.

Ações	Quantidade de respostas por nível					
	0	1	2	3	4	5
11.1a - Organizar e supervisionar o arquivo ativo (matriculados/as e trancados/as) e inativo (em abandono, transferidos/as e formados/as ou concluídos/as) dos/as estudantes dos cursos técnico, tecnológicos e superiores do campus em pastas e armários.	0	0	1	0	1	5
11.2a - Disponibilizar material para matrículas dos cursos do campus e providenciar a inserção adequada nos sistemas informatizados utilizados pela CCA, bem como acondicionamento adequado da documentação apresentada no arquivo do setor.	0	0	0	0	3	4
11.3a - Coordenar o processo administrativo de colação de grau e conclusão de curso no que diz respeito à publicização da relação de estudantes aptos/as a assinar ata de colação e solicitar diploma e/ou certificado, conforme o caso. Assim como, orientado-os, quando necessário, a sanar possíveis pendências obrigatórias à obtenção do título.	1	0	0	1	1	4
11.4a - Atender alunos/as, ex-alunos/as, pais de alunos/as, servidores/as e comunidade externa em assuntos inerentes à CCA.	0	0	0	0	2	5
11.5a - Auxiliar na elaboração de relatórios e questionários, bem como realizar consultas, seja no arquivo físico ou nos sistemas informatizados, quando solicitados por setores da Instituição ou outros órgãos externos.	0	0	0	3	3	1
11.6a - Promover sensibilização, junto aos/as discentes e docentes, para atualização dos dados pessoais (destaca-se endereço, telefone e e-mail) no sistema acadêmico utilizado por este público como interface de comunicação com a CCA, com o objetivo de facilitar a	0	0	0	0	5	2

²² 0 - Esta atividade não é inerente ao controle acadêmico; 1 - Irrelevante; 2 - Pouco importante; 3 - Importância mediana; 4 - Muito importante; e 5 - Imprescindível.

comunicação com estudantes e/ou pais ou responsáveis.						
11.7a - Estabelecer cronograma de atividades do setor com vistas ao planejamento, à execução e à avaliação das ações, bem como ao aprimoramento dos processos inerentes à CCA.	0	0	0	0	6	1
11.8a - Definir e publicizar o horário de atendimento do setor de modo que atenda aos/às estudantes e professores dos cursos ofertados no campus de acordo com o funcionamento da Unidade.	0	0	0	1	3	3
11.9a - Melhorar o sistema acadêmico da Instituição para otimizar o uso por parte de alunos/as, professores/as e técnicos/as, bem como pais de alunos/as.	3	0	0	0	2	2
11.10a - Promover capacitação inicial aos/às docentes ingressantes sobre o uso funcional do sistema acadêmico, bem como orientar a estes/as e aos/às demais.	5	0	0	2	0	0
11.11a - Realizar o reingresso de estudantes com 1 abandono nos sistemas informatizados utilizados pela CCA após análise e deferimento do setor competente.	0	0	0	1	2	4
11.12a - Promover sensibilização, junto aos/às discentes e principalmente os residentes em municípios e/ou regiões diferentes e/ou distantes do campus, para atualização dos dados pessoais (destaca-se endereço, telefone e e-mail) no sistema acadêmico como interface de comunicação com a CCA, com o objetivo de facilitar o planejamento do transporte escolar.	2	0	0	0	2	3
11.13a - Divulgar fluxo administrativo das solicitações de estudantes com o intuito de situá-los/as no espaço e tempo acadêmicos no que diz respeito ao pedido, à forma e aos prazos.	2	0	0	1	1	3
11.14a - Divulgar os índices de matrículas, retenção e evasão a cada término de semestre ou ano letivo.	0	0	0	1	3	3
11.15a - Propor ajustes na política de seleção de estudantes para cursos superiores, técnicos e de extensão do IFCE de maneira a esclarecer à comunidade e aproximar os entendimentos sobre os processos seletivos.	1	0	0	0	4	2
13.1a - Planejar estratégias de trabalho coletivo com os demais setores do campus, inclusive em ações de enfrentamento à retenção e evasão estudantis.	2	0	0	1	3	1
13.2a - Participar e/ou planejar ações de acolhimento aos/às estudantes ingressantes nos cursos do campus, contribuindo, também, para que o espaço acadêmico seja acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo de modo a fortalecer o vínculo do/a aluno/a com o IFCE.	2	0	0	1	3	1
13.3a - Deferir e realizar matrículas nas disciplinas solicitadas pelos/as discentes.	3	0	1	0	1	2
13.4a - Utilizar a ferramenta Em Números para identificar os/as estudantes com reprovações no período ou ano letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas e, assim, monitorar os indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE.	2	0	0	2	3	0
13.5a - Estabelecer trabalho investigativo em parceria com os/as docentes, de cada curso, para identificar as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil no IFCE.	4	0	1	0	2	0
13.6a - Realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares, boletins e outros documentos inerentes à vida acadêmica dos/as alunos/as.	0	0	0	0	2	5
13.7a - Planejar, em conjunto com direção-geral, departamento de administração, departamento de ensino e demais coordenadorias do campus, as atividades relacionadas à CCA. Ainda, coordenar e	0	0	0	1	3	3

supervisionar os/as servidores/as da CCA na realização de tais atividades.						
13.8a - Assessorar as diretorias e setores do campus no que diz respeito a assuntos da competência do controle acadêmico, bem como emitir pareceres, instruções e indicações sobre tais assuntos.	0	0	0	1	3	3
13.9a - Planejar, em parceria com a Diretoria/Departamento de Ensino, a interpretação de legislação e normas, assim como, sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos.	0	0	0	0	3	4
13.10a - Publicar avisos e/ou notícias, no sistema acadêmico da Instituição, aos/às docentes e discentes.	1	0	0	0	4	2
13.11a - Realizar o processo de matrícula e registro de conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos.	5	0	0	0	2	0

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Nesse sentido, e considerando os níveis de importância atribuídos por mais de 50% do público respondente, ou seja, por pelo menos 4 servidores/as, têm-se as propostas de atividades que sugerem a participação do controle acadêmico para o planejamento da gestão dos indicadores destes fenômenos, conforme destaques na Tabela 5.

Tabela 5 - Ações destacadas pela maioria dos/as servidores/as, de acordo com o nível de importância atribuído.

Ações	Quantidade de respostas por nível					
	0	1	2	3	4	5
11.1a - Organizar e supervisionar o arquivo ativo (matriculados/as e trancados/as) e inativo (em abandono, transferidos/as e formados/as ou concluídos/as) dos/as estudantes dos cursos técnico, tecnológicos e superiores do campus em pastas e armários.	0	0	1	0	1	5
11.4a - Atender alunos/as, ex-alunos/as, pais de alunos/as, servidores/as e comunidade externa em assuntos inerentes à CCA.	0	0	0	0	2	5
13.6a - Realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares, boletins e outros documentos inerentes à vida acadêmica dos/as alunos/as.	0	0	0	0	2	5
11.2a - Disponibilizar material para matrículas dos cursos do campus e providenciar a inserção adequada nos sistemas informatizados utilizados pela CCA, bem como acondicionamento adequado da documentação apresentada no arquivo do setor.	0	0	0	0	3	4
11.3a - Coordenar o processo administrativo de colação de grau e conclusão de curso no que diz respeito à publicização da relação de estudantes aptos/as a assinar ata de colação e solicitar diploma e/ou certificado, conforme o caso. Assim como, orientado-os, quando necessário, a sanar possíveis pendências obrigatórias à obtenção do título.	1	0	0	1	1	4
11.11a - Realizar o reingresso de estudantes com 1 abandono nos sistemas informatizados utilizados pela CCA após análise e deferimento do setor competente.	0	0	0	1	2	4
13.9a - Planejar, em parceria com a Diretoria/Departamento de Ensino, a interpretação de legislação e normas, assim como, sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos.	0	0	0	0	3	4
11.7a - Estabelecer cronograma de atividades do setor com vistas ao planejamento, à execução e à avaliação das ações, bem como ao	0	0	0	0	6	1

aprimoramento dos processos inerentes à CCA.						
11.6a - Promover sensibilização, junto aos/às discentes e docentes, para atualização dos dados pessoais (destaca-se endereço, telefone e e-mail) no sistema acadêmico utilizado por este público como interface de comunicação com a CCA, com o objetivo de facilitar a comunicação com estudantes e/ou pais ou responsáveis.	0	0	0	0	5	2
11.15a - Propor ajustes na política de seleção de estudantes para cursos superiores, técnicos e de extensão do IFCE de maneira a esclarecer à comunidade e aproximar os entendimentos sobre os processos seletivos.	1	0	0	0	4	2
13.10a - Publicar avisos e/ou notícias, no sistema acadêmico da Instituição, aos/às docentes e discentes.	1	0	0	0	4	2

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Todavia, encontrou-se ação que pelo menos 1 servidor/a considerou irrelevante para acompanhar e monitorar a retenção e evasão estudantis no IFCE, com destaque para:

- A. 11.10a - Promover capacitação inicial aos/às docentes ingressantes sobre o uso funcional do sistema acadêmico, bem como orientar a estes/as e aos/às demais;
- B. 13.5a - Estabelecer trabalho investigativo em parceria com os/as docentes, de cada curso, para identificar as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil no IFCE; e
- C. 13.11a - Realizar o processo de matrícula e registro de conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos. Logo, a constatação pode delinear caminhos para investigação futura.

Entretanto, atenta-se para as ações 11.3a, 11.15a e 13.10a que mesmo consideradas muito importante, imprescindível e muito importante, respectivamente, também foram consideradas irrelevantes por pelo menos 1 servidor/a. Ademais, obteve-se os seguintes comentários para as ações consideradas irrelevantes pelo público respondente, a partir da pergunta: Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

Quadro 20 - Percepção dos/as servidores/as sobre as ações consideradas irrelevantes, de acordo com o nível de importância atribuído.

Ações	Comentários
11.3A - Coordenar o processo administrativo de colação de grau e conclusão de curso no que diz respeito à publicização da relação de estudantes aptos/as a assinar ata de colação e solicitar diploma e/ou certificado, conforme o caso. Assim como, orientado-os, quando necessário, a sanar possíveis pendências obrigatórias à obtenção do título.	Comissão de Colação de Grau
11.9A - Melhorar o sistema acadêmico da Instituição para otimizar o uso por parte de alunos/as, professores/as e técnicos/as, bem como pais de alunos/as.	Coordenadoria de Gestão do Sistema Acadêmico Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação Pró-reitoria de Ensino

11.10A - Promover capacitação inicial aos/às docentes ingressantes sobre o uso funcional do sistema acadêmico, bem como orientar a estes/as e aos/às demais.	Coordenadorias de Curso Departamento/Diretoria de Ensino
11.12A - Promover sensibilização, junto aos/às discentes e principalmente os residentes em municípios e/ou regiões diferentes e/ou distantes do campus, para atualização dos dados pessoais (destaca-se endereço, telefone e e-mail) no sistema acadêmico como interface de comunicação com a CCA, com o objetivo de facilitar o planejamento do transporte escolar.	Assistência Estudantil Departamento/Diretoria de Ensino
11.13A - Divulgar fluxo administrativo das solicitações de estudantes com o intuito de situá-los/as no espaço e tempo acadêmicos no que diz respeito ao pedido, à forma e aos prazos.	Coordenadorias de Curso Departamento/Diretoria de Ensino
11.15A - Propor ajustes na política de seleção de estudantes para cursos superiores, técnicos e de extensão do IFCE de maneira a esclarecer à comunidade e aproximar os entendimentos sobre os processos seletivos.	Departamento/Diretoria de Ensino
13.1A - Planejar estratégias de trabalho coletivo com os demais setores do campus, inclusive em ações de enfrentamento à retenção e evasão estudantis.	Departamento/Diretoria de Ensino
13.2A - Participar e/ou planejar ações de acolhimento aos/às estudantes ingressantes nos cursos do campus, contribuindo, também, para que o espaço acadêmico seja acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo de modo a fortalecer o vínculo do/a aluno/a com o IFCE.	Assistência Estudantil Departamento/Diretoria de Ensino Setor pedagógico
13.3A - Deferir e realizar matrículas nas disciplinas solicitadas pelos/as discentes.	Coordenadorias de Curso Setor pedagógico
13.4A - Utilizar a ferramenta Em Números para identificar os/as estudantes com reprovações no período ou ano letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas e, assim, monitorar os indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE.	Departamento/Diretoria de Ensino Setor pedagógico
13.5A - Estabelecer trabalho investigativo em parceria com os/as docentes, de cada curso, para identificar as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil no IFCE.	Assistência Estudantil Setor pedagógico
13.10A - Publicar avisos e/ou notícias, no sistema acadêmico da Instituição, aos/às docentes e discentes.	Apenas assuntos relevantes a CCA, outros assuntos seria de competência ao departamento que interesse o envio do comunicado.
13.11A - Realizar o processo de matrícula e registro de conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos.	Coordenadorias de Curso Coordenadoria de Estágio

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Diante do exposto, os/as servidores/as respondentes definiram que as ações que seriam irrelevantes para a CCA, no que tange ao enfrentamento aos indicadores dos fenômenos estudados aqui, seriam assim por se tratar de atividades da alçada de outras

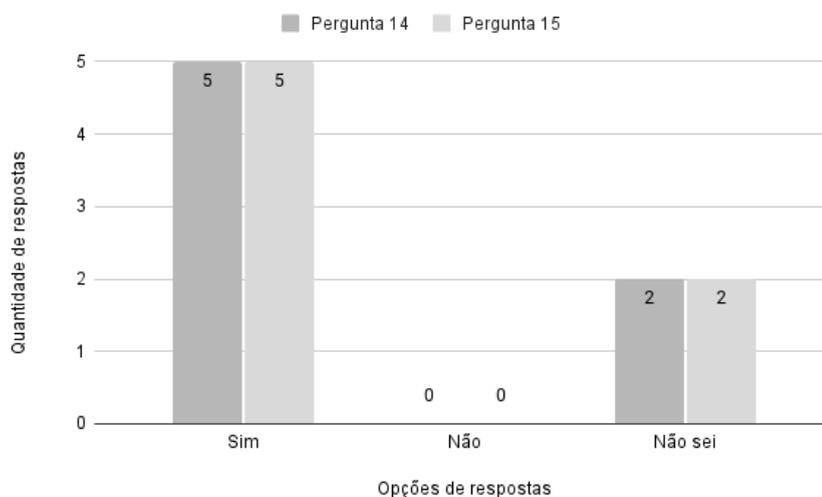
equipes de trabalho como coordenadorias de curso, de estágio, de gestão do sistema acadêmico, departamento/diretoria de ensino, setores pedagógico e da assistência estudantil, diretoria de gestão da tecnologia da informação, pró-reitoria de ensino dentre outros.

Destarte, prosseguindo à investigação fez-se as seguintes perguntas aos/às respondentes:

- A. 14 - Durante a aplicação do Questionário 1, a maioria dos/as servidores/as das CCAs e dos outros setores ligados à Diretoria/Departamento de Ensino, ao ser perguntada sobre o nível de conhecimento sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024), respondeu que o conhecem pouco, razoavelmente ou muito. Desse modo, o nível de conhecimento, sobre o documento, apontado pelos/as servidores/as respondentes implica no planejamento do acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE?; e
- B. 15 - Durante a aplicação do Questionário 1, a maioria dos/as servidores/as das CCAs e dos outros setores ligados à Diretoria/Departamento de Ensino, ao ser perguntada sobre o nível de concordância com o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024), respondeu que o concordam razoavelmente ou muito. Desse modo, o nível de concordância, com as propostas do documento, apontado pelos/as servidores/as respondentes implica no planejamento do acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE?.

Nessa perspectiva, coletou-se os dados expressos no gráfico abaixo.

Gráfico 21 - Comparação das respostas dadas às perguntas 14 e 15 do Questionário 2.



Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Em vista disso, nota-se que a maioria dos/as servidores/as que contribuíram com a investigação apontaram que o nível de conhecimento e de concordância com as medidas do PPE implicam diretamente no planejamento do controle acadêmico para o enfrentamento destes problemas educacionais, e nenhum dos/as respondentes não acreditam que a falta de conhecimento e de concordância não interfiram no planejamento de tais ações. Portanto, a apropriação do documento institucional é importante, bem como estar alinhado à intenção do documento. Entretanto, a discordância com as propostas do PPE pode levar a discussões sadias para o redirecionamento do Plano.

Em complemento às perguntas 14 e 15, têm-se a 14.1 e 15.1 que abrem para que os/as respondentes possam acrescentar comentários como os mostrados no Quadro 21.

Quadro 21 - Percepção dos/as servidores/as sobre os níveis de conhecimento e de concordância com as ações do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE.

Perguntas	Comentários
14.1	<p>O planejamento do acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE poderá ser disseminado por todos os setores do campi, com a participação de acordo com a natureza do setor.</p> <p>Era um programa muito extenso para ser respondido.</p> <p>Considero relevante conhecer o Plano e cooperar com as informações estatísticas e sugestões que irão colaborar com o mesmo.</p>
15.1	O programa deveria ter 1 membro de cada setor que o bloco solicitasse a informação.

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

Desse modo, pode-se inferir que há o reconhecimento de que é necessário explorar o Plano para poder direcionar melhor o planejamento do controle acadêmico, assim como apontam que, para cada ação proposta, devem ser inseridos personagens dos setores envolvidos e dessa forma, conclui-se, que possibilita maior participação da CCA ampliando o espectro de atribuições do setor. Destarte, após a investigação ter percorrido as etapas planejadas na Figura 10, chegou-se à proposta de Guia, como produto da pesquisa, conforme Apêndice E.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando com a revisão de literatura realizada no Capítulo 2, infere-se que há maior preferência dos pesquisadores pela retenção e evasão escolar nos níveis fundamental e médio da educação básica, assim como na educação superior. Nessa perspectiva, os modelos teóricos usados na maioria das pesquisas foram elaborados no universo da educação superior, a exemplo: Spady (1970, 1971), Tinto (1975, 1993, 1997), Bean (1980), Bean e Mitzner (1985), Cislighi (2008) e Pereira (2013).

Logo, estudos sobre os demais níveis, como a educação infantil, e modalidades, dentre elas a EPT, objeto deste estudo, contam com poucas pesquisas se equiparados aos outros níveis e modalidades de ensino.

Desse modo, durante a abordagem do 3º e 4º capítulos, foi colocado em estudo o Plano Estratégico do IFCE, no que diz respeito às ações de monitoramento e intervenção para a superação da evasão e retenção no âmbito dos campi do IFCE.

O terceiro traduziu a situação dos fenômenos no Instituto Federal do Ceará a partir de pesquisas nas Plataformas Nilo Peçanha, administrada pelo MEC, e Em Números, gerenciada pela Instituição. Todavia, destacaram-se os cursos técnicos e os superiores tecnológicos. Dessa maneira, este recorte de público, frente ao universo de estudantes da Instituição nos demais cursos, possibilitou uma análise amostral para a realização do estudo.

O quarto possibilitou a construção da proposta de Guia de gestão de controle acadêmico para acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE a partir da aplicação de dois questionários online aos/as servidores dos setores vinculados ao/à departamento/diretoria de ensino dos campi e posterior validação aos/às dos controles acadêmicos das unidades.

Outrossim, pode-se trazer os seguintes destaques, observados durante a análise das respostas ao questionário 1: a) a maioria dos estudantes cursam no turno noturno; b) utilizam transportes escolar e próprio; c) residem em outra localidade/bairro do mesmo município do campus ou em outro município; d) a maioria dos servidores entrevistados percebem que as atribuições do setor de controle acadêmico estão direcionadas para o acompanhamento e monitoramento da evasão e retenção estudantil; e) a maioria dos entrevistados já ouviu falar no Plano Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE.

Diante disso, o estudo foi capaz de mostrar que, perante a situação atual dos/as estudantes na Instituição e tendo em vista os elevados índices de retenção e evasão estudantis, principalmente nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos superiores tecnológicos, os/as servidores/as das CCAs perceberam outros pontos em que a colaboração do controle acadêmico do IFCE pode contribuir podendo, até mesmo, sugerir revisão do PPE deste Instituto Federal. Logo, a CCA constitui-se num local estratégico para o acompanhamento destes indicadores com o objetivo de colaborar para a permanência e o êxito estudantil na Educação Profissional.

Portanto, elaborou-se um Guia composto de ações, constantes no PPE do IFCE, alinhadas às atividades da CCA, possibilitando, assim, práticas exitosas para a gestão acadêmica de controle dos fenômenos analisados. Espera-se que o produto final possa contribuir para assegurar a universalização do acesso à educação considerando a garantia da permanência dos/as estudantes.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. B. et. al. Combate à evasão escolar por meio da gestão de processos: um estudo de caso no IFPI Parnaíba. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, Vargem Grande Paulista, dez. 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8670>. Acesso em 13 set. 2021.
- ARAÚJO, F. de A. M. **Avaliação experiencial dos fatores da evasão nos cursos técnicos subsequentes do IFCE a partir dos gestores do campus Acaraú**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE. 126 páginas. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59363>. Acesso em: 13 set. 2021.
- BALTA, O. dos S. **Oportunidade versus evasão no ensino médio integrado na perspectiva do estudantes**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Paranaíba/MS. 159 páginas. 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5072881. Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3ª edição. Brasília: Ministério da Educação. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 dez. 2021.
- BRASIL. Seção IV-A - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. In: BRASIL. Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Presidência da República. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**, 2018a. Ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Indicadores de Gestão. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWY1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYyYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**, 2018b. Ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Referência Metodológica. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/referencia-metodologica>. Acesso em: 1 set. 2022.
- BUCK, L. I. Gestão em cursos a distância: complexidade da gestão em EaD. **Doctrina E@D**, ano IV, v. VI, p. 24-30, São Paulo, jul./2015. Grupo de Estudo de Educação a Distância. Centro Paula Souza. Disponível em: http://geead.cpsctec.com.br/doctrina/doctrina_ed_julho_2015.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.
- CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. 2 Período Imperial (1822-1889). In: CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016a. p. 35-42.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. 3.2 Era Vargas (1930-1945). In: CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016b. p. 51-65.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. 3.3 Segunda República (1945-1964). In: CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016c. p. 66-75.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. 3.5 Nova República (1985-2014). In: CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016d. p. 89-187.

CARMO, L. P.; CARMO, M. P. do. Unidade I – A função social da escola e o(a) secretário(a) escolar. In: CARMO, L. P. CARMO, M. P. do. **Técnicas de Secretariado – Estrutura e Legislação Escolar**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006a. p. 13-24.

CARMO, L. P.; CARMO, M. P. do. Unidade III – Técnicas de Secretariado Escolar. In: CARMO, L. P. CARMO, M. P. do. **Técnicas de Secretariado – Estrutura e Legislação Escolar**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006b. p. 119-171.

CARVALHO, E. J. G. de. Política e Gestão da Educação: explorando o significado dos termos. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, v. 21, n. 41, p. 77-96, Campo Grande/MS, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/945>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CARVALHO, J. L. de. **Retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio - um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Pinheiral**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica/RJ. 89 páginas. 2018. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/4792>. Acesso em: 13 set. 2021.

CASTRO, M. M. C. e.; AMORIM, R. J. de A. A Formação Inicial e a Continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. **Caderno CEDES**, v. 35, n. 95, p. 37-55, Campinas, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/mzBbDRVvkTcvhPPqGRtcfNP/?lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2021.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012, João Pessoa/PB. **Anais eletrônicos**. 2012. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/59535449/Artigo_Superacao_da_dualidade_EPT20190605-57283-q1w4z4-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1626908504&Signature=cBljmTtXwpbYBFedG32ZTEr~tLA3D250lHaJ2q8rtR216Y2-GLV9wPzhtDhZCgyKIs~2FvM5YlsW912Gwb222uWfpcJLSBK-M-x0PvQX9XgRvsxZojGN7~bPSXy48ZzdBYsQFP0Zkr~KbCzGfBLF7KnxT35ZDWc5OnUCSpBCBxuwAIyYuQHa7DoaD4CarmCJIzb1PsDWnGeztE6KXT8A4v8b6ilqbi2QLO5ff2z7GwrB8j0sz89psZ1M8Ty~7KoO9Y018zKyFgxu9P9L8pdJc269of27WgjaGJZceE8-IDJPFQJv0j9i8ydU72INP~nIUFGk3Y7wJlagFpTeoCdMw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 3 jul. 2021.

EVANGELISTA, L. L. A. **Retenção discente em cursos de graduação: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE. 141 páginas. 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54208>. Acesso em 7 jun. 2021.

FEITOSA, M. da F. **Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Salgueiro/PE. 170 páginas. 2020. Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/629>. Acesso em 13 set. 2021.

FIGUEIREDO, N. G. da S.; SALLES, D. M. R. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 25, n. 95, p. 356-392, Rio de Janeiro, abr/jun 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000200356&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 mar. 2019.

FREIRE, A. M. (org.) Gestão educacional: uma ação de natureza política e ética. In: FREIRE, A. M. (org.) **Legislação Educacional no Brasil**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2008. p. 189-206.

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4 ed. revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Em Números**, 2015. A Plataforma Em Números é iniciativa da Pró-reitoria de Ensino do Instituto Federal do Ceará (PROEN/IFCE), tornando transparente as atividades de ensino realizadas pela instituição. 1.1 Evasão. Disponível em: <https://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Fortaleza, CE, 2017a. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Portaria n.º 044/GDG, de 06 de julho de 2017. In: CEARÁ. IFCE. Campus Jaguaribe. **Boletim de Serviço n.º 346/Julho/2017**. Jaguaribe, CE, jul 2017b. p. 10-11. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/boletim-de-servicos-1/jaguaribe/2017/boletim-de-servicos-julho-2017.pdf/view>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IFCE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Conselho Superior. Resolução n.º 47, de 01 de julho de 2022. In: CEARÁ. IFCE. Reitoria. **Boletim de Serviços Eletrônico**. Fortaleza, CE, jul 2022. Disponível em: https://sei.ifce.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=4515351&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 16 fev. 2023.

LIBÂNEO, J C. O sistema de organização e gestão da escola (2001). In: Universidade Estadual Paulista. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. **Caderno de formação: introdução à educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 93-100. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337929/1/caderno-formacao-pedagogia_1.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

LIMA, A. A. da S. **O fenômeno da retenção escolar e a motivação na concepção dos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos campi Amajari e Boa Vista Zona Oeste - Instituto Federal de Roraima**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica/RJ. 120 páginas. 2018. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/4625>. Acesso em 13 set. 2021.

MANFREDI, S. M. Capítulo 2 - História da Educação Profissional no Brasil (1ª Parte - A Educação Profissional ontem e hoje). In: MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016a. p. 45-83.

MANFREDI, S. M. Capítulo 1 - A Reforma do Ensino Médio e Profissional dos anos 1990 (2ª Parte - A Educação Profissional e Tecnológica do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)). In: MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016b. p. 87-110.

NASCIMENTO, N. G. M. de S. **A experiência da evasão escolar no Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Catalão (2014 – 2015)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás. Catalão/GO. 130 páginas. 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10291>. Acesso em: 13 set. 2021.

OLIVEIRA, R. T. de.; COVA, M. C. R.; LEMOS, L. F. de. Evasão nos cursos do PROEJA: um estudo de caso no IFRJ. **Revista UNIABEU**, v. 12, n. 30, Belford Roxo, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/3455>. Acesso em: 13 set. 2021.

PARENTE, R. C. M. **Evasão escolar: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - Campus Palmas**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal Goiano. Morrinhos/GO. 148 páginas. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/848>. Acesso em: 13 set. 2021.

RAMOS, M. N. Capítulo I - A educação profissional no Brasil: da fundação do Estado capitalista dependente ao início dos anos 80. In: RAMOS, M. N. **História e Política da Educação Profissional**. Coleção Formação Pedagógica, Vol. V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. p. 13-45. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%c3%b3ria-e-pol%c3%adica-da-educac%c3%a7%c3%a3o-profissional.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2021.

RIZZATTI, I. M. et. al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: docência em ciências**, v. 5, n. 2, Curitiba, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 28 nov. 2022.

ROSA, A. H.; AQUINO, F. J. A. de. A evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio: um olhar profundo sobre dois grandes vilões – a ausência de informações e a falta de identidade do ensino técnico. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 8, n. 7, p. 1-13, São Paulo, mai. 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1151>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SÁ, H. G. M. de. et al. Antecedentes históricos do ensino profissional no Brasil nos períodos colonial e imperial. In: XII Congresso Nacional de Educação, 2015, Curitiba/PR. **Anais eletrônicos**. 2015. Disponível em:

<https://educere.pucpr.br/p1/anais.html?tipo=&titulo=Antecedentes+hist%C3%B3ricos+do+ensino+profissional+no+Brasil+nos+per%C3%ADodos+colonial+e+imperial&edicao=2015&autor=&area=>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SÁ FILHO, P. de.; CARVALHO, M. A. de. Uma proposta de acompanhamento técnico-pedagógico em cursos de educação profissional e tecnológica a distância. **Revista EDaPECi - Educação a Distância e práticas educativas comunicacionais e interculturais**, v. 20, n. 1, p. 148-166, São Cristóvão, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/11715>. Acesso em: 1 ago. 2021.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, Rio de Janeiro, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 4 jul. 2021.

SILVA, A. M. da. **Evasão na educação profissional: perfil e motivações dos evadidos**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros/MG. 151 páginas. 2017. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/Alana-Mendes-da-Silva.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

SILVA, W. F.; COSTA, L. S.; ANJOS, D. E. S. dos. Dados educacionais com foco na evasão escolar: diagnóstico e desafios para o IFNMG - Campus Avançado Porteirinha. **Revista Educação e Política em Debate**. Uberlândia/MG, v. 10, n. 2, p. 838-854, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/56733>. Acesso em: 13 set. 2021.

SILVEIRA, F. R. da. **A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes**. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP. 209 páginas. 2017. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/sites/www.fe.unicamp.br/files/documents/2021/01/silveira_fernandaromanezida_d.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

TOMÉ, A. C. de A. Trabalho e/ou educação: história da educação profissional no Brasil. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**. Canoas/RS, v. 1, n. 2, p. 1-13, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1740>. Acesso em: 4 jul. 2021.

APÊNDICE A - TCLE PARA O QUESTIONÁRIO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado/a como voluntário/a a participar da pesquisa intitulada Permanência e Êxito Estudantil: Gestão de controle acadêmico para acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão no Instituto Federal do Ceará, sob a responsabilidade de Domingos Juvenal Nogueira Diógenes.

JUSTIFICATIVA : Investigar a atuação da Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA) no que diz respeito à promoção de ações que colaborem para a permanência e o êxito estudantil nos cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada e subsequente.

OBJETIVO GERAL DA PESQUISA: Objetivo geral: compreender o fluxo de trabalho da CCA do IFCE para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão nos campi e sugerir orientações para a gestão acadêmica relacionada a estes fenômenos.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA: A pesquisa será realizada em três etapas: 1. identificação do público respondente; 2. identificação do setor de trabalho do público respondente; e 3. identificação das atribuições da CCA na perspectiva do público respondente. A investigação ocorrerá no IFCE de forma eletrônica.

PROCEDIMENTOS: O/A participante da pesquisa colaborará respondendo ao questionário online produzido pela ferramenta Google Forms que, para tanto, será necessário o uso de computador com acesso à internet, todavia não será fornecido computador para este fim, logo o equipamento utilizado pode ser de uso pessoal do/a participante. As respostas serão tratadas sem identificação do/a respondente e com total garantia de quem somente serão utilizadas para esta pesquisa. Os dados obtidos comporão tabelas e gráficos que subsidiarão a construção do produto educacional como resultado da pesquisa. Ainda, assegura-se acesso ao resultado da pesquisa através do e-mail domingos.juvenal@ifce.edu.br.

RISCOS E DESCONFORTOS: Este estudo não apresenta nenhum risco de dano material, de dano imaterial (integridades física e psíquica, saúde, honra, imagem e privacidade) e de discriminação. O único risco está relacionado ao cansaço ou aborrecimento ao responder às perguntas do questionário. Apesar disso, você tem o direito de não responder caso não queira.

BENEFÍCIOS: A participação na pesquisa possibilitará a construção de um documento norteador das atividades do setor de controle acadêmico da Instituição para a gestão dos indicadores da retenção e evasão estudantil.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido/a em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido/a pelo pesquisador.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO: Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado/a pelo pesquisador.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE: O pesquisador se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO E INDENIZAÇÃO: Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o pesquisador: Domingos Juvenal Nogueira Diógenes no telefone (88) 996 540 505, ou no endereço profissional Rua Pedro Bezerra de Menezes, 387 - Manoel Costa Moraes - Jaguaribe/CE.

Declaro que fui informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo.

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa Permanência e Êxito Estudantil: Gestão de controle acadêmico para acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão no Instituto Federal do Ceará, eu, Domingos Juvenal Nogueira Diógenes, declaro ter cumprido as exigências do artigo 17 da Resolução CNS 510/16, a qual estabelece diretrizes e normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 1

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado/a participante,

Com a finalidade de conhecer melhor o público da pesquisa e permitir que seja identificado o perfil deste público, bem como os trabalhos desenvolvidos para a permanência e o êxito estudantil no IFCE, convidamos o/a senhor/a a participar desta pesquisa sobre Permanência e Êxito Estudantil no IFCE.

O formulário é composto por 4 blocos de perguntas que abordarão o desenvolvimento de atividades de trabalho referente à retenção e evasão estudantil no IFCE.

O tempo estimado para responder a este formulário é de, no máximo, 15 minutos.

As respostas serão utilizadas para produção de dissertação de mestrado do curso de Mestrado Profissional em Tecnologia Educacional do Programa de Pós-graduação em Tecnologia Educacional da Universidade Federal do Ceará e, como produto educacional, pretende-se apresentar um Guia de orientação às CCAs para o monitoramento e acompanhamento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE.

Garante-se que os dados serão utilizados somente para fins científicos e que o tratamento acontecerá de forma anônima e confidencial, logo, o nome e campus dos/as respondentes não serão divulgados em nenhuma fase do estudo.

Atenciosamente,

Domingos Juvenal Nogueira Diógenes

➤ Bloco 1: Identificação do público respondente à pesquisa.

1.1 - Qual o seu campus?

- Acaraú
- Acopiara
- Aracati
- Baturité
- Boa Viagem
- Camocim
- Canindé
- Caucaia
- Cedro
- Crateús

- Crato
- Fortaleza
- Guaramiranga
- Horizonte
- Iguatu
- Itapipoca
- Jaguaribe
- Jaguaruana
- Juazeiro do Norte
- Limoeiro do Norte
- Maracanaú
- Maranguape
- Mombaça
- Morada Nova
- Paracuru
- Pecém
- Quixadá
- Reitoria
- Sobral
- Tabuleiro do Norte
- Tauá
- Tianguá
- Ubajara
- Umirim

1.2 - Qual o seu cargo?

- Assistente em Administração
- Auxiliar em Administração
- Pedagogo
- Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- Técnico em Assuntos Educacionais
- Outro

1.2a - Caso tenha escolhido a opção 'Outro', especifique qual cargo ocupa.

1.2b - Ocupa alguma função ou cargo de confiança?

- Sim
- Não

1.2c - Caso tenha escolhido a opção 'Sim' à pergunta A2.2, especifique qual função ou cargo de confiança desempenha.

1.2d - Em complemento à pergunta A2.3, há quanto tempo está nesta função ou cargo de confiança?

- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 10 anos.
- Mais de 10 anos.

1.3 - Há quanto tempo atua no IFCE, independente do cargo que ocupou ou ocupa?

- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 10 anos.
- Mais de 10 anos.

1.4 - Há quanto tempo atua no IFCE, no cargo que ocupa atualmente?

- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 10 anos.
- Mais de 10 anos.

1.5 - Há quanto tempo atua no setor que trabalha atualmente, independente do cargo que ocupou ou ocupa?

- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 10 anos.
- Mais de 10 anos.

1.6 - Há quanto tempo atua no setor que trabalha atualmente, e no cargo que ocupa atualmente?

- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 10 anos.
- Mais de 10 anos.

➤ Bloco 2: Identificação do campus e setor do público respondente à pesquisa.

2.1 - Quais os turnos de funcionamento de seu campus?

- Manhã
- Tarde
- Noite

2.1a - Você trabalha em qual/is turno/s?

- Manhã
- Tarde
- Noite

2.2 - Você estima que tem quantos estudantes no campus em que você trabalha?

- Menos de 100.
- Entre 101 e 300.
- Entre 301 e 500.
- Entre 501 e 700.
- Entre 701 e 1.000.
- Mais de 1.000.
- Não sei.

2.3 - Você estima qual percentual de estudantes do sexo feminino e do masculino no campus que você trabalha?

- Mais de 50% é do sexo feminino.
- Mais de 50% é do sexo masculino.
- Em torno de 70% é do sexo feminino.
- Em torno de 70% é do sexo masculino.
- Não sei

2.4 - Há estudantes trabalhadores/as no campus que você trabalha?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

2.4a - Caso tenha respondido 'Sim', você estima qual percentual de estudantes do sexo feminino trabalhadoras e do masculino trabalhadores no campus que você trabalha?

- Mais de 50% é do sexo feminino.
- Mais de 50% é do sexo masculino.
- Em torno de 70% é do sexo feminino.
- Em torno de 70% é do sexo masculino.
- Não sei

2.4b - Caso tenha respondido 'Sim' à pergunta B4, estes/as estudantes trabalhadores/as estudam em qual turno?

- A maioria é no turno da manhã.
- A maioria é no turno da tarde.
- A maioria é no turno da noite.
- Todos estudam no turno da manhã.
- Todos estudam no turno da tarde.

- Todos estudam no turno da noite.
- Não sei.

2.5 - Há estudantes que utilizam transporte, no campus que você trabalha?

- Sim, utilizam o escolar
- Sim, utilizam transportes próprios
- Sim, utilizam outro tipo de transporte, porém nem é o escolar e nem é próprio
- Não
- Talvez
- Não sei

2.5a - Caso tenha escolhido alguma opção que inicia com 'Sim', utilizam transporte, seja próprio, escolar ou outro, por quais razões?

- Reside na mesma localidade do campus, porém distante.
- Reside em outra localidade, mas no mesmo município do campus.
- Reside em outro município.
- Não sei.

2.5b - Caso tenha escolhido alguma opção que inicia com 'Sim', com que frequência você acredita que os/as estudantes utilizam transporte para se deslocar até o campus?

- Diariamente
- Em dias alternados durante a semana
- Semanalmente
- Quinzenalmente
- Mensalmente
- Não sei

➤ Bloco 3: Identificação das atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil.

3.1 - No setor que você trabalha atualmente tem regimento ou outro documento que defina as atribuições do setor?

- Sim
- Não
- Não sei

3.1a - Caso tenha escolhido 'Sim', estas atribuições indicam estratégias para o acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão estudantil?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

3.2 - Qual seu setor de trabalho no IFCE?

- Coordenadoria de Controle Acadêmico
- Coordenadoria de Curso
- Diretoria/Departamento de Ensino
- Outro

- Bloco 4: Identificação das atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil (Parte 1)
 - Bloco destinado aos/às servidores/as das Coordenadorias de Controles Acadêmicos (CCA) dos campi do IFCE.

4.1 - Dentre as atribuições abaixo, quais o setor da CCA desempenha atualmente?

Fonte:

<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/00517AprovaoRegimentodoscampi.pdf>

-
- Coordenar e supervisionar as atividades dos servidores a serviço na CCA
- Coordenar e realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares e outros documentos inerentes ao setor
- Auxiliar na elaboração de relatórios, questionários, consultas e outros realizados pela própria Instituição e demais órgãos solicitantes
- Manter os arquivos acadêmicos atualizados
- Receber requerimentos de matrículas, inscrições e solicitações dirigidas à CCA
- Realizar o processo de matrícula e o registro da conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos do campus
- Controlar os processos acadêmicos referentes a conclusão de curso e colação de grau
- Manter atualizada a base de dados do sistema de controle acadêmico
- Realizar o atendimento aos alunos, ex-alunos, pais de alunos, servidores e demais interessados em matéria de sua competência
- Auxiliar na conferência de informações acadêmicas endereçadas a outros órgãos
- Orientar quanto a matérias de sua competência
- Promover o aprimoramento dos processos de registros e controles acadêmicos
- Planejar, supervisionar, executar, organizar e avaliar as atividades acadêmicas
- Publicar, avisos/notícias no sistema acadêmico
- Supervisionar os arquivos acadêmicos, referentes aos diversos cursos que o campus mantém
- Compor o arquivo de alunos novos e transferidos
- Planejar e programar, juntamente com a Direção Geral, o Departamento de Administração, o Departamento de Ensino e demais Coordenadorias as atividades relacionadas à CCA
- Decidir sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos relativos ao ensino
- Emitir pareceres, instruções e indicações sobre matéria de sua competência

- Prestar assessoria quanto a matérias de sua competência
- Desenvolver, juntamente com o Departamento de Ensino a interpretação de legislação e normas para emissão de pareceres de sua competência
- Realizar o atendimento ao público em geral
- Nenhuma destas atividades
- Todas estas atividades

4.2 - Considerando a pergunta anterior, você considera que a finalidade delas aponta para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil por parte da CCA?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

4.3 - Dentre as atribuições desempenhadas pelo setor que você trabalha, elencadas abaixo, quais você considera que podem estar direcionadas para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE?

Fonte:

<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/00517AprovaoRegimentodoscampi.pdf>

- Coordenar e supervisionar as atividades dos servidores a serviço na CCA
- Coordenar e realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares e outros documentos inerentes ao setor
- Auxiliar na elaboração de relatórios, questionários, consultas e outros realizados pela própria Instituição e demais órgãos solicitantes
- Manter os arquivos acadêmicos atualizados
- Receber requerimentos de matrículas, inscrições e solicitações dirigidas à CCA
- Realizar o processo de matrícula e o registro da conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos do campus
- Controlar os processos acadêmicos referentes a conclusão de curso e colação de grau
- Manter atualizada a base de dados do sistema de controle acadêmico
- Realizar o atendimento aos alunos, ex-alunos, pais de alunos, servidores e demais interessados em matéria de sua competência
- Auxiliar na conferência de informações acadêmicas endereçadas a outros órgãos
- Orientar quanto a matérias de sua competência
- Promover o aprimoramento dos processos de registros e controles acadêmicos
- Planejar, supervisionar, executar, organizar e avaliar as atividades acadêmicas
- Publicar, avisos/notícias no sistema acadêmico
- Supervisionar os arquivos acadêmicos, referentes aos diversos cursos que o campus mantém
- Compor o arquivo de alunos novos e transferidos

- Planejar e programar, juntamente com a Direção Geral, o Departamento de Administração, o Departamento de Ensino e demais Coordenadorias as atividades relacionadas à CCA
- Decidir sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos relativos ao ensino
- Emitir pareceres, instruções e indicações sobre matéria de sua competência
- Prestar assessoria quanto a matérias de sua competência
- Desenvolver, juntamente com o Departamento de Ensino a interpretação de legislação e normas para emissão de pareceres de sua competência
- Realizar o atendimento ao público em geral
- Nenhuma destas atividades
- Todas estas atividades

4.4 - Você conhece ou já ouviu falar no Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes (PPE) do IFCE (2017-2024)?

- Sim, conheço. Pois já o li ou o estudei.
- Sim, já ouvi falar.
- Não conheço, pois nunca o li e nem o estudei.
- Não. Nunca ouvi falar.
- Talvez

4.4a - Caso tenha escolhido alguma opção que inicia com 'Sim', informe seu nível de conhecimento, mesmo que só tenha escutado falar, sobre o PPE do IFCE (2017-2024).

Legenda: 1 - Conheço muito pouco; 2 - Conheço pouco; 3 - Conheço razoavelmente; 4 - Conheço muito; e 5 - Conheço profundamente.

1 2 3 4 5

4.4b - Caso tenha escolhido alguma opção da pergunta D4 que inicia com 'Sim', informe o nível de concordância com as ações e medidas propostas no PPE do IFCE (2017-2024).

Legenda: 1 - Concordo muito pouco; 2 - Concordo pouco; 3 - Concordo razoavelmente; 4 - Concordo muito; e 5 - Concordo profundamente.

1 2 3 4 5

4.5 - Quais atividades/áreas, descritas abaixo, você julgaria viável/is para a CCA contribuir com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?

Obs.: Responda mesmo que você tenha escolhido alguma opção da pergunta 4.4 que inicia com 'Não' ou 'Talvez'. As atividades/áreas apresentadas abaixo foram compiladas a partir da leitura de todas as ações e medidas propostas no PPE do IFCE (2017-2024).

- Comunicação sistemática com pais ou responsáveis, estudantes, professores e setores do campus.

- Estabelecimento de estratégias de trabalho com outros setores do campus.
- Criação de murais, publicação em site institucional e envio de e-mails.
- Estreitamento da relação família - campus.
- Planejamento de ações de acolhimento a estudantes ingressantes.
- Atenção à educação inclusiva e às pessoas com necessidades educacionais específicas.
- Parceria com o corpo docente em projetos para estudantes que necessitam acompanhamento pedagógico.
- Definição e publicização de horário de atendimento do setor.
- Funcionamento de setor nos três turnos (manhã, tarde e noite).
- Melhoria do sistema acadêmico da Instituição.
- Orientação aos/às docentes quanto ao uso do sistema acadêmico da Instituição.
- Identificação e acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes jovens e adultos.
- Ampliação e efetivação das dependências em disciplinas e dos Planos de Estudos Individuais (PEI) para cursos técnicos concomitantes e subsequentes, assim como ocorre nos integrados.
- Deferimento de pedidos e realização de matrículas nas disciplinas solicitadas.
- Planejamento e participação em ações coletivas de enfrentamento à retenção e evasão estudantil.
- Acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes.
- Acompanhamento sistemático da frequência de estudantes com auxílios e/ou bolsas.
- Deferimento e realização de pedidos de reingresso de estudantes com 1 abandono.
- Atualização de cadastro de estudantes residentes em outros municípios e/ou estados, como base para planejamento do transporte escolar.
- Divulgação de cursos e processos seletivos.
- Promover a publicidade da Educação Profissional e Tecnológica.
- Aperfeiçoamento de procedimentos de rotina, bem como elaboração de manuais de processos e fluxos de trabalho.
- Utilizar a ferramenta de acompanhamento da evolução da permanência e êxito discente, IFCE em Números, para identificar os estudantes com reprovações no período letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas.
- Divulgação dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso.
- Utilizar a ferramenta IFCE em Números como instrumento de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.
- Identificar a necessidade de oferta de cursos com horários e turnos compatíveis com a disponibilidade de estudantes trabalhadores.
- Contribuir para que o espaço acadêmico seja um espaço acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo do estudante com a Instituição.
- Identificar com o corpo docente de cada curso as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil na Instituição.
- Sugerir ajustes na política de ingresso de estudantes no IFCE.
- Nenhuma destas atividades.

- Todas estas atividades.

4.6 - Dentre as atividades/áreas escolhidas por você na pergunta 4.5, e descritas abaixo, quais você julgaria incompatível/is com o trabalho da CCA, mesmo que contribua com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?

Obs.: Responda mesmo que você tenha escolhido alguma opção da pergunta 4.4 que inicia com 'Não' ou 'Talvez'. As atividades/áreas apresentadas abaixo foram compiladas a partir da leitura de todas as ações e medidas propostas no PPE do IFCE (2017-2024).

- Comunicação sistemática com pais ou responsáveis, estudantes, professores e setores do campus.
- Estabelecimento de estratégias de trabalho com outros setores do campus.
- Criação de murais, publicação em site institucional e envio de e-mails.
- Estreitamento da relação família - campus.
- Planejamento de ações de acolhimento a estudantes ingressantes.
- Atenção à educação inclusiva e às pessoas com necessidades educacionais específicas.
- Parceria com o corpo docente em projetos para estudantes que necessitam acompanhamento pedagógico.
- Definição e publicização de horário de atendimento do setor.
- Funcionamento de setor nos três turnos (manhã, tarde e noite).
- Melhoria do sistema acadêmico da Instituição.
- Orientação aos/às docentes quanto ao uso do sistema acadêmico da Instituição.
- Identificação e acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes jovens e adultos.
- Ampliação e efetivação das dependências em disciplinas e dos Planos de Estudos Individuais (PEI) para cursos técnicos concomitantes e subsequentes, assim como ocorre nos integrados.
- Deferimento de pedidos e realização de matrículas nas disciplinas solicitadas.
- Planejamento e participação em ações coletivas de enfrentamento à retenção e evasão estudantil.
- Acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes.
- Acompanhamento sistemático da frequência de estudantes com auxílios e/ou bolsas.
- Deferimento e realização de pedidos de reingresso de estudantes com 1 abandono.
- Atualização de cadastro de estudantes residentes em outros municípios e/ou estados, como base para planejamento do transporte escolar.
- Divulgação de cursos e processos seletivos.
- Promover a publicidade da Educação Profissional e Tecnológica.
- Aperfeiçoamento de procedimentos de rotina, bem como elaboração de manuais de processos e fluxos de trabalho.
- Utilizar a ferramenta de acompanhamento da evolução da permanência e êxito discente, IFCE em Números, para identificar os estudantes com reprovações no período letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas.

- Divulgação dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso.
- Utilizar a ferramenta IFCE em Números como instrumento de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.
- Identificar a necessidade de oferta de cursos com horários e turnos compatíveis com a disponibilidade de estudantes trabalhadores.
- Contribuir para que o espaço acadêmico seja um espaço acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo do estudante com a Instituição.
- Identificar com o corpo docente de cada curso as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil na Instituição.
- Sugerir ajustes na política de ingresso de estudantes no IFCE.
- Nenhuma destas atividades.
- Todas estas atividades.

4.7 - Você acredita que a CCA pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

4.8 - Independente da resposta à pergunta anterior, você acredita que um manual ou guia de orientação às CCAs pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento estudantil no IFCE?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

4.9 - Você gostaria de acrescentar algo que não foi tratado neste questionário?

4.10 - Em uma segunda etapa da pesquisa, você autoriza contato para participar da validação da proposta de um Guia de gestão de controle acadêmico para acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE?

- Sim
- Não

4.10a - Caso tenha escolhido 'Sim', informe seu nome.

4.10b - Caso tenha escolhido 'Sim' na pergunta D10, informe um telefone para contato.

4.10c - Caso tenha escolhido 'Sim' na pergunta D10, informe um e-mail para contato.

- Bloco 4: Impressões sobre as atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil (Parte 2)
 - Bloco destinado aos/às servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi do IFCE.

4.1 - Caso tenha escolhido a opção 'Outro', especifique qual setor trabalha.

4.2 - Dentre as atribuições da CCA, abaixo listadas, quais você considera que aponta para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil por parte da CCA?

Fonte:

<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/00517AprovaoRegimentodoscampi.pdf>

- Coordenar e supervisionar as atividades dos servidores a serviço na CCA
- Coordenar e realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares e outros documentos inerentes ao setor
- Auxiliar na elaboração de relatórios, questionários, consultas e outros realizados pela própria Instituição e demais órgãos solicitantes
- Manter os arquivos acadêmicos atualizados
- Receber requerimentos de matrículas, inscrições e solicitações dirigidas à CCA
- Realizar o processo de matrícula e o registro da conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos do campus
- Controlar os processos acadêmicos referentes a conclusão de curso e colação de grau
- Manter atualizada a base de dados do sistema de controle acadêmico
- Realizar o atendimento aos alunos, ex-alunos, pais de alunos, servidores e demais interessados em matéria de sua competência
- Auxiliar na conferência de informações acadêmicas endereçadas a outros órgãos
- Orientar quanto a matérias de sua competência
- Promover o aprimoramento dos processos de registros e controles acadêmicos
- Planejar, supervisionar, executar, organizar e avaliar as atividades acadêmicas
- Publicar, avisos/notícias no sistema acadêmico
- Supervisionar os arquivos acadêmicos, referentes aos diversos cursos que o campus mantém
- Compor o arquivo de alunos novos e transferidos
- Planejar e programar, juntamente com a Direção Geral, o Departamento de Administração, o Departamento de Ensino e demais Coordenadorias as atividades relacionadas à CCA
- Decidir sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos relativos ao ensino
- Emitir pareceres, instruções e indicações sobre matéria de sua competência
- Prestar assessoria quanto a matérias de sua competência
- Desenvolver, juntamente com o Departamento de Ensino a interpretação de legislação e normas para emissão de pareceres de sua competência
- Realizar o atendimento ao público em geral

- Nenhuma destas atividades
- Todas estas atividades

4.3 - Você conhece ou já ouviu falar no Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes (PPE) do IFCE (2017-2024)?

- Sim, conheço. Pois já o li ou o estudei.
- Sim, já ouvi falar.
- Não conheço, pois nunca o li e nem o estudei.
- Não. Nunca ouvi falar.
- Talvez

4.3a - Caso tenha escolhido alguma opção que inicia com 'Sim', informe seu nível de conhecimento, mesmo que só tenha escutado falar, sobre o PPE do IFCE (2017-2024).

Legenda: 1 - Conheço muito pouco; 2 - Conheço pouco; 3 - Conheço razoavelmente; 4 - Conheço muito; e 5 - Conheço profundamente.

1 2 3 4 5

4.3b - Caso tenha escolhido alguma opção da pergunta 4.3 que inicia com 'Sim', informe o nível de concordância com as ações e medidas propostas no PPE do IFCE (2017-2024).

Legenda: 1 - Concordo muito pouco; 2 - Concordo pouco; 3 - Concordo razoavelmente; 4 - Concordo muito; e 5 - Concordo profundamente.

1 2 3 4 5

4.4 - Quais atividades/áreas, descritas abaixo, você julgaria viável/is para a CCA contribuir com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?

Obs.: Responda mesmo que você tenha escolhido alguma opção da pergunta 4.3 que inicia com 'Não' ou 'Talvez'. As atividades/áreas apresentadas abaixo foram compiladas a partir da leitura de todas as ações e medidas propostas no PPE do IFCE (2017-2024).

- Comunicação sistemática com pais ou responsáveis, estudantes, professores e setores do campus.
- Estabelecimento de estratégias de trabalho com outros setores do campus.
- Criação de murais, publicação em site institucional e envio de e-mails.
- Estreitamento da relação família - campus.
- Planejamento de ações de acolhimento a estudantes ingressantes.
- Atenção à educação inclusiva e às pessoas com necessidades educacionais específicas.
- Parceria com o corpo docente em projetos para estudantes que necessitam acompanhamento pedagógico.
- Definição e publicização de horário de atendimento do setor.

- Funcionamento de setor nos três turnos (manhã, tarde e noite).
- Melhoria do sistema acadêmico da Instituição.
- Orientação aos/às docentes quanto ao uso do sistema acadêmico da Instituição.
- Identificação e acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes jovens e adultos.
- Ampliação e efetivação das dependências em disciplinas e dos Planos de Estudos Individuais (PEI) para cursos técnicos concomitantes e subsequentes, assim como ocorre nos integrados.
- Deferimento de pedidos e realização de matrículas nas disciplinas solicitadas.
- Planejamento e participação em ações coletivas de enfrentamento à retenção e evasão estudantil.
- Acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes.
- Acompanhamento sistemático da frequência de estudantes com auxílios e/ou bolsas.
- Deferimento e realização de pedidos de reingresso de estudantes com 1 abandono.
- Atualização de cadastro de estudantes residentes em outros municípios e/ou estados, como base para planejamento do transporte escolar.
- Divulgação de cursos e processos seletivos.
- Promover a publicidade da Educação Profissional e Tecnológica.
- Aperfeiçoamento de procedimentos de rotina, bem como elaboração de manuais de processos e fluxos de trabalho.
- Utilizar a ferramenta de acompanhamento da evolução da permanência e êxito discente, IFCE em Números, para identificar os estudantes com reprovações no período letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas.
- Divulgação dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso.
- Utilizar a ferramenta IFCE em Números como instrumento de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.
- Identificar a necessidade de oferta de cursos com horários e turnos compatíveis com a disponibilidade de estudantes trabalhadores.
- Contribuir para que o espaço acadêmico seja um espaço acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo do estudante com a Instituição.
- Identificar com o corpo docente de cada curso as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil na Instituição.
- Sugerir ajustes na política de ingresso de estudantes no IFCE.
- Nenhuma destas atividades.
- Todas estas atividades.

4.5 - Dentre as atividades/áreas escolhidas por você na pergunta 4.4, e descritas abaixo, quais você julgaria incompatível/is com o trabalho da CCA, mesmo que contribua com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?

Obs.: Responda mesmo que você tenha escolhido alguma opção da pergunta 4.3 que inicia com 'Não' ou 'Talvez'. As atividades/áreas apresentadas abaixo foram compiladas a partir da leitura de todas as ações e medidas propostas no PPE do IFCE (2017-2024).

- Comunicação sistemática com pais ou responsáveis, estudantes, professores e setores do campus.
- Estabelecimento de estratégias de trabalho com outros setores do campus.
- Criação de murais, publicação em site institucional e envio de e-mails.
- Estreitamento da relação família - campus.
- Planejamento de ações de acolhimento a estudantes ingressantes.
- Atenção à educação inclusiva e às pessoas com necessidades educacionais específicas.
- Parceria com o corpo docente em projetos para estudantes que necessitam acompanhamento pedagógico.
- Definição e publicização de horário de atendimento do setor.
- Funcionamento de setor nos três turnos (manhã, tarde e noite).
- Melhoria do sistema acadêmico da Instituição.
- Orientação aos/às docentes quanto ao uso do sistema acadêmico da Instituição.
- Identificação e acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes jovens e adultos.
- Ampliação e efetivação das dependências em disciplinas e dos Planos de Estudos Individuais (PEI) para cursos técnicos concomitantes e subsequentes, assim como ocorre nos integrados.
- Deferimento de pedidos e realização de matrículas nas disciplinas solicitadas.
- Planejamento e participação em ações coletivas de enfrentamento à retenção e evasão estudantil.
- Acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes.
- Acompanhamento sistemático da frequência de estudantes com auxílios e/ou bolsas.
- Deferimento e realização de pedidos de reingresso de estudantes com 1 abandono.
- Atualização de cadastro de estudantes residentes em outros municípios e/ou estados, como base para planejamento do transporte escolar.
- Divulgação de cursos e processos seletivos.
- Promover a publicidade da Educação Profissional e Tecnológica.
- Aperfeiçoamento de procedimentos de rotina, bem como elaboração de manuais de processos e fluxos de trabalho.
- Utilizar a ferramenta de acompanhamento da evolução da permanência e êxito discente, IFCE em Números, para identificar os estudantes com reprovações no período letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas.
- Divulgação dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso.
- Utilizar a ferramenta IFCE em Números como instrumento de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.
- Identificar a necessidade de oferta de cursos com horários e turnos compatíveis com a disponibilidade de estudantes trabalhadores.

- Contribuir para que o espaço acadêmico seja um espaço acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo do estudante com a Instituição.
- Identificar com o corpo docente de cada curso as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil na Instituição.
- Sugerir ajustes na política de ingresso de estudantes no IFCE.
- Nenhuma destas atividades.
- Todas estas atividades.

4.6 - Você acredita que a CCA pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

4.7 - Independente da resposta à pergunta anterior, você acredita que um manual ou guia de orientação às CCAs pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento estudantil no IFCE?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

4.8 - Você gostaria de acrescentar algo que não foi tratado neste questionário?

APÊNDICE C - TCLE PARA O QUESTIONÁRIO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado/a como voluntário/a a participar da segunda etapa da pesquisa intitulada *Permanência e Êxito Estudantil: Gestão de controle acadêmico para acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão no Instituto Federal do Ceará*, sob a responsabilidade de Domingos Juvenal Nogueira Diógenes.

JUSTIFICATIVA : Investigar a atuação da Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA) no que diz respeito à promoção de ações que colaborem para a permanência e o êxito estudantil nos cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada e subsequente.

OBJETIVO GERAL DA PESQUISA: Objetivo geral: compreender o fluxo de trabalho da CCA do IFCE para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão nos campi e sugerir orientações para a gestão acadêmica relacionada a estes fenômenos.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA: A pesquisa será realizada em três etapas: 1. identificação do público respondente; 2. identificação do setor de trabalho do público respondente; e 3. identificação das atribuições da CCA na perspectiva do público respondente. A investigação ocorrerá no IFCE de forma eletrônica.

PROCEDIMENTOS: O/A participante da pesquisa colaborará respondendo ao questionário online produzido pela ferramenta Google Forms que, para tanto, será necessário o uso de computador com acesso à internet, todavia não será fornecido computador para este fim, logo o equipamento utilizado pode ser de uso pessoal do/a participante. As respostas serão tratadas sem identificação do/a respondente e com total garantia de quem somente serão utilizadas para esta pesquisa. Os dados obtidos comporão tabelas e gráficos que subsidiarão a construção do produto educacional como resultado da pesquisa. Ainda, assegura-se acesso ao resultado da pesquisa através do e-mail domingos.juvenal@ifce.edu.br .

RISCOS E DESCONFORTOS: Este estudo não apresenta nenhum risco de dano material, de dano imaterial (integridades física e psíquica, saúde, honra, imagem e privacidade) e de discriminação. O único risco está relacionado ao cansaço ou aborrecimento ao responder às perguntas do questionário. Apesar disso, você tem o direito de não responder caso não queira.

BENEFÍCIOS: A participação na pesquisa possibilitará a construção de um documento norteador das atividades do setor de controle acadêmico da Instituição para a gestão dos indicadores da retenção e evasão estudantil.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido/a em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido/a pelo pesquisador.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO: Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado/a pelo pesquisador.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE: O pesquisador se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO E INDENIZAÇÃO: Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o pesquisador: Domingos Juvenal Nogueira Diógenes no telefone (88) 996 540 505, ou no endereço profissional Rua Pedro Bezerra de Menezes, 387 - Manoel Costa Moraes - Jaguaribe/CE.

Declaro que fui informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo.

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa Permanência e Êxito Estudantil: Gestão de controle acadêmico para acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão no Instituto Federal do Ceará, eu, Domingos Juvenal Nogueira Diógenes, declaro ter cumprido as exigências do artigo 17 da Resolução CNS 510/16, a qual estabelece diretrizes e normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO 2

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado/a participante,

Com a finalidade de validar a proposta de Guia de gestão de controle acadêmico para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE, convidamos o/a senhor/a a participar desta pesquisa sobre Permanência e Êxito Estudantil no IFCE.

O formulário é composto por 1 bloco de perguntas que abordará as propostas de atividades da CCA para o acompanhamento e monitoramento destes fenômenos educacionais no IFCE.

O tempo estimado para responder a este formulário é de, no máximo, 15 minutos.

As respostas serão utilizadas para produção final de um Guia de orientação às CCAs.

Garante-se que os dados serão utilizados somente para fins científicos e que o tratamento acontecerá de forma anônima e confidencial, logo, o nome e campus dos/as respondentes não serão divulgados em nenhuma fase do estudo.

Atenciosamente,

Domingos Juvenal Nogueira Diógenes

➤ Bloco Único

1 - Qual o seu campus anterior?

Considere o campus em que esteve lotado/a quando respondeu o Questionário 1.

- Acaraú
- Acopiara
- Aracati
- Baturité
- Boa Viagem
- Camocim
- Canindé
- Caucaia
- Cedro
- Crateús
- Crato

- Fortaleza
- Guaramiranga
- Horizonte
- Iguatu
- Itapipoca
- Jaguaribe
- Jaguaruana
- Juazeiro do Norte
- Limoeiro do Norte
- Maracanaú
- Maranguape
- Mombaça
- Morada Nova
- Paracuru
- Pecém
- Quixadá
- Reitoria
- Sobral
- Tabuleiro do Norte
- Tauá
- Tianguá
- Ubajara
- Umirim

2 - Qual o seu campus atual?

Considere o campus em que está lotado/a atualmente, caso tenha sido removido/a.

- Acaraú
- Acopiara
- Aracati
- Baturité
- Boa Viagem
- Camocim
- Canindé
- Caucaia
- Cedro
- Crateús
- Crato
- Fortaleza
- Guaramiranga
- Horizonte
- Iguatu

- Itapipoca
- Jaguaribe
- Jaguaruana
- Juazeiro do Norte
- Limoeiro do Norte
- Maracanaú
- Maranguape
- Mombaça
- Morada Nova
- Paracuru
- Pecém
- Quixadá
- Reitoria
- Sobral
- Tabuleiro do Norte
- Tauá
- Tianguá
- Ubajara
- Umirim

3 - Qual o seu cargo?

- Assistente em Administração
- Auxiliar em Administração
- Pedagogo
- Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- Técnico em Assuntos Educacionais
- Outro

3.1 - Caso tenha escolhido a opção 'Outro', especifique qual cargo ocupa.

3.2 - Ocupa alguma função ou cargo de confiança?

Não considere a Coordenadoria de Controle Acadêmico.

- Sim
- Não

3.3 - Caso tenha escolhido a opção 'Sim' à pergunta A2.2, especifique qual função ou cargo de confiança desempenha.

3.4 - Ocupa função de confiança de Coordenador/a de Controle Acadêmico?

- Sim
- Não

3.5 - Em complemento à pergunta 3.4, há quanto tempo está na Coordenadoria de Controle Acadêmico?

- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 10 anos.
- Mais de 10 anos.

4 - Há quanto tempo atua no IFCE, independente do cargo que ocupou ou ocupa?

- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 10 anos.
- Mais de 10 anos.

5 - Há quanto tempo atua na CCA, independente do cargo que ocupou ou ocupa?

- De 1 a 2 anos.
- De 3 a 5 anos.
- De 6 a 10 anos.
- Mais de 10 anos.

6 - Quais os turnos de funcionamento de seu campus?

- Manhã
- Tarde
- Noite

7 - Quais os turnos de funcionamento da CCA do seu campus?

- Manhã
- Tarde
- Noite

8 - Você trabalha em qual/is turno/s?

- Manhã
- Tarde
- Noite

9 - Você acredita que a CCA pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

10 - Independente da resposta à pergunta anterior, você acredita que um manual ou guia de orientação às CCAs pode contribuir com o planejamento para o acompanhamento e monitoramento estudantil no IFCE?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei

11 - De agora em diante, e com base nas respostas do questionário aplicado anteriormente aos/às servidores/as das CCAs e dos outros setores ligados à/ao Diretoria/Departamento de ensino dos campi e que mais se destacaram na opinião deste público, estabeleça nível de importância para cada uma das propostas de atividades a serem desempenhadas pelo controle acadêmico (CCA) do IFCE com vistas ao acompanhamento e monitoramento do indicadores de retenção e evasão estudantil na Instituição.

Legenda para as perguntas: 0 - Esta atividade não é inerente à CCA; 1 - Irrelevante; 2 - Pouco importante; 3 - Importância mediana; 4 - Muito importante; e 5 - Imprescindível.

11.1a - Organizar e supervisionar o arquivo ativo (matriculados/as e trancados/as) e inativo (em abandono, transferidos/as e formados/as ou concluídos/as) dos/as estudantes dos cursos técnico, tecnológicos e superiores do campus em pastas e armários.

0 1 2 3 4 5

11.1b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.2a - Disponibilizar material para matrículas dos cursos do campus e providenciar a inserção adequada nos sistemas informatizados utilizados pela CCA, bem como acondicionamento adequado da documentação apresentada no arquivo do setor.

0 1 2 3 4 5

11.2b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.3a - Coordenar o processo administrativo de colação de grau e conclusão de curso no que diz respeito à publicização da relação de estudantes aptos/as a assinar ata de colação e solicitar diploma e/ou certificado, conforme o caso. Assim como, orientado-os, quando necessário, a sanar possíveis pendências obrigatórias à obtenção do título.

0 1 2 3 4 5

11.3b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.4a - Atender alunos/as, ex-alunos/as, pais de alunos/as, servidores/as e comunidade externa em assuntos inerentes à CCA.

0 1 2 3 4 5

11.4b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.5a - Auxiliar na elaboração de relatórios e questionários, bem como realizar consultas, seja no arquivo físico ou nos sistemas informatizados, quando solicitados por setores da Instituição ou outros órgãos externos.

0 1 2 3 4 5

11.5b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.6a - Promover sensibilização, junto aos/às discentes e docentes, para atualização dos dados pessoais (destaca-se endereço, telefone e e-mail) no sistema acadêmico utilizado por este público como interface de comunicação com a CCA, com o objetivo de facilitar a comunicação com estudantes e/ou pais ou responsáveis.

0 1 2 3 4 5

11.6b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.7a - Estabelecer cronograma de atividades do setor com vistas ao planejamento, à execução e à avaliação das ações, bem como ao aprimoramento dos processos inerentes à CCA.

0 1 2 3 4 5

11.7b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.8a - Definir e publicizar o horário de atendimento do setor de modo que atenda aos/às estudantes e professores dos cursos ofertados no campus de acordo com o funcionamento da Unidade.

0 1 2 3 4 5

11.8b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.9a - Melhorar o sistema acadêmico da Instituição para otimizar o uso por parte de alunos/as, professores/as e técnicos/as, bem como pais de alunos/as.

0 1 2 3 4 5

11.9b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.10a - Promover capacitação inicial aos/às docentes ingressantes sobre o uso funcional do sistema acadêmico, bem como orientar a estes/as e aos/às demais.

0 1 2 3 4 5

11.10b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.11a - Realizar o reingresso de estudantes com 1 abandono nos sistemas informatizados utilizados pela CCA após análise e deferimento do setor competente.

0 1 2 3 4 5

11.11b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.12a - Promover sensibilização, junto aos/às discentes e principalmente os residentes em municípios e/ou regiões diferentes e/ou distantes do campus, para atualização dos dados pessoais (destaca-se endereço, telefone e e-mail) no sistema acadêmico como interface de comunicação com a CCA, com o objetivo de facilitar o planejamento do transporte escolar.

0 1 2 3 4 5

11.12b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.13a - Divulgar fluxo administrativo das solicitações de estudantes com o intuito de situá-los/as no espaço e tempo acadêmicos no que diz respeito ao pedido, à forma e aos prazos.

0 1 2 3 4 5

11.13b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.14a - Divulgar os índices de matrículas, retenção e evasão a cada término de semestre ou ano letivo.

0 1 2 3 4 5

11.14b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

11.15a - Propor ajustes na política de seleção de estudantes para cursos superiores, técnicos e de extensão do IFCE de maneira a esclarecer à comunidade e aproximar os entendimentos sobre os processos seletivos.

0 1 2 3 4 5

11.15b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

12 - Gostaria de acrescentar algo que não foi tratado dentre as opções apresentadas?

Ao sugerir, caso precise, mencione a qual opção se trata.

13 - De agora em diante, e com base nas respostas do questionário aplicado anteriormente aos/às servidores/as das CCAs e dos outros setores ligados à/ao Diretoria/Departamento de ensino dos campi e que menos se destacaram na opinião deste público, estabeleça nível de importância para cada uma das propostas de atividades a serem desempenhadas pelo controle acadêmico (CCA) do IFCE com vistas ao acompanhamento e monitoramento do indicadores de retenção e evasão estudantil na Instituição.

Legenda para as perguntas: 0 - Esta atividade não é inerente à CCA; 1 - Irrelevante; 2 - Pouco importante; 3 - Importância mediana; 4 - Muito importante; e 5 - Imprescindível.

13.1a - Planejar estratégias de trabalho coletivo com os demais setores do campus, inclusive em ações de enfrentamento à retenção e evasão estudantis.

0 1 2 3 4 5

13.1b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.2a - Participar e/ou planejar ações de acolhimento aos/às estudantes ingressantes nos cursos do campus, contribuindo, também, para que o espaço acadêmico seja acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo de modo a fortalecer o vínculo do/a aluno/a com o IFCE.

0 1 2 3 4 5

13.2b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.3a - Deferir e realizar matrículas nas disciplinas solicitadas pelos/as discentes.

0 1 2 3 4 5

13.3b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.4a - Utilizar a ferramenta Em Números para identificar os/as estudantes com reprovações no período ou ano letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas e, assim, monitorar os indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE.

0 1 2 3 4 5

13.4b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.5a - Estabelecer trabalho investigativo em parceria com os/as docentes, de cada curso, para identificar as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil no IFCE.

0 1 2 3 4 5

13.5b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.6a - Realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares, boletins e outros documentos inerentes à vida acadêmica dos/as alunos/as.

0 1 2 3 4 5

13.6b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.7a - Planejar, em conjunto com direção-geral, departamento de administração, departamento de ensino e demais coordenadorias do campus, as atividades relacionadas à CCA. Ainda, coordenar e supervisionar os/as servidores/as da CCA na realização de tais atividades.

0 1 2 3 4 5

13.7b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.8a - Assessorar as diretorias e setores do campus no que diz respeito a assuntos da competência do controle acadêmico, bem como emitir pareceres, instruções e indicações sobre tais assuntos.

0 1 2 3 4 5

13.8b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.9a - Planejar, em parceria com a Diretoria/Departamento de Ensino, a interpretação de legislação e normas, assim como, sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos.

0 1 2 3 4 5

13.9b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.10a - Publicar avisos e/ou notícias, no sistema acadêmico da Instituição, aos/às docentes e discentes.

0 1 2 3 4 5

13.10b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

13.11a - Realizar o processo de matrícula e registro de conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos.

0 1 2 3 4 5

13.11b - Caso tenha escolhido a opção 0 (zero), indique a qual setor a atividade seria inerente.

14 - Durante a aplicação do Questionário 1, a maioria dos/as servidores/as das CCAs e dos outros setores ligados à Diretoria/Departamento de Ensino, ao ser perguntada sobre o nível de conhecimento sobre o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024), respondeu que o conhecem pouco, razoavelmente ou muito. Desse modo, o nível de conhecimento, sobre o documento, apontado pelos/as servidores/as respondentes implica no planejamento do acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE?

- Sim
- Não
- Não sei

14.1 - Gostaria de acrescentar algo sobre a pergunta 14?

15 - Durante a aplicação do Questionário 1, a maioria dos/as servidores/as das CCAs e dos outros setores ligados à Diretoria/Departamento de Ensino, ao ser perguntada sobre o nível de concordância com o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (2017-2024), respondeu que o concordam razoavelmente ou muito. Desse modo, o nível de concordância, com as propostas do documento, apontado pelos/as servidores/as respondentes implica no planejamento do acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE?

- Sim
- Não
- Não sei

15.1 - Gostaria de acrescentar algo sobre a pergunta 15?

16 - Há algo que não foi tratado neste questionário e você deseja acrescentar?

Obrigado pela sua participação.

APÊNDICE E - PRODUTO EDUCACIONAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

INSTITUTO UNIVERSIDADE VIRTUAL - IUVI

MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL - PPGTE

PRODUTO EDUCACIONAL:

Manual de atividades com o tema:

**GUIA DE GESTÃO DE CONTROLE ACADÊMICO
PARA O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
DOS INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL NO IFCE**

DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIÓGENES

Universidade Federal do Ceará - UFC
Instituto Universidade Virtual - IUUVI

**GUIA DE GESTÃO DE CONTROLE ACADÊMICO
PARA O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
DOS INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL NO IFCE**

Realização

Mestrado Profissional em Tecnologia Educacional - PPGTE/UFC

Autor

Domingos Juvenal Nogueira Diógenes

Orientador

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D622g Diógenes, Domingos Juvenal Nogueira.
Guia de Gestão de Controle Acadêmico para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE / Domingos Juvenal Nogueira Diógenes. – 2023.
14 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto UFC Virtual, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Educacional, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola.

1. Permanência. 2. Êxito. 3. Retenção. 4. Evasão. I. Título.

CDD 371.33

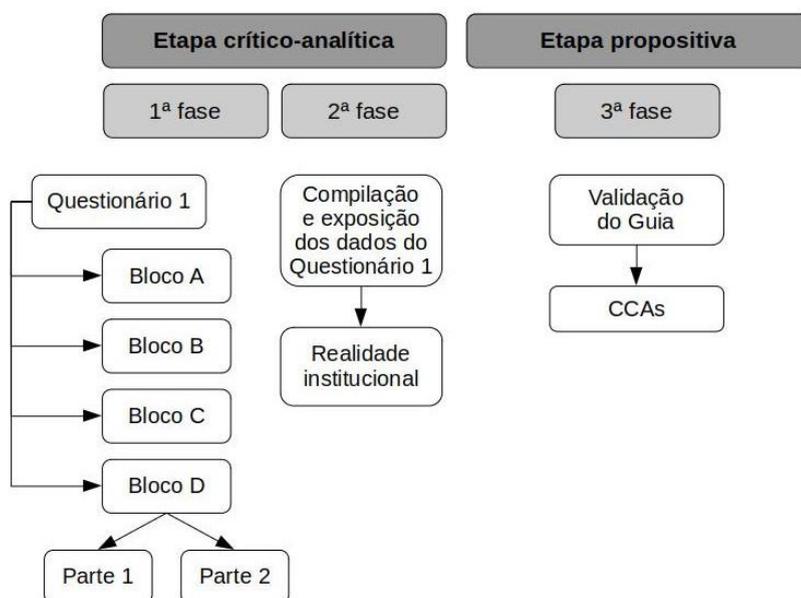
APRESENTAÇÃO

A retenção e evasão escolares são compreendidas como fenômenos que ocorrem nas instituições escolares e ora estão no sentido comunidade escola ora fazem o inverso, mas com forte influência em ambos ambientes. Desse modo, estudiosos empreitam pesquisas para compreendê-los, analisá-los e trabalhá-los, e comungam do entendimento de que a retenção e a evasão escolares não são dependentes exclusivamente do/a aluno/a.

Em vista disso, elaborou-se um Guia disposto de ações, que também constam no Plano Estratégico para a Permanência e Êxito de Estudantes do [IFCE](#), que podem ser aplicadas na realidade da Educação Profissional e Tecnológica para a gestão acadêmica dos fenômenos.

Dessa maneira, este produto educacional foi gestado da seguinte forma:

Figura 1 - Desenho da pesquisa



Fonte: elaborada pelo autor.

Na primeira fase, buscou-se atender aos objetivos da pesquisa: analisar a atuação da CCA dos campi do Instituto Federal do Ceará, relacionada às ações de acompanhamento e monitoramento do PPE do IFCE e confrontar as atividades de controle acadêmico dos campi com as ações gerais e as ações específicas do PPE da Instituição, buscando congruências e incongruências.

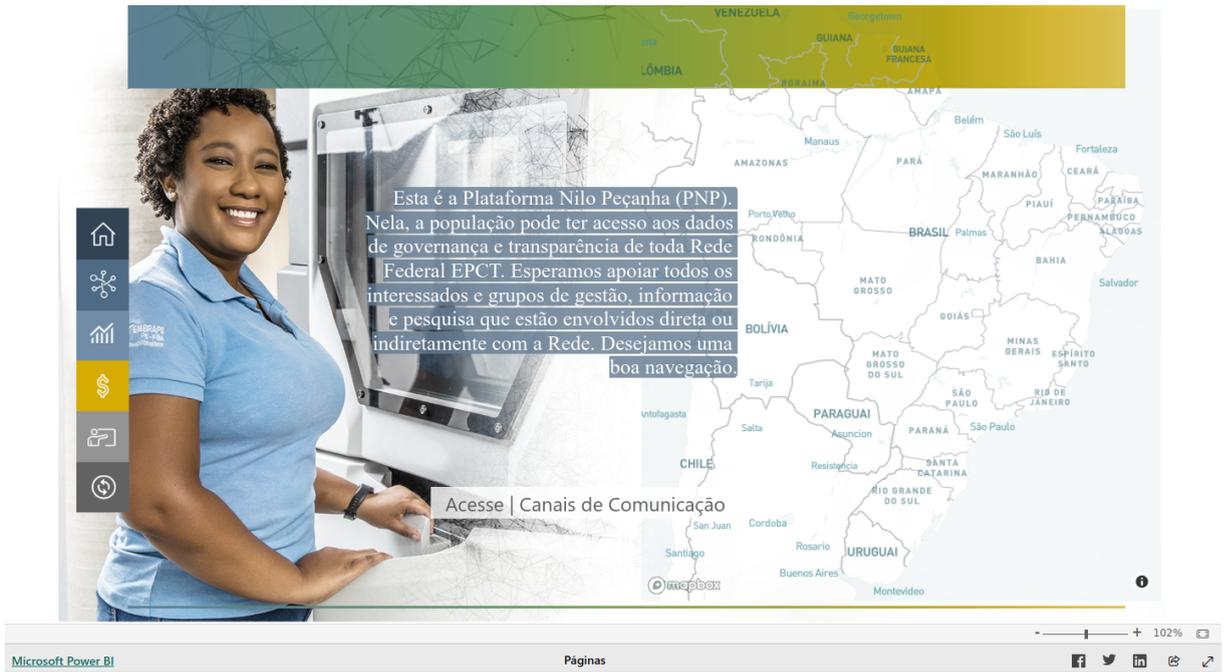
O [questionário A](#), dirigido a 2.702 servidores/as do IFCE, foi dividido em quatro blocos, sendo que o Bloco D foi subdividido em duas partes: Parte 1: destinado aos/às servidores/as das Coordenadorias de Controles Acadêmicos dos campi do IFCE; Parte 2: destinado aos/às servidores/as dos outros setores¹ do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi ifceanos.

- A. Bloco A: Identificação do público respondente à pesquisa;
- B. Bloco B: Identificação do campus e setor do público respondente à pesquisa;
- C. Bloco C: Identificação das atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil;
- D. Bloco D: Identificação das atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil (Parte 1);
- E. Bloco D: Impressões sobre as atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil (Parte 2).

Na segunda fase, procurou-se conhecer a situação do IFCE, bem como da Rede Federal EPCT, acerca da retenção e evasão estudantis, a partir da análise de informações estatísticas encontradas nas ferramentas on-line [Em Números](#), coordenada pelo IFCE, e [Plataforma Nilo Peçanha](#) (PNP), gerenciada pelo MEC.

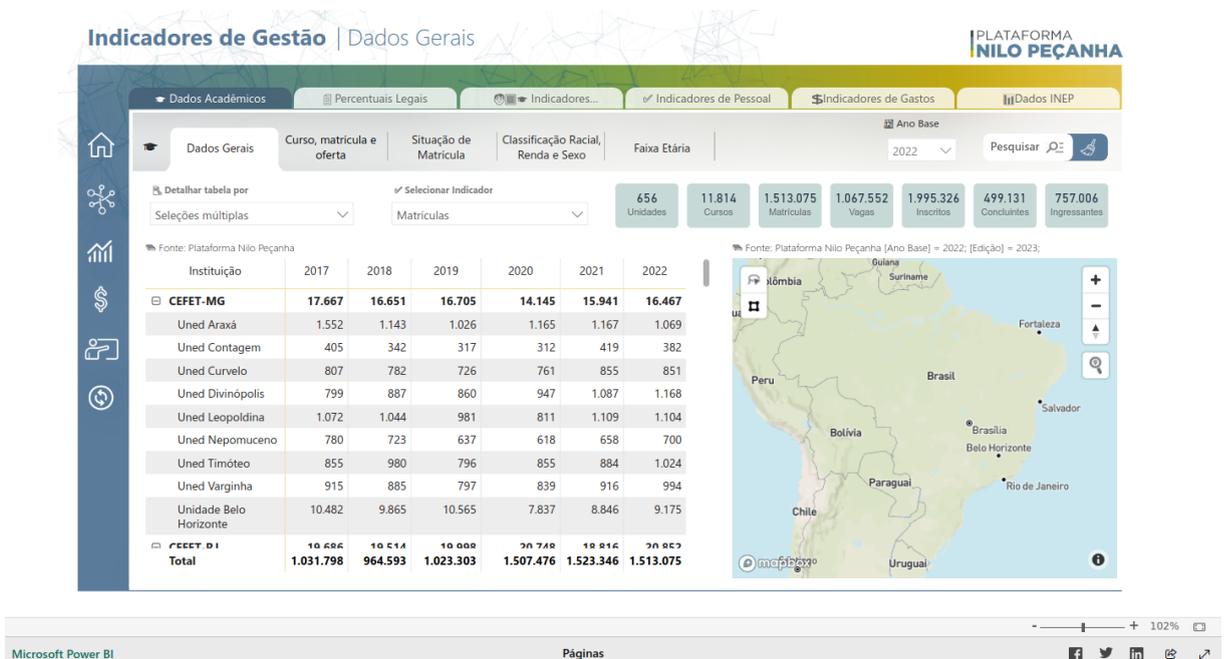
¹ Coordenadorias técnico-pedagógicas, coordenadorias de controle acadêmico, coordenadorias de curso e/ou de ensino, coordenadorias de assuntos estudantis, bibliotecas e gabinetes das diretorias e/ou chefias dos departamentos de ensino.

Figura 4 - Plataforma Nilo Peçanha - Módulo Rede Federal EPCT



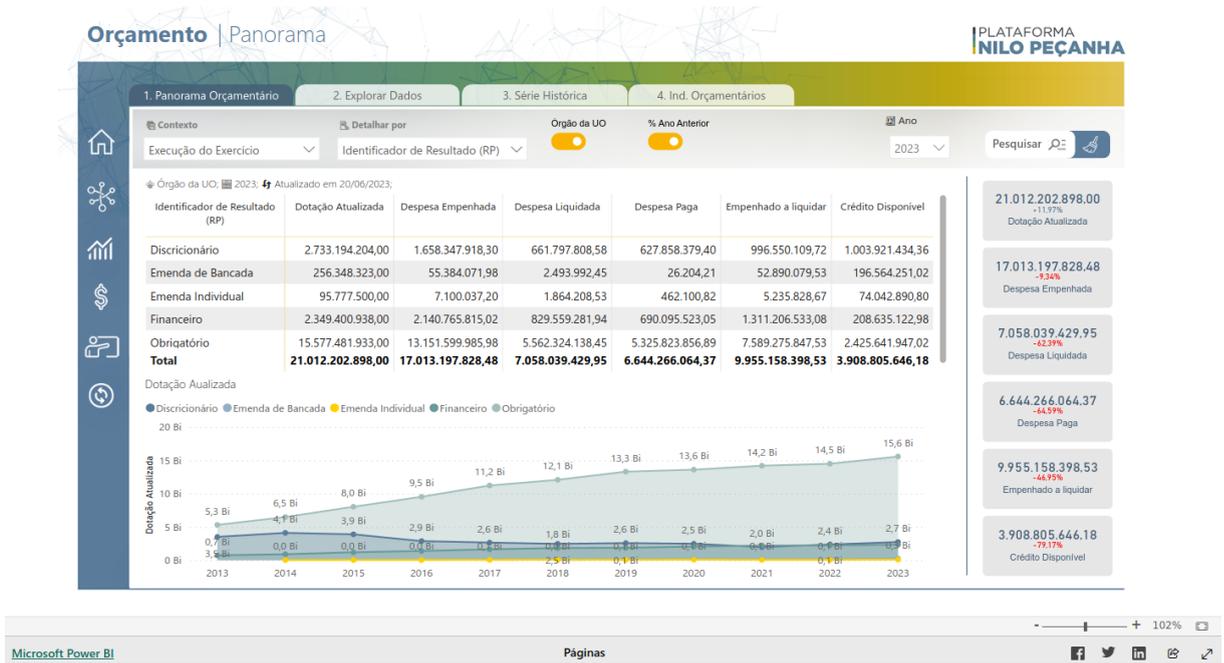
Fonte: BRASIL (2018).

Figura 5 - Plataforma Nilo Peçanha - Módulo Indicadores de Gestão



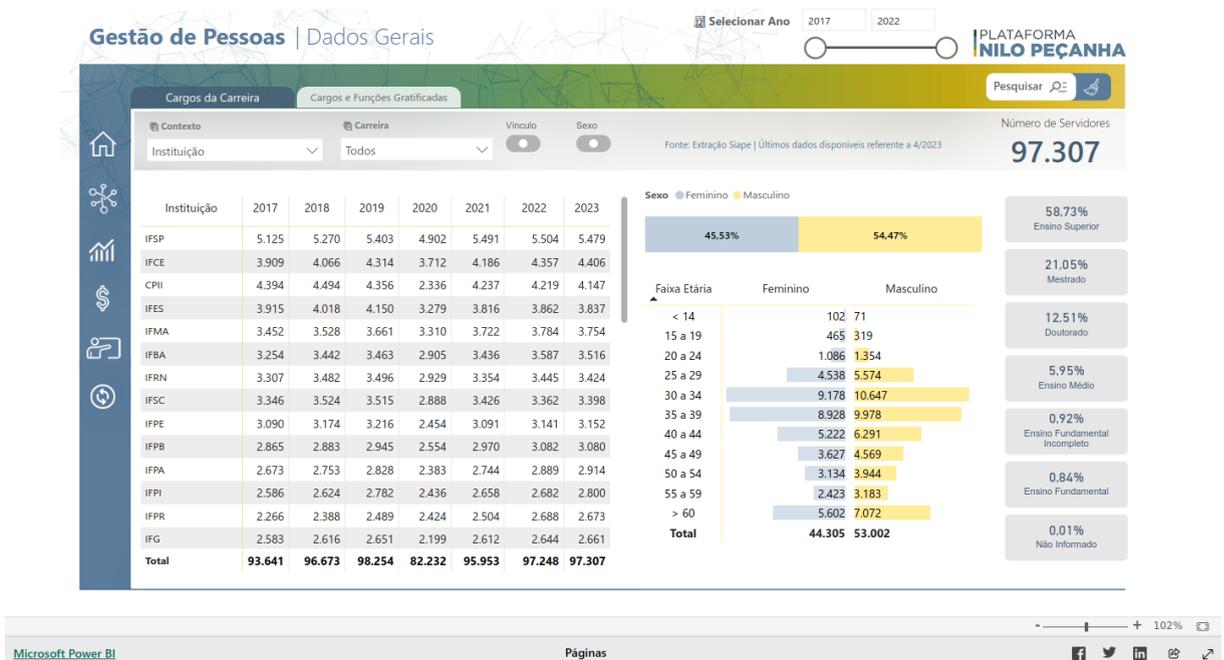
Fonte: BRASIL (2018).

Figura 6 - Plataforma Nilo Peçanha - Módulo Dados Orçamentários



Fonte: BRASIL (2018).

Figura 7 - Plataforma Nilo Peçanha - Módulo Dados Gestão de Pessoas



Fonte: BRASIL (2018).

Logo, enquanto a primeira ferramenta retrata, com percentuais e gráficos, a realidade institucional do IFCE, a PNP apresenta [dados](#) relativos à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do MEC no monitoramento dos indicadores de gestão das Instituições de ensino que compõem a Rede.

Na terceira fase, pretendeu-se atender ao objetivo: produzir um Guia, a partir do PPE, com estratégias que a CCA poderá estabelecer para colaborar na gestão acadêmica para o acompanhamento e monitoramento dos índices de retenção e evasão dos campi do IFCE. Portanto, aplicou-se o [questionário B](#) aos/às 7 servidores/as das CCAs que se dispuseram a participar desta fase de validação. Destaca-se que o diálogo entre as duas bases de dados trilhou caminhos para a construção deste Guia.

Diante disso, espera-se que este Guia contribua para contribuir com a universalização do acesso à educação e a garantia da permanência dos/as estudantes.



SUMÁRIO

CONCEITOS.....	9
1 Retenção e evasão escolares.....	9
2 Controle acadêmico.....	11
3 Profissionais do controle acadêmico.....	11
4 Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE.....	12
GESTÃO DO CONTROLE ACADÊMICO PARA RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL.....	14
PLANEJAMENTO.....	16
Referências.....	17

CONCEITOS

1 Retenção e evasão escolares

O entendimento de que a retenção e a evasão escolares são fenômenos multicausais e multifacetados chega a ser consenso nas pesquisas sobre a temática:

Mediante a busca de fatores que possam explicar os **motivos que levam os alunos a evadirem**, é possível perceber uma discussão complexa e cada vez mais fundamentada no fato de que para **cada aluno se encontrará um fator que será o suficiente para explicar o porquê da evasão** (Grifos meus) (SILVA; COSTA & ANJOS, 2021, p. 850).

[...] uma **grande variedade de fatores**, dentre eles os relacionados à escola, família e trabalho, pode contribuir para o fenômeno da evasão e a **interação entre esses fatores** ao longo do tempo torna **praticamente impossível demonstrar uma relação causal entre um fator isolado e a decisão de abandonar a escola** (Grifos meus) (RUMBERGER, 2011 apud FIGUEIREDO & SALLES, 2017, p. 361).

[...] **a evasão está associada a uma gama de fatores**, que podem ser oriundos do plano individual, do institucional ou do contexto externo. [...] analisar os fatores de pré-entrada estudantil é de suma importância para detectar problemas com a evasão. [...] o estudante que tem uma boa integração acadêmica e social na instituição terá maiores oportunidades de concluir o curso. [...] (Grifo meu) (FEITOSA, 2020, p. 58).

Desse modo, não é possível identificar um único fator como responsável por levar o/a estudante a deixar a Instituição ou o sistema de ensino, mas, sim, há uma razão que está interligada a outra ou uma que reforça outra, e esta, por sua vez, pesa de forma que o processo educativo perde o sentido e/ou valor para o/a aluno/a. Exemplos: a) trabalho, seja para sobrevivência ou para manutenção de um status como meio de pertencimento a um grupo; b) questões de saúde, seja pessoal ou de familiares; e c) desinteresse pelos estudos, seja por não perceber contextualização com sua realidade ou devido a metodologias desinteressantes dos/as professores/as, dentre outros exemplos.

Logo, a saída, seja em caráter temporário ou definitivo, da escola ou do sistema de ensino, não acontece de forma repentina porque é um processo desencadeado por diversos motivos e que incidem em cada aluno/a de maneira diferente. Assim como o

ingresso do/a estudante na Instituição depende de uma trama de fatores que se interligam entre si e com pesos diferentes para cada um, o ato de abandonar também acontece nas mesmas circunstâncias.

Nessa perspectiva, o IFCE alcança a definição da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, designada pelo Ministério da Educação (MEC) para a elaboração do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes (PPE) da Instituição na medida em que cita:

No Brasil, estudos organizados pela Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996) concluíram que “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. Por outro lado, a retenção consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão” (CEARÁ, 2017b, p. 9).

Ademais, pondera que a partir destas considerações e do Documento Norteador para Superação da Retenção e Evasão Escolar apresentado pela SETEC, é possível que a Instituição analise o fenômeno da evasão a partir de duas perspectivas: saída do estudante da Instituição ou do curso, logo,

[...] **o IFCE optou por analisar a evasão sob a ótica do curso** por considerar que é a granularidade que mais permite se aproximar de suas causas, possibilitando uma análise mais completa acerca de todas as possibilidades de saída do estudante da instituição, ou seja, com êxito, por meio da conclusão do curso ou sem êxito por meio da evasão (Grifo meu) (CEARÁ, 2017b, p. 9).

A Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras distingue os três tipos de evasão escolar:

Evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;

Evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;

Evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS..., 1996 apud FIGUEIREDO & SALLES, 2017, p. 358).

Portanto, menciona-se que, a depender da definição utilizada e do tipo de evasão compreendidos em cada pesquisa, a investigação pode apresentar pontos de

vista específicos para o tratamento dos resultados que, por sua vez, obterão diversos e variados debates e chegarão a conclusões conflitantes ou não.

2 Controle acadêmico

O controle acadêmico do IFCE é o setor que desempenha atividades de escrituração, controle e arquivamento de documentos e dados acadêmicos, portanto dizem respeito à secretaria escolar. Notadamente, neste Instituto Federal, a “Coordenadoria de Controle Acadêmico é a responsável em planejar, supervisionar, executar, organizar e avaliar todas as atividades relacionadas aos serviços do Controle Acadêmico” (CEARÁ, 2017a).

Dessa maneira, as Coordenadorias de Controle Acadêmico (CCA) se assemelham às secretarias escolares, diferindo apenas na nomenclatura. Portanto, durante pesquisa de mestrado, os/as servidores/as das CCAs destacaram que realizam as seguintes atividades, dentre outras:

- ❖ Coordenar e realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares e outros documentos inerentes ao setor;
- ❖ Manter os arquivos acadêmicos atualizados;
- ❖ Receber requerimentos de matrículas, inscrições e solicitações dirigidas à CCA;
- ❖ Realizar o atendimento aos alunos, ex-alunos, pais de alunos, servidores e demais interessados em matéria de sua competência;
- ❖ Compilar o arquivo de alunos novos e transferidos;
- ❖ Realizar o atendimento ao público em geral.

3 Profissionais do controle acadêmico

O profissional responsável pela secretaria de uma Instituição de ensino é o/a secretário/a escolar, detentor de diploma de curso Técnico Profissionalizante em Secretariado Escolar ou de Licenciatura Plena em qualquer área da Pedagogia. No entanto, atualmente, no IFCE, os profissionais que atuam no controle acadêmico ocupam cargos de Assistente de Alunos, Assistente em Administração e Auxiliar em Administração.

4 Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE

A partir de orientações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC, o IFCE elaborou o [Plano Estratégico para a Permanência e Êxito de Estudantes](#) com a participação da comunidade acadêmica de seus campi espalhados pela capital, região metropolitana e interior do estado.

Em vista disso, formaram-se Comissões de Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Incentivo à Permanência e Êxito e dos Indicadores de Acesso, Permanência e Êxito; uma geral e uma por cada campus. Logo, as Comissões Geral e Locais² foram constituídas e integradas pelos/as personagens educacionais interessados/as e corresponsáveis pelo sucesso do/a educando/a, dentre eles estão os representantes da CCA com o propósito de acompanhar estes indicadores e ações de enfrentamento nos campi do IFCE.

O PPE foi estruturado seguindo a proposta de realização de diagnósticos quantitativo e qualitativo em relação à situação dos índices de retenção e de evasão discentes, o que foi possível determinar as principais causas destes fenômenos no IFCE e foram classificadas conforme Quadro.

Principais causas da retenção e evasão no IFCE, conforme o PPE (CEARÁ, 2017a).

Fatores	Causas
Individuais	Adaptação à vida acadêmica
	Qualidade da formação escolar anterior
	Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção
	Questões pessoais e de saúde do estudante ou de familiar
	Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho
	Desmotivação com o curso
Internos à Instituição	Atualização e flexibilidade curricular
	Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino
	Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino
	Gestão acadêmica do curso
	Questões didático-pedagógicas

² Todavia, atualmente a Instituição conta somente com a Comissão Geral, pois as atribuições que foram das comissões de cada campus transferiram-se para as diretorias-gerais e gestões de ensino de cada unidade, conforme Resolução do CONSUP do IFCE sob n.º 47, de 01/07/2022.

	Processo de seleção e política de ocupação de vagas
	Inclusão social e respeito à diversidade
	Relação escola-família
Externos à Instituição	Conjuntura econômica e social

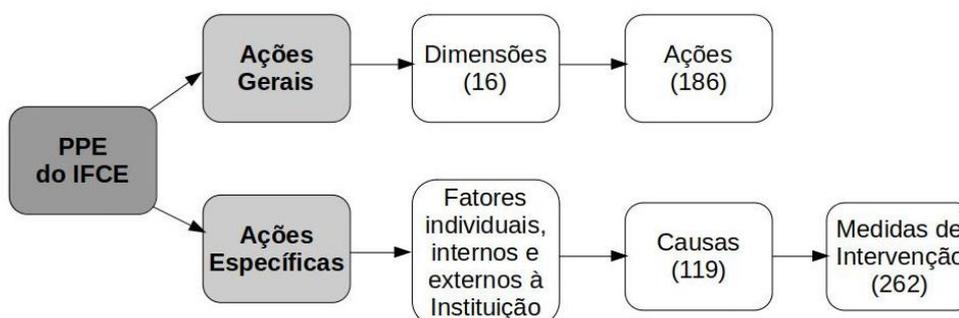
Fonte: (CEARÁ, 2017b, p. 23-29).

Em consequência, foram planejadas as ações de intervenção e monitoramento para a superação da retenção e evasão que, por sua vez, estão divididas em ações gerais e específicas e consideram os fatores e causas identificados. Desse modo, as metas a serem atingidas estão expressas em índices de conclusão dos cursos técnicos de nível médio e de graduação com vistas às orientações do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (CEARÁ, 2017b, p. 104).

Diante disso, o PPE definiu os responsáveis por cada ação geral ou por cada Medidas de Intervenção (MI) sugerida nas ações específicas, assim como os prazos para cumprimento das estratégias.

Isto posto, o Plano dispõe de estratégias, no documento, da seguinte forma: as ações gerais contam com 186 ações distribuídas em 16 dimensões, as ações específicas com 262 MIs correspondentes às 119 causas identificadas a partir de cada fator, seja individual, interno ou externo à Instituição, como pode ser observado na Figura.

Ações de intervenção e monitoramento para superação da retenção e evasão, conforme PPE do IFCE.



Fonte: elaborada pelo autor.

GESTÃO DO CONTROLE ACADÊMICO PARA RETENÇÃO E EVASÃO ESTUDANTIL

A gestão do controle acadêmico direcionada para o enfrentamento destes fenômenos educacionais, e apontada a partir do estudo realizado, pode alcançar êxito a partir das atividades elencadas abaixo.

- A. Organizar e supervisionar o arquivo ativo (matriculados/as e trancados/as) e inativo (em abandono, transferidos/as e formados/as ou concluídos/as) dos/as estudantes dos cursos técnico, tecnológicos e superiores do campus em pastas e armários;
- B. Atender alunos/as, ex-alunos/as, pais de alunos/as, servidores/as e comunidade externa em assuntos inerentes à CCA;
- C. Realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares, boletins e outros documentos inerentes à vida acadêmica dos/as alunos/as;
- D. Disponibilizar material para matrículas dos cursos do campus e providenciar a inserção adequada nos sistemas informatizados utilizados pela CCA, bem como acondicionamento adequado da documentação apresentada no arquivo do setor;
- E. Coordenar o processo administrativo de colação de grau e conclusão de curso no que diz respeito à publicização da relação de estudantes aptos/as a assinar ata de colação e solicitar diploma e/ou certificado, conforme o caso. Assim como, orientado-os, quando necessário, a sanar possíveis pendências obrigatórias à obtenção do título;
- F. Realizar o reingresso de estudantes com 1 abandono nos sistemas informatizados utilizados pela CCA após análise e deferimento do setor competente;
- G. Planejar, em parceria com a Diretoria/Departamento de Ensino, a interpretação de legislação e normas, assim como, sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos;

- H. Estabelecer cronograma de atividades do setor com vistas ao planejamento, à execução e à avaliação das ações, bem como ao aprimoramento dos processos inerentes à CCA;
- I. Promover sensibilização, junto aos/às discentes e docentes, para atualização dos dados pessoais (destaca-se endereço, telefone e e-mail) no sistema acadêmico utilizado por este público como interface de comunicação com a CCA, com o objetivo de facilitar a comunicação com estudantes e/ou pais ou responsáveis; e
- J. Propor ajustes na política de seleção de estudantes para cursos superiores, técnicos e de extensão do IFCE de maneira a esclarecer à comunidade e aproximar os entendimentos sobre os processos seletivos.
- K. Publicar avisos e/ou notícias, no sistema acadêmico da Instituição, aos/às docentes e discentes.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**, 2018. Ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Indicadores de Gestão. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWljNzYtZWQWYjI2OThhYWM1liwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkbkYi1iYjU4LTgyYjIhMTUzNDBmZiI9>> . Acesso em: 12 ago. 2022.

CEARÁ. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Resolução n.º 005, de 30 de janeiro de 2017. In: CEARÁ. IFCE. Reitoria. **Boletim de Serviço n.º 340/Janeiro/2017**. Fortaleza, CE, jan 2017a. p. 528-750. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/boletim-de-servicos-1/reitoria/2017/janeiro-2017-atual.pdf/view>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Em Números**, 2015. A Plataforma Em Números é iniciativa da Pró-reitoria de Ensino do Instituto Federal do Ceará (PROEN/IFCE), tornando transparente as atividades de ensino realizadas pela instituição. 1.1 Evasão. Disponível em: <<https://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Fortaleza, CE, 2017b. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2021.

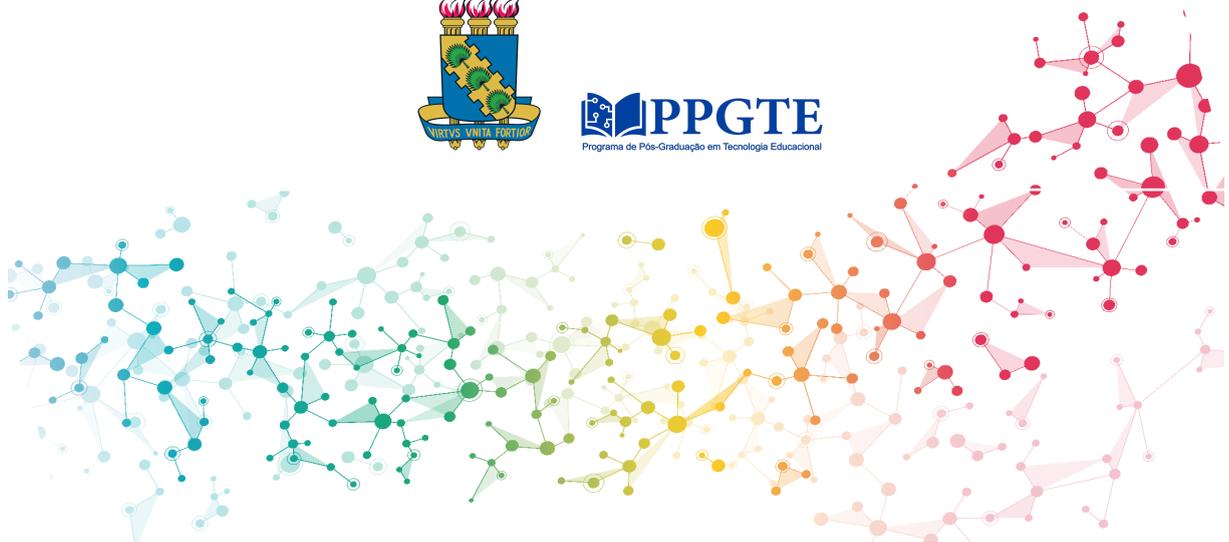
FEITOSA, M. da F. **Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Salgueiro/PE. 170 páginas. 2020. Disponível em: <<https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/629>>. Acesso em 13 set. 2021.

FIGUEIREDO, N. G. da S.; SALLES, D. M. R. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 25, n. 95, p. 356-392, Rio de Janeiro, abr/jun 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000200356&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 11 mar. 2019.

SILVA, W. F.; COSTA, L. S.; ANJOS, D. E. S. dos. Dados educacionais com foco na evasão escolar: diagnóstico e desafios para o IFNMG - Campus Avançado Porteirinha. **Revista Educação e Política em Dabate**. Uberlândia/MG, v. 10, n. 2, p. 838-854, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/56733>>. Acesso em: 13 set. 2021.



 **PPGTE**
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Educacional



APÊNDICE F - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL À REALIZAÇÃO DE PROJETO DE
PESQUISA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Pedro Bezerra de Menezes, nº 387, - Bairro Manoel Costa Morais - CEP 63475-000 - Jaguaribe - CE - www.ifce.edu.br

AUTORIZAÇÃO - CCA-JAG

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL À REALIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Declaro, para fins de comprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará-CEP/UFC/PROPESQ, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) contém toda infraestrutura necessária em suas instalações para realização da pesquisa intitulada 'Permanência e Êxito Estudantil: gestão de controle acadêmico para acompanhamento e monitoramento de indicadores de retenção e evasão no Instituto Federal do Ceará' a ser realizada pelo pesquisador Domingos Juvenal Nogueira Diógenes.

Fortaleza, 22 de março de 2022.

JOELIA MARQUES DE CARVALHO

Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFCE



Documento assinado eletronicamente por **Joelia Marques de Carvalho, Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação**, em 22/03/2022, às 09:35, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3548906** e o código CRC **E50D6C7F**.

APÊNDICE G - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM
PESQUISA DA UFC

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL: GESTÃO DE CONTROLE ACADÊMICO PARA ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

Pesquisador: DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIOGENES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57267022.5.0000.5054

Instituição Proponente: Instituto UFC Virtual

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.403.757

Apresentação do Projeto:

Pesquisador informa a inclusão no projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE como instituição coparticipante.

Objetivo da Pesquisa:

Incluir instituição coparticipante.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Descritos no parecer anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Inclusão no projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE como instituição coparticipante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foi devidamente anexado:

EMENDA_IFCE.pdf

Autorizacao_institucional.pdf

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 5.403.757

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1936447_E1.pdf	25/04/2022 14:33:36		Aceito
Outros	EMENDA_IFCE.pdf	25/04/2022 14:14:40	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	APRECIACAO.pdf	29/03/2022 08:29:18	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIOGENES	Aceito
Declaração de concordância	CONCORDANCIA.pdf	29/03/2022 08:28:09	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_ATUALIZADO.pdf	29/03/2022 08:23:53	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_institucional.pdf	24/03/2022 18:20:39	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	24/03/2022 18:16:26	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	PROJETO_TCLE.pdf	03/03/2022 17:03:53	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIOGENES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_FINAL.pdf	03/03/2022 16:58:39	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	03/03/2022 16:55:01	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 5.403.757

FORTALEZA, 12 de Maio de 2022

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

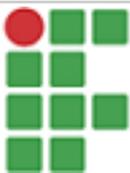
Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

APÊNDICE H - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM
PESQUISA DO IFCE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL: GESTÃO DE CONTROLE ACADÊMICO PARA ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RETENÇÃO E EVASÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

Pesquisador: DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIOGENES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 57267022.5.3001.5589

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.500.437

Apresentação do Projeto:

Resumo:

A retenção e evasão escolar resultam dos conflitos, confrontos, negociações e interesses variados que interferem de forma significativa e diversa no percurso formativo dos estudantes. A partir de orientações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, o Instituto Federal do Ceará (IFCE) elaborou o Plano Estratégico para a Permanência e Êxito de Estudantes (PPE) que identificou e classificou as principais causas para retenção e evasão no IFCE a partir de fatores individuais, fatores internos e fatores externos à Instituição. Logo, formaram-se Comissões de Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Incentivo à Permanência e Êxito e dos Indicadores de Acesso, Permanência e Êxito; uma geral e uma por cada campus, sendo constituídas e integradas por diversos personagens educacionais, dentre eles os representantes da Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA). Há estudos que buscam compreender os fatores que levam o/a estudante a interromper os estudos, assim como entendem a retenção e a evasão escolar como fenômenos institucionais e sociais que não são dependentes exclusivamente do/a aluno/a. Tais estudos resultaram em modelos teóricos: Spady (1970, 1971) - Modelo de Processo de Abandono, Tinto (1975, 1993, 1997) - Modelo de Integração do Estudante, Bean (1980) e Bean e Mitzner (1985) - Modelo de Desgaste do Estudante, Cislaghi (2008) - Modelo de Permanência Discente na Graduação em Instituições de Ensino Superior Brasileiras, e Pereira (2013) - Modelo de

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

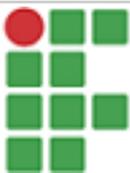
CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 5.500.437

Fatores associados ao Processo de Retenção. A pesquisa tem como problema: como o Setor do Controle Acadêmico do IFCE pode contribuir para a permanência e êxito dos/as discentes?. Definiu-se como objetivo geral: compreender o fluxo de trabalho da CCA do IFCE para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão nos campi e sugerir orientações para a gestão acadêmica relacionada a estes fenômenos. Justifica-se o estudo a partir do questionamento: a atuação do setor de controle acadêmico da Instituição se limita a 2 Medidas de Intervenção (MI) dentre outras 260, e 186 ações gerais? A CCA poderia contribuir, de maneira efetiva, no controle destes fenômenos? O setor se constitui num local estratégico para o acompanhamento destes índices? Pois o PPE consta de ações e MIs planejadas para direcionar o trabalho da Instituição para o monitoramento destes fenômenos, e estas atividades são delegadas aos diversos atores envolvidos na gestão do processo de ensino-aprendizagem, dentre eles a CCA. Todavia, há, no referido documento, apenas 2 MIs direcionadas à CCA e compartilhadas com outros setores. O projeto apresenta dois Capítulos teóricos, sendo que o primeiro está dividido em duas seções: 1.1 faz o resgate histórico da trajetória da educação profissional brasileira; e 1.2 debate sobre termos vinculados à administração com vistas a dar sustentação à discussão sobre gestão escolar no tocante aos fenômenos aqui estudados, e o segundo tece considerações acerca do tema com fundamentação na revisão da literatura nacional onde se propõe: 2.1 debater sobre os conceitos e tipos de evasão já pesquisados e 2.2 discutir sobre a especificidade do fenômeno da educação profissional e tecnológica.

Metodologia:

Diante da necessidade de definir o caminho a ser percorrido pelo pesquisador, compreende-se que este trabalho investigativo pode ser classificado como aplicado, no que diz respeito à sua natureza. Ainda, é exploratório e explicativo, pois os objetivos geral e específicos exigem tal determinação, bem como, quanto ao método, é qualitativo. Outrossim, a investigação deverá ser referendada pelo Comitê de Ética, pois envolverá pessoas que atuam profissionalmente nos setores institucionais e que fazem parte do objeto da pesquisa, logo necessita que a proposta e instrumentos de coleta sejam avaliados.

O estudo caminhará por duas etapas e três fases, sendo que a etapa crítico-analítica compreenderá a primeira e segunda fases, e a etapa propositiva compreenderá a terceira fase, conforme exemplificado na Figura 9.

No que tange à primeira fase da pesquisa, pretende-se atender ao primeiro objetivo específico. Logo, será realizada consulta, através de questionário elaborado na ferramenta Google Forms

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

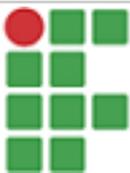
CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 5.500.437

Apêndice B), aos/às servidores/as da CCA e demais setores que realizam o atendimento e/ou acompanhamento do/a estudante. Desse modo, as perguntas estão direcionadas para conhecer as atividades desempenhadas nestes setores com foco para identificar as ações que podem promover maior participação da CCA no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE.

O questionário está dividido em quatro blocos, sendo que o Bloco D está dividido em duas partes: Parte 1: destinado aos/às servidores/as das Coordenadorias de Controles Acadêmicos (CCA) dos campi do IFCE; Parte 2: destinado aos/às servidores/as dos outros setores do/a Diretoria/Departamento de Ensino dos campi do IFCE.

A. Bloco A: Identificação do público respondente à pesquisa;

B. Bloco B: Identificação do campus e setor do público respondente à pesquisa;

C. Bloco C: Identificação das atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil;

D. Bloco D: Identificação das atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil (Parte 1);

E. Bloco D: Impressões sobre as atribuições do setor de controle acadêmico para a permanência e êxito estudantil (Parte 2).

Portanto, espera-se ter base de dados confiáveis, para que seja possível a compreensão das ações já desenvolvidas pelo controle acadêmico para monitoramento destes indicadores para a permanência e o êxito estudantil possibilitando, assim, que a investigação possa caminhar para a fase seguinte.

Na próxima fase, a pesquisa atenderá ao segundo objetivo específico, pois, tendo as impressões dos/as servidores/as das CCAs dos campi do IFCE, realizará o confronto teórico entre o que dispõe o PPE da Instituição e a realidade dos controles acadêmicos, informada pelos/as servidores/as. Logo, necessitará de estudo aprofundado do PPE da Instituição para que ilumine a produção do Guia (produto educacional), tendo em vista o diálogo entre o setor que secretaria e escritura informações sobre o desempenho estudantil e o documento institucional que aponta estratégias que foram planejadas para acompanhar e monitorar a evolução destes indicadores, bem como as ações desenvolvidas para este fim.

Isto posto, a partir do confronto dialógico entre PPE e atividades já realizadas pelas CCAs, identificadas pelo questionário aplicado na primeira fase, para o acompanhamento destes fenômenos, será possível identificar as práticas de controle acadêmico que estão alinhadas à

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

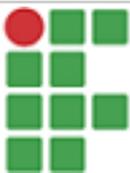
CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 5.500.437

proposta de trabalho do Plano, assim como possibilitará sugerir ações que não estejam previstas no documento. Portanto, a terceira fase atenderá ao terceiro objetivo específico e se caracteriza por promover estudo para o controle, ou seja, para a avaliação do caminho percorrido pelos campi do IFCE.

Desse modo, na última fase, o produto educacional será construído e validado pelos setores de controles acadêmicos e pelas Comissões de cada campus com o objetivo de conhecer a aplicabilidade do Guia quanto ao acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão na Instituição. Nessa perspectiva, será aplicado o segundo questionário somente aos/às servidores/as das CCAs e às Comissões com as propostas de ações que comporão o Guia, e

formulado a partir das respostas obtidas no primeiro questionário. Assim como será apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE. Em vista disso, tendo percorrido todas as etapas e fases da pesquisa, o questionamento problematizador terá sido respondido: como o setor do Controle Acadêmico do IFCE pode contribuir para a permanência e êxito dos/as discentes?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o fluxo de trabalho da CCA do IFCE para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de retenção e evasão nos campi e sugerir orientações para a gestão acadêmica relacionada a estes fenômenos.

Objetivo Secundário:

- Analisar a atuação da CCA dos campi do Instituto Federal do Ceará, relacionada às ações de acompanhamento e monitoramento do PPE do IFCE;
- Confrontar as atividades de controle acadêmico dos campi com as ações gerais e as ações específicas do PPE da Instituição, buscando congruências e incongruências; e
- Produzir um Guia, a partir do PPE, com estratégias que a CCA poderá estabelecer para colaborar na gestão acadêmica para o acompanhamento e monitoramento dos índices de retenção e evasão dos campi do IFCE.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Desconfortos:

De acordo com o pesquisador "Este estudo não apresenta nenhum risco de dano material, de dano imaterial (integridades física e psíquica, saúde, honra, imagem e privacidade) e de discriminação. O único risco está relacionado ao cansaço ou aborrecimento ao responder às perguntas do

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

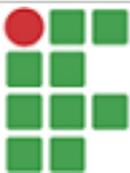
CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 5.500.437

questionário. Apesar disso, você tem o direito de não responder, caso não queira."

Benefícios:

A participação na pesquisa possibilitará a construção de um documento norteador das atividades do setor de controle acadêmico da Instituição para a gestão dos indicadores da retenção e evasão estudantil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos apresentados não possuem óbices éticos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1947127.pdf	17/06/2022 07:32:54		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_ATUALIZADO.pdf	17/06/2022 07:32:08	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/06/2022 07:31:23	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIOGENES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_resultado.pdf	10/06/2022 13:24:15	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
Outros	Declaracao_pesquisa.pdf	10/06/2022 13:23:05	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
Outros	EMENDA_IFCE.pdf	25/04/2022 14:14:40	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	PROJETO_TCLE.pdf	03/03/2022 17:03:53	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA DIOGENES	Aceito

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

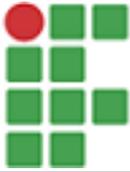
CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 5.500.437

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_FINAL.pdf	03/03/2022 16:58:39	DOMINGOS JUVENAL NOGUEIRA	Aceito
---	-------------------	------------------------	---------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 30 de Junho de 2022

Assinado por:
KARLUCY FARIAS DE SOUSA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br

ANEXO A - RELAÇÃO DE CURSOS DOS CAMPI C12 E C27.

Campus	Tipo de curso	Nome do curso	Legenda no Gráfico
C12	Tecnologia	Estradas	C12.1
		Gestão Ambiental	C12.2
		Gestão de Turismo	C12.3
		Gestão Desportiva e de Lazer	C12.4
		Hotelaria	C12.5
		Mecatrônica Industrial	C12.6
		Processos Químicos	C12.7
		Saneamento Ambiental	C12.8
		Telemática	C12.9
	Técnico	Edificações	C12.10
		Eletrotécnica	C12.11
		Guia de Turismo	C12.12
		Informática	C12.13
		Instrumento Musical	C12.14
		Manutenção Automotiva	C12.15
		Mecânica	C12.16
		Química	C12.17
		Redes de Computadores	C12.18
		Segurança do Trabalho	C12.19
		Telecomunicações	C12.20
		Refrigeração e Climatização	C12.21
C27	Tecnologia	Alimentos	C27.1
		Irrigação e Drenagem	C27.2
		Mecatrônica Industrial	C27.3
		Saneamento Ambiental	C27.4
	Técnico	Agroindústria	C27.5
		Agropecuária	C27.6
		Eletrotécnica	C27.7
		Fruticultura	C27.8
		Mecânica	C27.9
		Meio Ambiente	C27.10
		Panificação	C27.11
		Segurança do Trabalho	C27.12

Fonte: (Brasil, 2018).

**ANEXO B - PRODUÇÕES SELECIONADAS PARA REALIZAÇÃO DE LEITURA
INTEGRAL PARA A REVISÃO DA LITERATURA.**

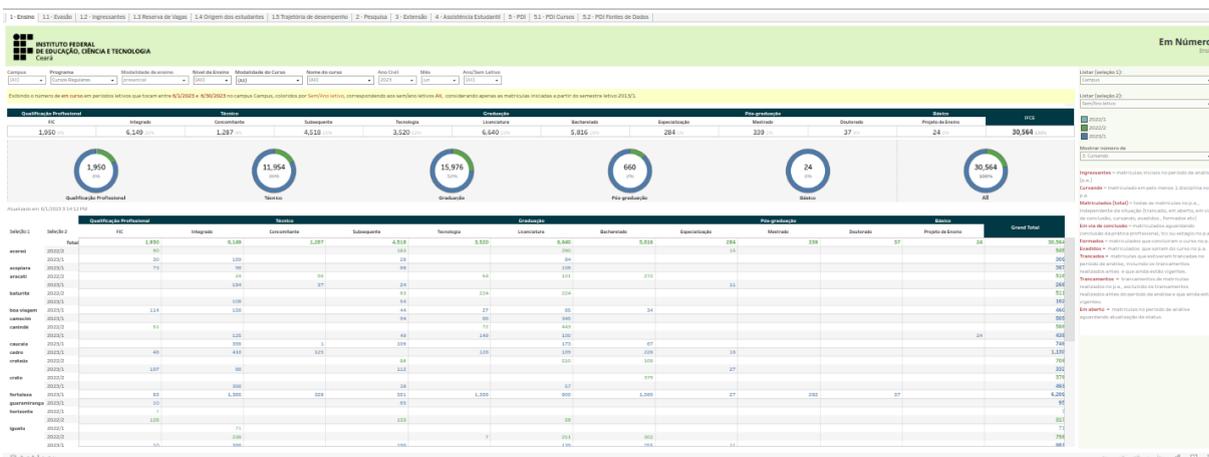
Ordem	Título	Tipo da Produção	Autor/es	Ano	Resultados
1	Oportunidade versus evasão no ensino médio integrado na perspectiva do estudantes	Dissertação	BALTA, O. dos S.	2017	O discurso da qualidade na educação implica em selecionar os melhores estudantes e ‘expulsar’ (lê-se evadir) os que não apresentaram resultados satisfatórios para tal projeto de educação de qualidade.
2	Combate à evasão escolar por meio da gestão de processos: um estudo de caso no IFPI Parnaíba	Artigo	AMARAL, A. B.; MENDES, V. de S.; ARAÚJO, H. R. M. P. de.; SOUSA, P. H. do N.; PEREIRA, V. de S.; ARAÚJO, L. P. de.; SANTOS, W.	2020	É possível realizar o acompanhamento de monitoramento dos indicadores de evasão escolar a partir do aprimoramento dos processos gerenciais das Instituições de ensino.
3	Dados educacionais com foco na evasão escolar: diagnóstico e desafios para o IFNMG - Campus Avançado Porteirinha	Artigo	SILVA, W. F.; COSTA, L. S.; ANJOS, D. E. S. dos.	2021	A partir dos indicadores de evasão escolar é possível realizar ações preventivas visando o êxito dos estudantes e compreendendo-o como influenciável por fatores externos e internos à Instituição de ensino.
4	Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões	Artigo	FIGUEIREDO, N. G. da S.; SALLES, D. M. E.	2017	“[...] a perda de alunos remete a aspectos que vão muito além daqueles considerados por uma análise de cunho meramente economicista. [...] a temática insere-se no âmbito das discussões que nos levam a questionar o tipo de formação que vem sendo oferecida pelas escolas, sobretudo aquelas voltadas à formação do jovem trabalhador. [...]” (FIGUEIREDO & SALLES, 2017, p. 385).
5	Evasão nos cursos do PROEJA: um estudo de caso no IFRJ	Artigo	OLIVEIRA, R. T. de.; COVA, M. C. R.; LEMOS, L. F. de.	2019	Os cursos escolhidos perdem a relevância, tanto para a vida dos discentes quanto para a sociedade, na proporção em que os índices de evasão crescem aliado a um cenário de poucos recursos financeiros.
6	A experiência da evasão escolar no Instituto Federal Goiano -	Dissertação	NASCIMENTO, N. G. M. de S.	2019	Há aspectos importantes que influenciam na evasão estudantil nos Institutos

	Campus Avançado Catalão (2014 – 2015)				Federais, como: identidade institucional, formação pedagógica dos docentes das áreas técnicas e a relação entre emprego, mercado de trabalho e ensino profissionalizante.
7	Avaliação experiencial dos fatores da evasão nos cursos técnicos subsequentes do IFCE a partir dos gestores do campus Acaraú	Dissertação	ARAÚJO, F. de A. M.	2020	De acordo com os discursos colhidos, o PPE do IFCE é um documento ainda carente de ajustes porque não reflete na prática. Além disso, constatou-se que a saída dos estudantes do IFCE/Campus Acaraú “[...] tem uma intensiva relação com a empregabilidade e o mercado de trabalho, muito embora parte dessa empregabilidade fique apenas no plano da informalidade. [...]” (ARAÚJO, 2020, p. 111).
8	Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento	Dissertação	FEITOSA, M. da F.	2020	No estudo em questão as causas predominantes da evasão escolar são de ordem institucional e sugere-se o acompanhamento da evolução dos indicadores de retenção e evasão escolar o IFBA/Campus Paulo Afonso.
9	Evasão escolar: uma realidade no curso de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional do IFTO - Campus Palmas	Dissertação	PARENTE, R. C. M.	2019	Considerando os discursos dos docentes e dos discentes evadidos no período pesquisado e matriculados, entende-se que a Instituição que oferece cursos EJA integrada à EPT deve ter em mente que seu projeto pedagógico precisa ter características diferenciadas dos projetos dos cursos técnicos regulares.
10	Evasão na educação profissional: perfil e motivações dos evadidos	Dissertação	SILVA, A. M. da	2017	Considerando os indicadores do IFNMG/Campus Montes Claros, obteve-se que a maioria dos estudantes evadidos têm o perfil de vulnerabilidade socioeconômica, e que o principal fator que influenciou os discentes evadidos é ligado ao aprendizado e às disciplinas.
11	O fenômeno da retenção escolar e a motivação na concepção dos discentes dos cursos técnicos	Dissertação	LIMA, A. A. da S.	2018	“Apesar de haver muitos esforços no sentido de diminuir os índices de retenção e evasão escolar, os

	integrados ao ensino médio dos campi Amajari e Boa Vista Zona Oeste - Instituto Federal de Roraima				<p>Institutos Federais ainda apresentam altas taxas desses fenômenos. Há a necessidade de se refletir sobre as políticas educacionais, [...].</p> <p>É necessário que os Institutos Federais tracem políticas educacionais a partir da especificidade e das necessidades do seu público, articulando-as às políticas sociais, no sentido de possibilitar a autonomia para que os estudantes possam compreender e agir sobre sua realidade, estimulando a tomada de decisões.</p> <p>Embora existam realidades diferentes em cada unidade pesquisada, percebemos que os desafios são semelhantes. Há uma diversidade de sujeitos, [...]. É necessário reconhecer essa diversidade, heterogeneidade de sujeitos e saberes e compreender que cada um traz interesses e necessidades diferentes entre si". (LIMA, 2018, p. 77).</p>
12	Retenção e evasão escolar na formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio - um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Pinheiral	Dissertação	CARVALHO, J. L. de	2018	<p>O contexto da pesquisa permitiu compreender que os Institutos Federais recebem público jovem diversos em vários aspectos “[...] o que exige dos educadores uma postura igualmente diferenciada na condução do processo ensino-aprendizagem buscando acolher e valorizar os diferentes saberes, vivências e expectativas trazidas por estes sujeitos e que coexistem no interior do espaço escolar” (CARVALHO, 2018, p. 61).</p>
13	A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes	Tese	SILVEIRA, F. R. da	2017	<p>Identificou-se que o Instituto Federal observado (IFSP) ainda não possuía conhecimento sistematizado sobre os motivos da evasão de seus estudantes, o que aponta para a incapacidade de avaliar os impactos de possíveis ações de combate.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

ANEXO C - TELAS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS.



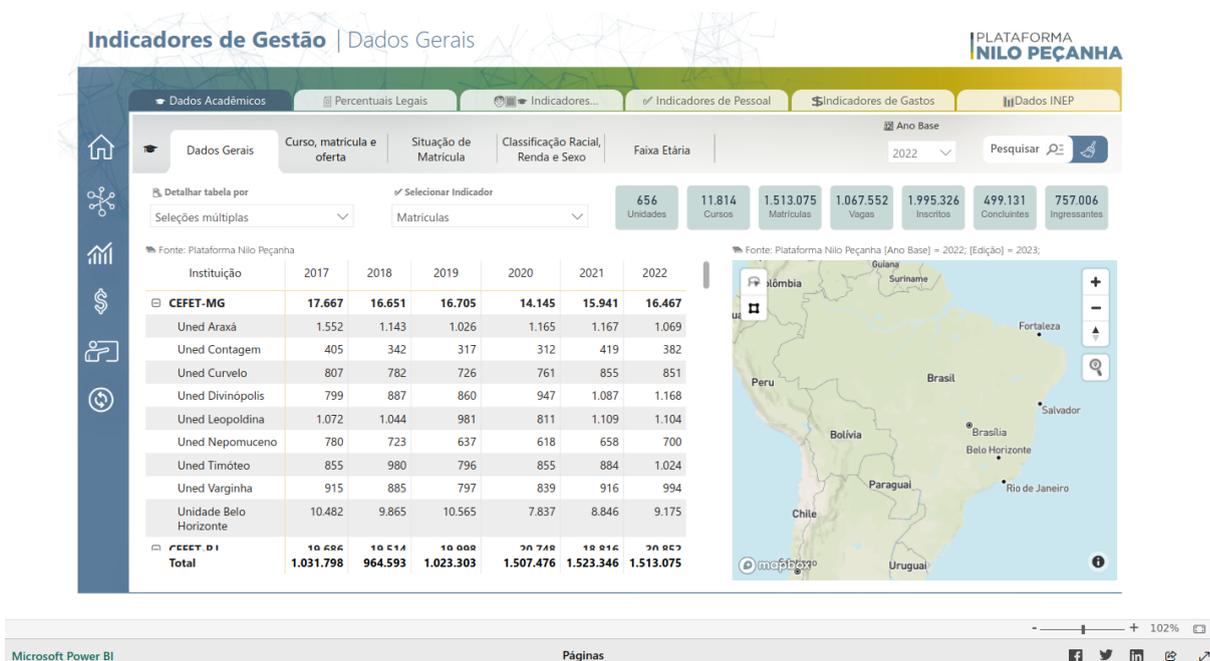
Fonte: IFCE (2015).



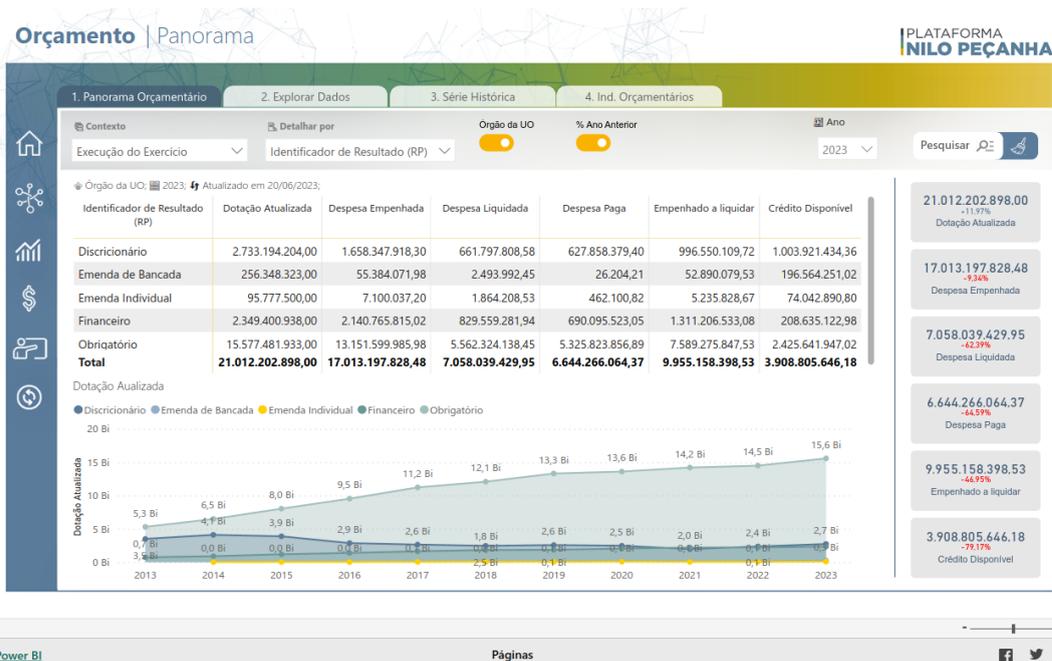
Fonte: Brasil (2018).



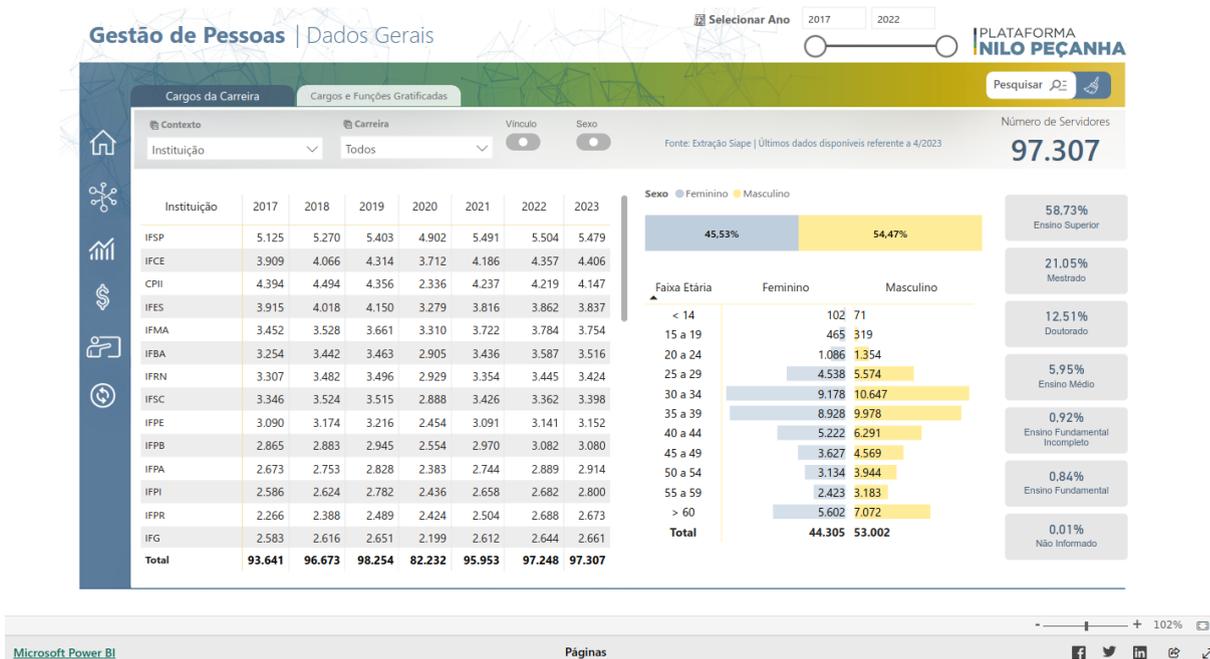
Fonte: Brasil (2018), Módulo Rede Federal EPCT.



Fonte: Brasil (2018), Módulo Indicadores de Gestão.



Fonte: Brasil (2018), Módulo Dados Orçamentários.



Fonte: Brasil (2018), Módulo Dados Gestão de Pessoas.

ANEXO D - INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES VIÁVEIS PARA O
ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RETENÇÃO E
EVASÃO ESTUDANTIL E AS INCOMPATÍVEIS COM O TRABALHO DO SETOR DE
CONTROLE ACADÊMICO, POR CAMPI.

Opções	Perguntas	4.5 - Quais atividades/áreas, descritas abaixo, você julgaria viável/is para a CCA contribuir com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?	4.6 - Dentre as atividades/áreas escolhidas por você na pergunta D5, e descritas abaixo, quais você julgaria incompatível/is com o trabalho da CCA, mesmo que contribua com o PPE do IFCE (2017-2024) no acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil?
	Atividades		
1	Comunicação sistemática com pais ou responsáveis, estudantes, professores e setores do campus.	C11, C12, C15, C20 e C25	C3, C9, C10, C11, C12, C15 e C17 e C20
2	Estabelecimento de estratégias de trabalho com outros setores do campus.	C3, C10, C11, C12, C15, C17 e C20	C9, C11 e C20
3	Criação de murais, publicação em site institucional e envio de e-mails.	C3, C11, C12, C15, C20 e C25	C3, C9, C11, C15, C17 e C20
4	Estreitamento da relação família - campus.	C11, C12, C15 e C20	C3, C9, C10, C11, C15, C17 e C20
5	Planejamento de ações de acolhimento a estudantes ingressantes.	C3, C9, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C10, C11 e C20
6	Atenção à educação inclusiva e às pessoas com necessidades educacionais específicas.	C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C9, C11, C17 e C20
7	Parceria com o corpo docente em projetos para estudantes que necessitam acompanhamento pedagógico.	C3, C11, C12, C15 e C20	C3, C9, C11, C17 e C20
8	Definição e publicização de horário de atendimento do setor.	C3, C9, C11, C12, C15, C17 e C20	C9, C11 e C20
9	Funcionamento de setor nos três turnos (manhã, tarde e noite).	C3, C9, C11, C12, C15, C17 e C20	C11 e C20
10	Melhoria do sistema acadêmico da Instituição.	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17 e C20	C11 e C20
11	Orientação aos/às docentes quanto ao uso do sistema acadêmico da Instituição.	C3, C10, C11, C12, C15, C17 e C20	C11 e C20
12	Identificação e acompanhamento do desempenho acadêmico de	C3, C10, C11, C12, C15, C20 e C25	C3, C11, C15, C17 e C20

	estudantes jovens e adultos.		
13	Ampliação e efetivação das dependências em disciplinas e dos Planos de Estudos Individuais (PEI) para cursos técnicos concomitantes e subsequentes, assim como ocorrem nos integrados.	C3, C11, C12, C15, C20 e C25	C3, C9, C10, C11, C15, C17, C20 e C25
14	Deferimento de pedidos e realização de matrículas nas disciplinas solicitadas.	C3, C9, C11, C12, C15, C17 e C20	C10, C11 e C20
15	Planejamento e participação em ações coletivas de enfrentamento à retenção e evasão estudantil.	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C11 e C20
16	Acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes.	C9, C11, C12, C15, C20 e C25	C3, C10, C11, C15, C17 e C20
17	Acompanhamento sistemático da frequência de estudantes com auxílios e/ou bolsas.	C9, C11, C12, C15, C20 e C25	C3, C11, C15, C17 e C20
18	Deferimento e realização de pedidos de reingresso de estudantes com 1 abandono.	C3, C9, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C10, C11, C15 e C20
19	Atualização de cadastro de estudantes residentes em outros municípios e/ou estados, como base para planejamento do transporte escolar.	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C11 e C20
20	Divulgação de cursos e processos seletivos.	C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C9, C11, C15, C17 e C20
21	Promover a publicidade da Educação Profissional e Tecnológica.	C3, C11, C12, C15, C17 e C20	C3, C9, C11, C15, C20 e C25
22	Aperfeiçoamento de procedimentos de rotina, bem como elaboração de manuais de processos e fluxos de trabalho.	C3, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C9, C11, C15 e C20
23	Utilizar a ferramenta de acompanhamento da evolução da permanência e êxito discente, IFCE em Números, para identificar os estudantes com reprovações no período letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas.	C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C9, C11, C17 e C20
24	Divulgação dos índices de matrícula, retenção e evasão por curso.	C3, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C11 e C20
25	Utilizar a ferramenta IFCE em Números como instrumento de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.	C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C11 e C20

26	Identificar a necessidade de oferta de cursos com horários e turnos compatíveis com a disponibilidade de estudantes trabalhadores.	C11, C12, C15, C17 e C20	C11, C15, C17, C20 e C25
27	Contribuir para que o espaço acadêmico seja um espaço acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo para fortalecer o vínculo do estudante com a Instituição.	C3, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C11 e C20
28	Identificar com o corpo docente de cada curso as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil na Instituição.	C3, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C11, C15 e C20
29	Sugerir ajustes na política de ingresso de estudantes no IFCE.	C3, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C11, C17 e C20
30	Nenhuma destas atividades.	Nenhum campus	Nenhum campus

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

ANEXO E - INFORMAÇÕES SOBRE ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE CONTROLE
ACADÊMICO DESEMPENHADAS E AS DIRECIONADAS PARA O
ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE INDICADORES DE RETENÇÃO E
EVASÃO ESTUDANTIL, POR CAMPI.

Opções	Perguntas	4.1 - Dentre as atribuições abaixo, quais o setor da CCA desempenha atualmente?	4.3 - Dentre as atribuições desempenhadas pelo setor que você trabalha, elencadas abaixo, quais você considera que podem estar direcionadas para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil no IFCE?
	Atribuições		
1	Coordenar e supervisionar as atividades dos servidores a serviço na CCA	C3, C9, C10, C11, C15, C17 e C20	C15 e C20
2	Coordenar e realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares e outros documentos inerentes ao setor	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C20 e C25
3	Auxiliar na elaboração de relatórios, questionários, consultas e outros realizados pela própria Instituição e demais órgãos solicitantes	C3, C9, C11, C15, C17, C20 e C25	C3, C9, C11, C12, C15, C17, C20 e C25
4	Manter os arquivos acadêmicos atualizados	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C9, C12, C15, C17 e C20
5	Receber requerimentos de matrículas, inscrições e solicitações dirigidas à CCA	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C9, C12, C15, C20 e C25
6	Realizar o processo de matrícula e o registro da conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos do campus	C3, C9, C11, C12, C15, C17 e C25	C3, C12, C17 e C20
7	Controlar os processos acadêmicos referentes à conclusão de curso e colação de grau	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C12, C15, C17, C20 e C25
8	Manter atualizada a base de dados do sistema de controle acadêmico	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17 e C20	C3, C9, C12, C15, C17, C20 e C25
9	Realizar o atendimento aos alunos, ex-alunos, pais de alunos, servidores e demais interessados em matéria de sua competência	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C9, C11, C15, C20 e C25
10	Auxiliar na conferência de informações acadêmicas endereçadas a outros órgãos	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C12, C20 e C25

11	Orientar quanto a matérias de sua competência	C3, C9, C10, C11, C15, C17, C20 e C25	C3, C15, C17 e C20
12	Promover o aprimoramento dos processos de registros e controles acadêmicos	C3, C9, C11, C15, C17 e C20	C3, C15, C17, C20 e C25
13	Planejar, supervisionar, executar, organizar e avaliar as atividades acadêmicas	C3, C9, C15, C17 e C20	C3, C15, C17 e C20
14	Publicar avisos/notícias no sistema acadêmico	C3, C9, C10, C11, C15, C17, C20 e C25	C3, C20 e C25
15	Supervisionar os arquivos acadêmicos, referentes aos diversos cursos que o campus mantém	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C12, C15, C17 e C20
16	Compor o arquivo de alunos novos e transferidos	C3, C9, C10, C11, C12, C15, C17, C20 e C25	C3, C12, C15, C20 e C25
17	Planejar e programar, juntamente com a Direção Geral, o Departamento de Administração, o Departamento de Ensino e demais Coordenadorias as atividades relacionadas à CCA	C3, C9, C10, C11, C15, C17 e C20	C3, C15, C17 e C20
18	Decidir sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos relativos ao ensino	C3, C11, C15, C17, C20 e C25	C3, C15 e C20
19	Emitir pareceres, instruções e indicações sobre matéria de sua competência	C3, C11, C15 e C20	C3, C20 e C25
20	Prestar assessoria quanto a matérias de sua competência	C3, C9, C10, C11, C15, C17 e C20	C3, C17, C20 e C25
21	Desenvolver, juntamente com o Departamento de Ensino a interpretação de legislação e normas para emissão de pareceres de sua competência	C3, C11, C15 e C20	C3 e C20
22	Realizar o atendimento ao público em geral	C3, C9, C10, C11, C12, C17, C20 e C25	C3, C12, C15, C20 e C25
23	Nenhuma destas atividades	Nenhum campus	C10 e C11

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

ANEXO F - INFORMAÇÕES SOBRE ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE CONTROLE ACADÊMICO DIRECIONADAS PARA O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS INDICADORES, POR CAMPI.

Opções	Pergunta	4.2 - Dentre as atribuições da CCA, abaixo listadas, quais você considera que apontam para o acompanhamento e monitoramento da retenção e evasão estudantil por parte da CCA?
	Atribuições	
1	Coordenar e supervisionar as atividades dos servidores a serviço na CCA	C1, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C21, C23, C26, C27 e C31
2	Coordenar e realizar a emissão de certificados, declarações, certidões, históricos escolares e outros documentos inerentes ao setor	C1, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C23, C26, C27 e C31
3	Auxiliar na elaboração de relatórios, questionários, consultas e outros realizados pela própria Instituição e demais órgãos solicitantes	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C23, C24, C26, C27 e C31
4	Manter os arquivos acadêmicos atualizados	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31
5	Receber requerimentos de matrículas, inscrições e solicitações dirigidas à CCA	C1, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31
6	Realizar o processo de matrícula e o registro da conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos do campus	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31
7	Controlar os processos acadêmicos referentes à conclusão de curso e colação de grau	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31
8	Manter atualizada a base de dados do sistema de controle acadêmico	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31
9	Realizar o atendimento aos alunos, ex-alunos, pais de alunos, servidores e demais interessados em matéria de sua competência	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C23, C24, C26, C27 e C31
10	Auxiliar na conferência de informações acadêmicas endereçadas a outros órgãos	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C12, C16, C17, C19, C21, C26, C27 e C31
11	Orientar quanto a matérias de sua competência	C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C23, C26, C27 e C31
12	Promover o aprimoramento dos processos de registros e controles acadêmicos	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26 e C31
13	Planejar, supervisionar, executar, organizar e avaliar as atividades acadêmicas	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C9, C10, C12, C15, C17, C19, C20, C21, C22, C26, C27 e C31
14	Publicar avisos/notícias no sistema acadêmico	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C27 e C31
15	Supervisionar os arquivos acadêmicos, referentes aos diversos cursos que o campus mantém	C1, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C21, C26, C27 e C31

16	Compor o arquivo de alunos novos e transferidos	C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C9, C10, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31
17	Planejar e programar, juntamente com a Direção Geral, o Departamento de Administração, o Departamento de Ensino e demais Coordenadorias as atividades relacionadas à CCA	C1, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C26, C27 e C31
18	Decidir sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos relativos ao ensino	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C12, C17, C19, C20, C21, C23, C26, C27 e C31
19	Emitir pareceres, instruções e indicações sobre matéria de sua competência	C1, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C21, C23, C27 e C31
20	Prestar assessoria quanto a matérias de sua competência	C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C16, C17, C19, C20, C21, C23, C26, C27 e C31
21	Desenvolver, juntamente com o Departamento de Ensino a interpretação de legislação e normas para emissão de pareceres de sua competência	C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C27 e C31
22	Realizar o atendimento ao público em geral	C1, C2, C3, C4, C5, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C15, C16, C17, C19, C20, C21, C22, C23, C24, C26, C27 e C31
23	Nenhuma destas atividades	Nenhum campus

Fonte: Pesquisa Direta (2022).

**ANEXO G - AÇÕES CONSIDERADAS IRRELEVANTES PELA MAIORIA DOS/AS
SERVIDORES/AS, DE ACORDO COM O NÍVEL DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO.**

Ações	Quantidade de respostas por nível					
	0	1	2	3	4	5
11.10a - Promover capacitação inicial aos/às docentes ingressantes sobre o uso funcional do sistema acadêmico, bem como orientar a estes/as e aos/às demais.	5	0	0	2	0	0
13.11a - Realizar o processo de matrícula e registro de conclusão do estágio supervisionado junto às coordenações de cursos.	5	0	0	0	2	0
13.5a - Estabelecer trabalho investigativo em parceria com os/as docentes, de cada curso, para identificar as possíveis causas motivadoras da evasão estudantil no IFCE.	4	0	1	0	2	0
11.9a - Melhorar o sistema acadêmico da Instituição para otimizar o uso por parte de alunos/as, professores/as e técnicos/as, bem como pais de alunos/as.	3	0	0	0	2	2
13.3a - Deferir e realizar matrículas nas disciplinas solicitadas pelos/as discentes.	3	0	1	0	1	2
11.12a - Promover sensibilização, junto aos/às discentes e principalmente os residentes em municípios e/ou regiões diferentes e/ou distantes do campus, para atualização dos dados pessoais (destaca-se endereço, telefone e e-mail) no sistema acadêmico como interface de comunicação com a CCA, com o objetivo de facilitar o planejamento do transporte escolar.	2	0	0	0	2	3
11.13a - Divulgar fluxo administrativo das solicitações de estudantes com o intuito de situá-los/as no espaço e tempo acadêmicos no que diz respeito ao pedido, à forma e aos prazos.	2	0	0	1	1	3
13.1a - Planejar estratégias de trabalho coletivo com os demais setores do campus, inclusive em ações de enfrentamento à retenção e evasão estudantis.	2	0	0	1	3	1
13.2a - Participar e/ou planejar ações de acolhimento aos/às estudantes ingressantes nos cursos do campus, contribuindo, também, para que o espaço acadêmico seja acolhedor, colaborativo, estimulador de aprendizagem e inclusivo de modo a fortalecer o vínculo do/a aluno/a com o IFCE.	2	0	0	1	3	1
13.4a - Utilizar a ferramenta Em Números para identificar os/as estudantes com reprovações no período ou ano letivo anterior para colaborar com o planejamento de intervenções pedagógicas e, assim, monitorar os indicadores de retenção e evasão estudantil no IFCE.	2	0	0	2	3	0
11.15a - Propor ajustes na política de seleção de estudantes para cursos superiores, técnicos e de extensão do IFCE de maneira a esclarecer à comunidade e aproximar os entendimentos sobre os processos seletivos.	1	0	0	0	4	2
11.3a - Coordenar o processo administrativo de colação de grau e conclusão de curso no que diz respeito à publicização da relação de estudantes aptos/as a assinar ata de colação e solicitar diploma e/ou certificado, conforme o caso. Assim como, orientado-os, quando necessário, a sanar possíveis pendências obrigatórias à obtenção do título.	1	0	0	1	1	4

13.10a - Publicar avisos e/ou notícias, no sistema acadêmico da Instituição, aos/às docentes e discentes.	1	0	0	0	4	2
---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Pesquisa Direta (2022).